ARQUITETURA

novembro, 1963



17

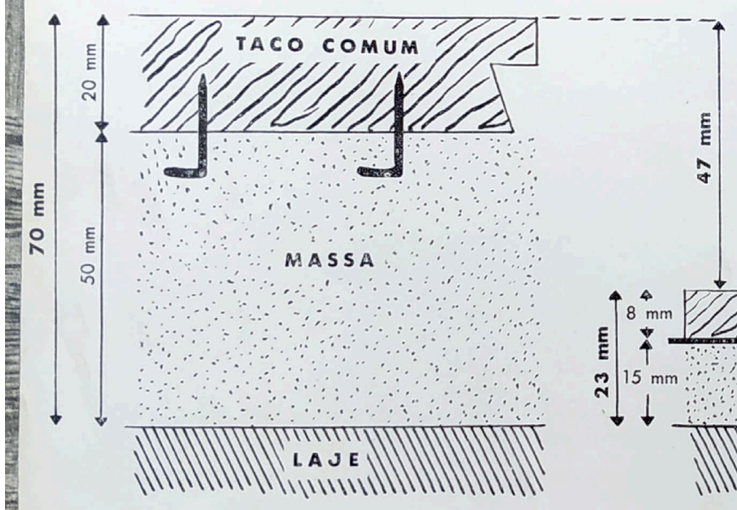
REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

PARKEX

... o parquet higiênico de classe superior !

PREPARAÇÃO DO PISO PARA **PARKEX**

E SUAS VANTAGENS



ECONOMIA
DO PÊSO DA CONSTRUÇÃO DE
60 a 80 kgs por m² de Piso

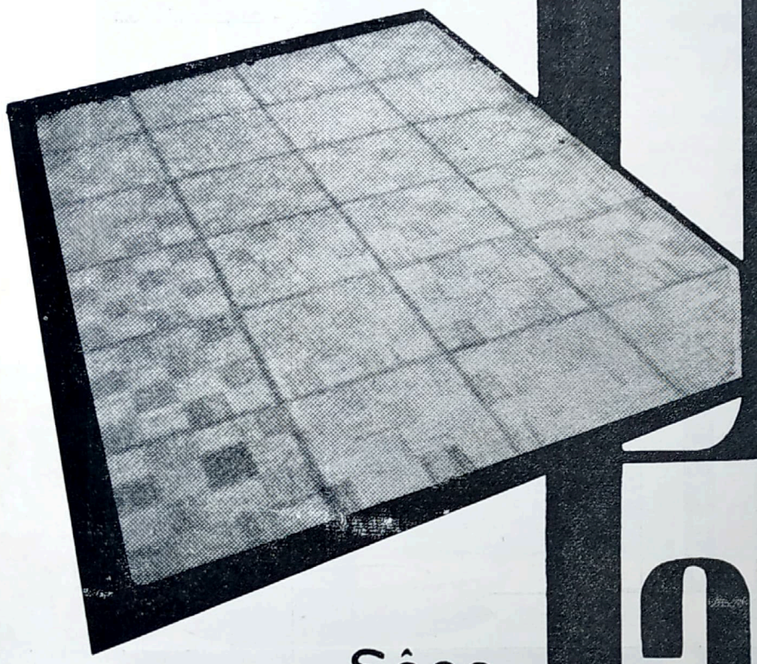
ECONOMIA
NA ALTURA DA CONSTRUÇÃO
50 mm por Andar

PARKEX S. A.

INDÚSTRIA DE PARQUET

RIO DE JANEIRO: RUA CANDELÁRIA, 9, S. 410 - TEL.: 43-7798

Piso
de parquet
de luxo



fino
acabament

parkex

Sêco
em estufa
propicia

ESCRITÓRIO: RUA CANDELÁRIA, 9, s/ 410 - TEL. 43-7798 - RIO - GB.

Distribuidores RIO: FARIAS DE MELLO IMÓVEIS, LTDA.

Rua da Assembléia, 93 Gr. 1001 - Tel. 22-7251

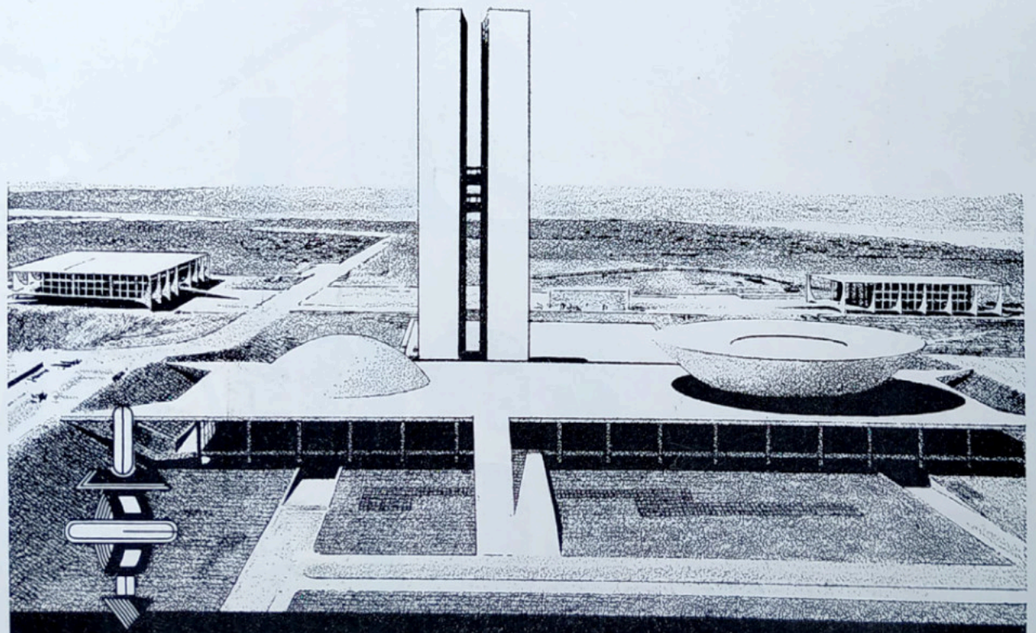
RECIFE: INTERCÂMBIO MERCANTIL NORTE-SUL LTDA.

Av. Dantas Barreto, 507 - s/ 215 - Tels. 43454
43509

marcos fundamentais do progresso brasileiro

O progresso do Brasil é atestado, entre outras manifestações, pela pujança de suas construções arquitetônicas, simbolizada pela nova capital, Brasília. Na sua construção, aprimoraram-se as soluções técnicas, visando-se vencer a luta contra o tempo, sem descurar o aspecto econômico dos empreendimentos. Um exemplo de uma solução tècnica e econômicamente bem planejada é constituído pelas fundações FRANKI adotadas para o grandioso conjunto da Praça dos Três Poderes da República - Legislativo, Executivo e Judiciário - certamente um dos marcos fundamentais do progresso brasileiro.

Fundações dos Palácios do Congresso, do Planalto e da Justiça
1247 estacas e tubulões FRANKI de até 25 metros



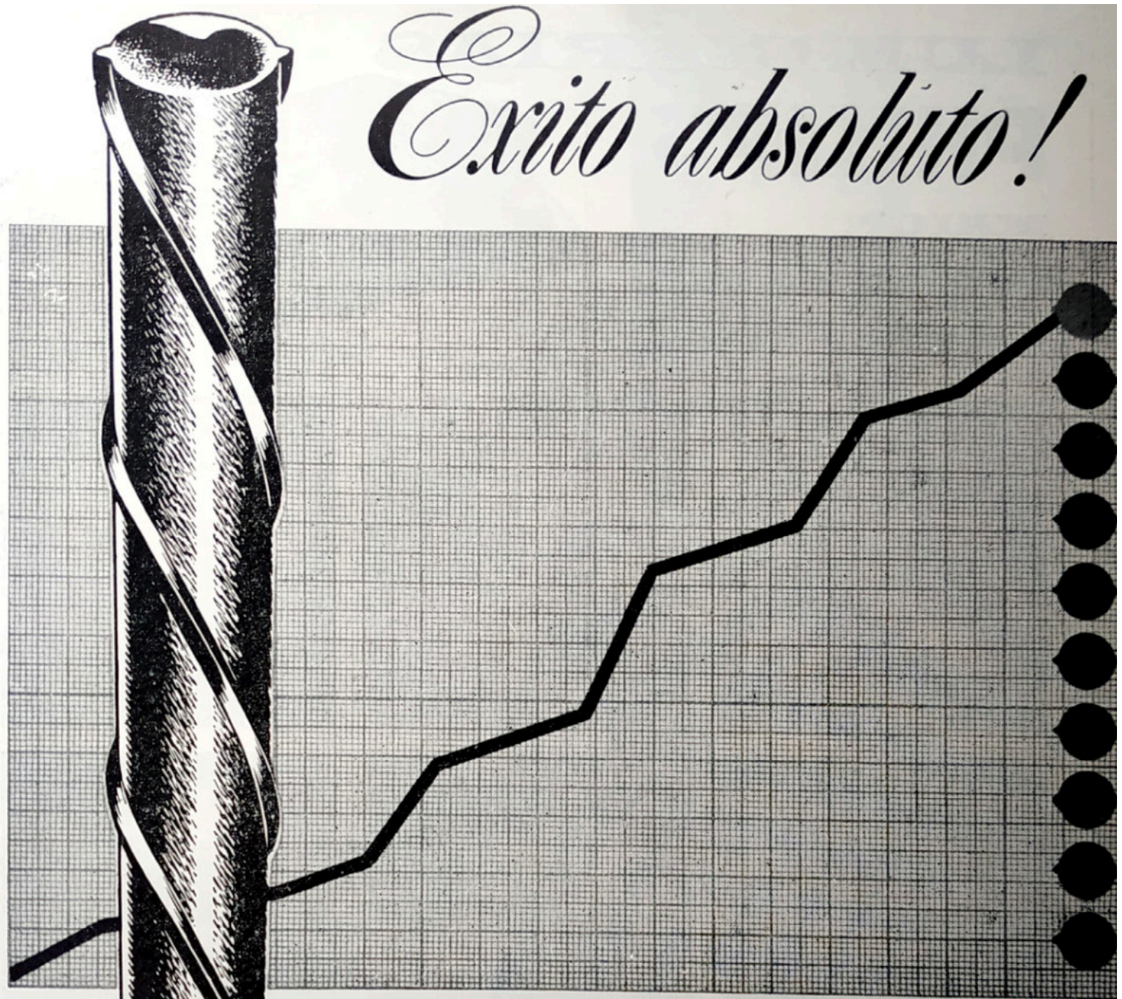
estacas FRANKI ltda.

o especialista para suas fundações

Rio de Janeiro: Av. Rio Branco, 311 - 10.º andar - Tel. 22-7630
São Paulo - Belo Horizonte - Vitória - Curitiba - Pôrto Alegre
Recife - Salvador - Brasília - Juíz de Fora - Belém do Pará

Record 21.023

Êxito absoluto!



Agradecemos aos nossos prezados clientes a preferência dada ao aço especial para construção

BARRA MANSA 5000

cujos índices de vendas superaram as nossas expectativas

Fabricantes
SIDERÚRGICA BARRA MANSA S.A.
Vendas
IND. E COM. METALÚRGICA ATLAS S.A.
Rua Rizkallah Jorge, 50 - 14.º e 15.º Andares
Fones: 32-3148 - 32-5146 - Rede Interna - S. Paulo

LUMINÁRIAS PHILIPS

MAIOR
RENDIMENTO
LUMÍNICO

















As luminárias PHILIPS, funcionais, de belíssimo aspecto e de construção robusta, oferecem perfeita proteção às lâmpadas e proporcionam maior rendimento luminico. Revestidas de pintura especial, são imunes às mais diversas condições atmosféricas e resistentes à ferrugem. As luminárias PHILIPS são idealizadas por engenheiros e projetistas especialmente para uso em: Escritórios - Indústrias - Lojas - Escolas - Hospitais - Iluminação Pública.

LUMINÁRIAS PHILIPS

PARA INDÚSTRIAS, LOJAS, HOSPITAIS, ESCRITÓRIOS, ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A PHILIPS pode ajudá-lo a resolver qualquer problema de iluminação. Envie êste cupom à S. A. Philips do Brasil - Depto. de Iluminação - Caixa Postal 8681 SÃO PAULO

Desejo conhecer, sem compromisso, maiores detalhes sôbre iluminação Comercial ☐ Industrial ☐ Pública ☐

Nome.....

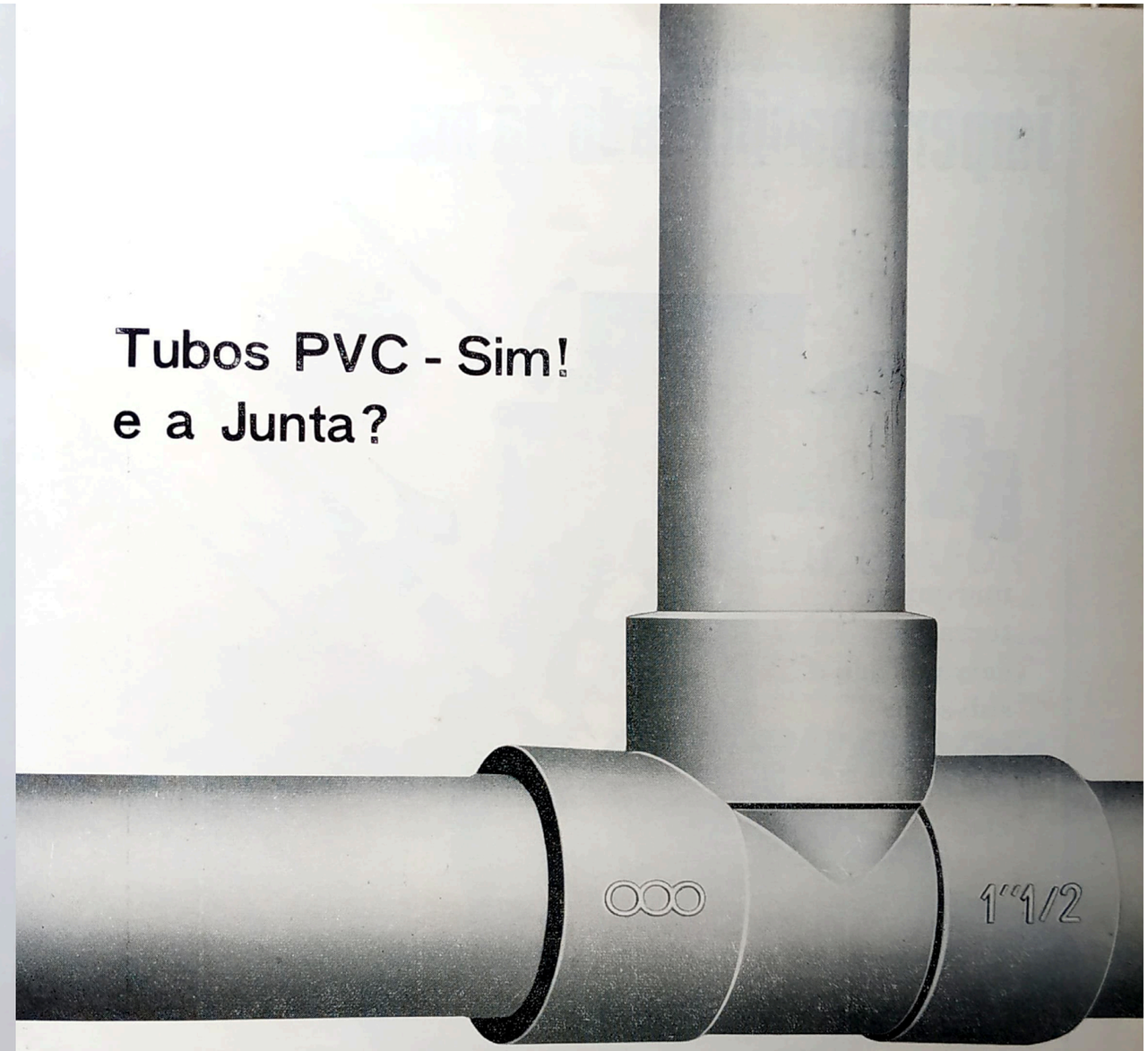
Endereço.....

FILIAIS EM: R. DE JANEIRO - B. HORIZONTE - RECIFE - P. ALEGRE - CURITIBA - SALVADOR - BRASÍLIA



Promo

Tubos PVC - Sim! e a Junta?



Todos conhecem as principais caracteristicas dos tubos PVC - não enferrujam, não amassam, são mais leves que os de metal, são inatacáveis pela maioria dos agentes químicos, apresentam maior vazão, são econômicos, etc., vantagens que possibilitam aos Tubos PVC inúmeras aplicações nas indústrias, no campo, nas construções civis. Mas, e a Junta? Bem... em tubos PVC, o ideal é "Junta Soldada". **Junta Soldada** - é o ponto forte da tubulação: as paredes se fundem molecularmente na junção, formando um todo monolítico. **Junta Soldada** - é a estanqueidade total assegurada à tubulação não só no transporte de líquidos como até de ar comprimido. **Junta Soldada** - é a facilidade e a redução do tempo gasto nas instalações, pois dispensa o uso de ferramentas. Além dessas qualidades, os tubos PVC Rígido **Brasilit** Junta Soldada são fabricados seguindo técnica testada e aprovada em mercados internacionais; utilizando-se de matéria prima de alta qualidade, sem plastificante, que lhes garante rigidez e alta durabilidade; dentro de especificações e contrôles rigorosos indispensáveis à obtenção de um produto técnicamente perfeito. Solicite-nos folhetos e utilize a nossa assistência técnica.

TUBOS PVC RÍGIDO "JUNTA SOLDADA"

BRASILIT

Conexões à vontade.

Revendedores Autorizados em todo o país.

impermeabilizando há mais de 50 anos...



marquises
terraços
caixas d'água
sub-solos
calhas
piscinas
etc.

CAVO

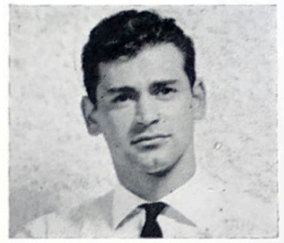
COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

MATRIZ
SANTA LUZIA, 685 - 10º
TEL. 32-2270
TELEG. "NEUCHATEL"
RIO DE JANEIRO

FILIAL
RUA PRESIDENTE SOARES BRANDÃO, 163
TEL. 33-5998
TELEG. "NEUCHATEL"
SÃO PAULO

FILIAL
RUA GOITACAZES, 14 - S. 601
TEL. 2-1617
TELEG. "NEUCHATEL"
BELO HORIZONTE

FILIAL
RUA 15 DE NOVEMBRO, 556 - S. 701/2
TEL. 4-1220
TELEG. "NEUCHATEL"
CURITIBA



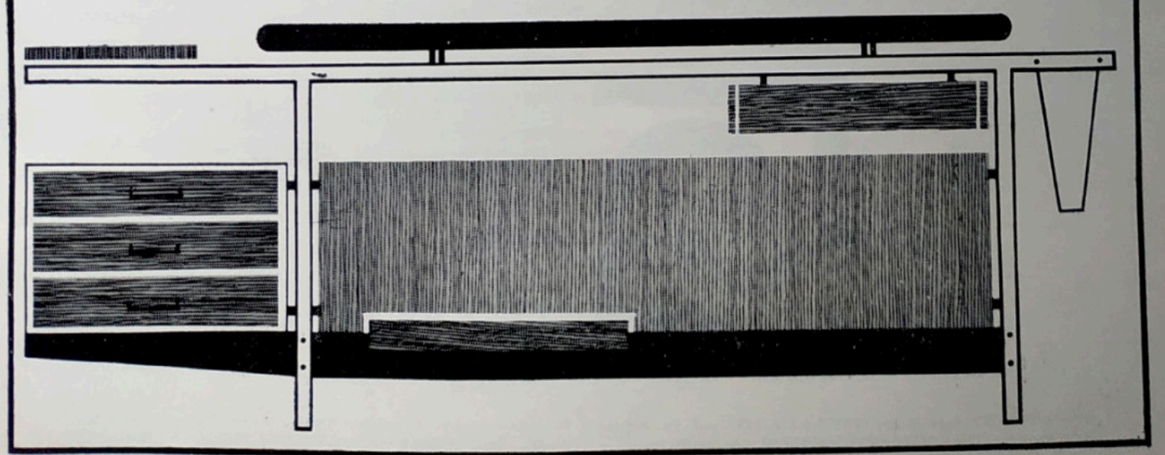
FABRIZIO FABRIZIANI
ARNALDO RUSCHIONI



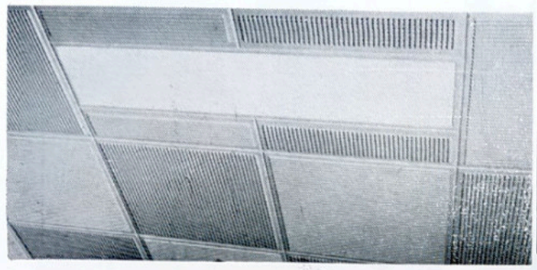
ESCRIVANINHA "JUBILEU BRAFOR"

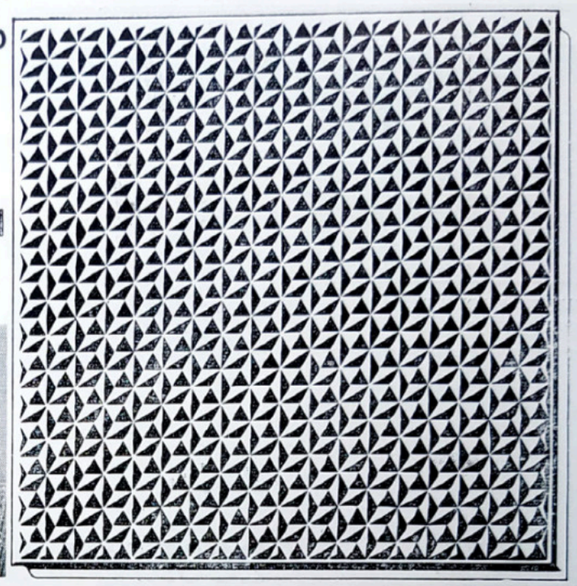
Modêlo projetado com exclusividade para o grande concurso "Jubileu Brafor". É uma contribuição da arquitetura moderna brasileira para enriquecer, ainda mais, os arrojados padrões de nossos móveis para escritório. A Brafor orgulha-se de incluir no seu programa de produção a escrivaninha contemplada naquele grande concurso. Trata-se de um móvel de estilo inédito, idealizado pelas exigências contemporâneas de funcionalidade, confôrto e beleza.

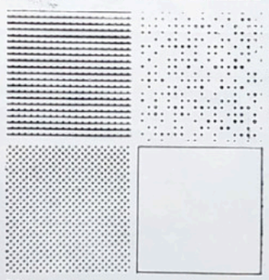
CLASSE INTERNACIONAL EM MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO **BRAFOR**



Fôrro de gêsso Gessoplac: eterno, decorativo, isolante, e incombustível







Na verdade, são incontestáveis as vantagens do fôrro de gêsso Gessoplac sôbre qualquer tipo de fôrro. Esta afirmação não é gratuita e baseia-se em razões sólidas. Veja:

O gêsso é um material que, com o passar do tempo, fica mais resistente. O fôrro de gêsso Gessoplac é, porisso, eterno. E é também removível e reaproveitável.

Material nobre e homogêneo de grandes possibilidades plásticas, nada pode superar o fôrro de gêsso Gessoplac quanto à aparência e possibilidades decorativas, resolvendo técnica e plàsticamente, os problemas de iluminação.

Uma outra característica do gêsso e, portanto do fôrro de gêsso Gessoplac, é a estabilidade e inalterabilidade do material: não empena, não racha, não abre fendas, não bicha. Dispensando entarugamento, não sofre também os efeitos de sua instabilidade.

O gêsso é incombustível. Porisso, submetido durante 15 minutos a uma temperatura de 750° (teste realizado pelo Instituto de Pesquisas Técnológicas conforme certificado oficial n.° 222.315) concluiu-se que o fôrro de gêsso Gessoplac não se incendeia, que não houve produção de gazes combustíveis, não se observando também nenhuma elevação de temperatura.

O fôrro de gêsso Gessoplac, como se viu, é perfeito isolante térmico, poupando porisso, os aparelhos de condicionamento de ar. É também isolante acústico, com grande coeficiente de absorção (certificado oficial do IPT n.° 12.077). Para a perfeita isolação térmica e acústica contribui também a manta de lã de rocha de que são revestidas as chapas.

Por ser eterno e reaproveitável, o fôrro de gêsso Gessoplac seria, só por isso, a melhor solução do ponto de vista econômico. Mas há ainda outros fatores que contribuem para a redução do seu custo: sendo incombustível, reduz a taxa de seguros e o custo de colocação (incorporado ao preço) é baixo, dada a rapidez com que se processa.

Formato das chapas: 0,60x0,60m.

As chapas são presas por meio de tirantes de arame galvanizado sustentados por pregos de aço fixados a revolver.

Suportes de alumínio na borda fixadora garantem uma fixação segura.

Colocação sob a responsabilidade do departamento especializado da Gessoplac

GESSOPLAC

Rua Marconi, 31 6.° andar tel.: 34 01 19 São Paulo

REPRESENTANTES: Porto Alegre: HEUSER & CIA. LTDA. – R. Vig. José Inácio, 371 – 9.° And. – S/ 913 – Galeria Rosário – Fone: 5082 – Cx. Postal 1678 • Rio de Janeiro: ENG.° CELSO PIRES LEHNEMANN – Av. Rio Branco, 156 – Grupo 2810 – Fone: 52-8292 • Campinas: WALDIR A. HEIDRICH E CARLOS LIMA Rua Dr. Costa Aguiar, 698 – 11.° and. – S/ 1105 – Fone: 8-5137 • Barra Mansa: CYRANEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO – Av. Joaquim Leite, 604 – S/ 214



Funcionária para todo serviço

(recém-saída de um curso de aperfeiçoamento)

Perita em escrituração simultânea de Diário, Contas e Razão, registro de compras e contas de fornecedores; fôlha de pagamento, ficha financeira individual e envelope, recibo de pagamento; diário de estoque e ficha de artigo. Enfim, tôda uma série de serviços contábeis.

E o faz com perfeição, rapidez e segurança.

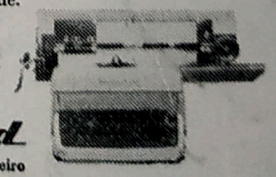
Nunca falta ao trabalho, nem pede aumento. Concluiu, há pouco, um curso de aperfeiçoamento, ganhando como prêmio de formatura um carro novo e reluzente, muito mais leve e fácil de manejar.

Sua emprêsa é grande, média ou pequena?

Não importa. Trata-se de uma personalidade altamente democrática, que terá prazer em servi-lo com solicitude e eficiência.

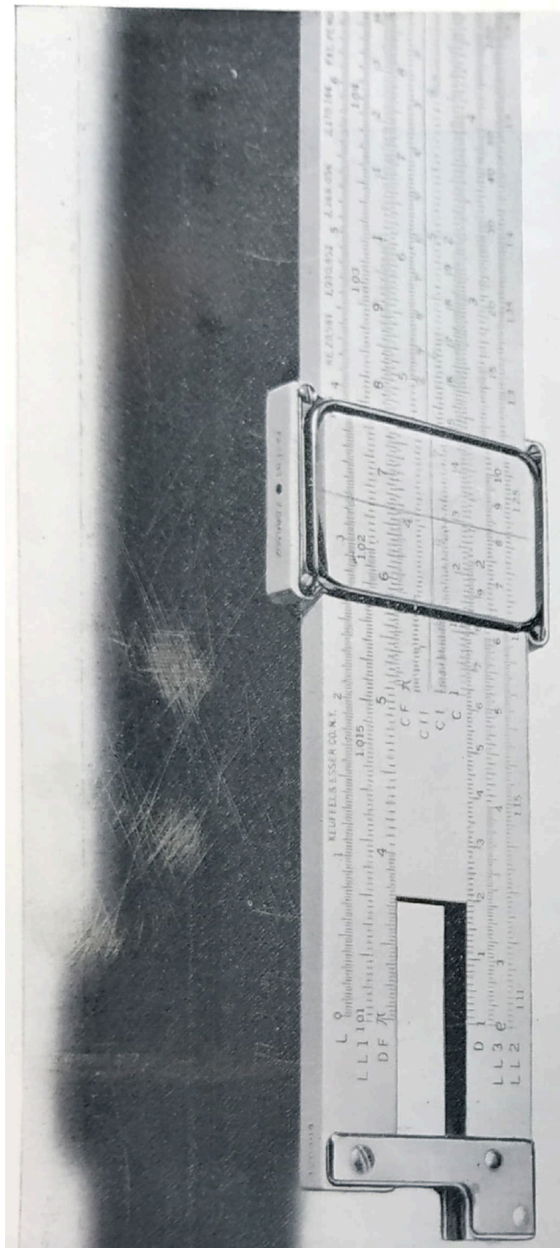
Marque uma entrevista com ela. E mande preparar uma rodada de café. Ela não virá sòzinha. Trará consigo uma equipe de técnicos e planejadores que – em função dela – tornarão muito mais eficazes as operações de sua firma. De modo que a coluna de lucros seja sempre muitas vêzes maior que a de perdas.

Ah! ...íamos nos esquecendo de apresentar pelo nome sua nova funcionária: é a Nova Máquina Remington de Contabilidade.



Remington Rand

Caixa Postal, 1025 - Rio de Janeiro



Seja qual fôr seu problema de iluminação, os engenheiros luminotécnicos da G.E. oferecem a melhor solução –sem ônus para você!

Sem qualquer compromisso ou despesa de sua parte, solicite a presença de um engenheiro luminotécnico da General Electric para estudar o seu problema de iluminação. Você terá, assim, a garantia de receber o melhor projeto de iluminação, em bases funcionais e econômicas.

Projetos de iluminação para

- escritórios
- bancos
- fábricas
- iluminação pública
- escolas
- hospitais
- edifícios
- oficinas
- ginásios esportivos
- repartições públicas etc.

GENERAL ELECTRIC

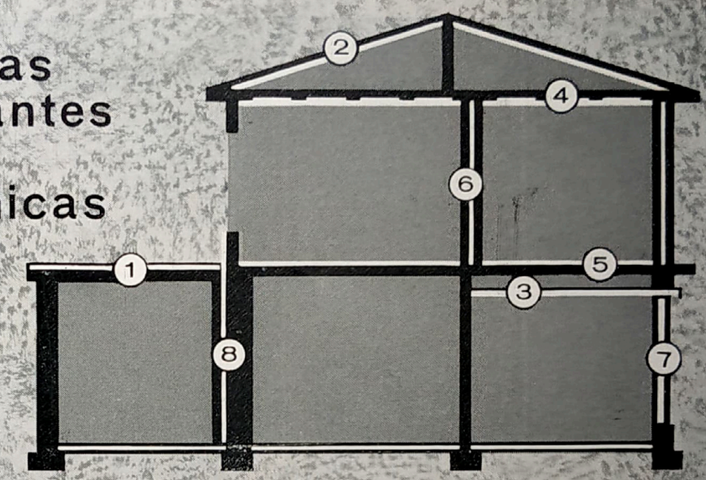
General Electric S. A.

Rio de Janeiro · São Paulo · Recife · Salvador · Pôrto Alegre
Belo Horizonte · Curitiba

46-816

STYROPOR

placas isolantes e térmicas



à base de

STYROPOR

STYROPOR é o mais perfeito isolante térmico da atualidade (coeficiente de condutibilidade térmica 0.021 Kcal/mh° c). Não obsorve umidade, não mofa, não desenvolve parasitas, resiste a ácidos e muitos outros produtos químicos.

Procure conhecer as placas de STYROPOR e tôdas as extraordinárias aplicações

1 - Proteção térmica de lajes
2 - Isolação térmica de telhados
3 - Forros decorativos
4 - Caixões perdidos
5 - Pisos flutuantes
6 - Placas sanduiches
7 - Termos vidros
8 - Juntas de dilatações

MATERIA PRIMA

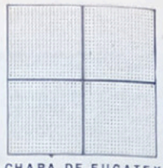
produzida no BRASIL pela **IDRONGAL**
COMPANHIA DE PRODUTOS QUÍMICOS
GUARATINGUETÁ - EST. DE SÃO PAULO

distribuida pela **QUIMICOLOR**
CIA. DE CORANTES E PRODUTOS QUÍMICOS
SÃO PAULO - R. SÃO LUIZ, 86 - 11.° e 12.° ANDAR
TEL. 36-7119

IA - SP 13.056



CHAPA DE EUCATEX ISOLANTE 60 x 60 — 12 MM DE ESPESSURA



CHAPA DE EUCATEX ACÚSTICO "A" — 19 MM DE ESPESSURA

FÔRRO É EUCATEX



O BE-A-BÁ DA ACÚSTICA Constantemente o Departamento de Engenharia da Eucatex S. A. é chamado a resolver problemas de acústica: são novos projetos de escolas, hospitais ou auditórios, cinemas ou igrejas exigindo o conhecimento especializado de profissionais que há muito operam neste setor. Êste tipo de assistência técnica, cuja avaliação seria difícil transformar em cruzeiros, é oferecido pela Eucatex S. A. sem qualquer ônus para os interessados. Tal experiência se traduz no aperfeiçoamento contínuo das chapas Eucatex, com vistas à elevação do índice de absorção do barulho: e um Fôrro Eucatex elimina até 93% dos ruídos. Quando é necessário acrescentar silêncio ao projeto, conte com a ajuda do Departamento de Engenharia da Eucatex S. A. — Av. Francisco Matarazzo, 530 — Telefone: 51-9108 — São Paulo. A resposta às suas questões será imediata!

ARQUITETURA

N.º 17 — Novembro — 1963

Órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil — Revista mensal do IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301.

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Affonso Reidy, Edgar Graeff, Ernâni Vasconcellos, Henrique E. Mindlin, Ícaro de Castro Mello, Marcelo Roberto, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Alfredo L. Britto — IAB; Álvaro Pacheco; Maurício Nogueira Batista — IAB.

Conselho de Representantes: Alberto Xavier - IAB-RGS; Jorge Wilheim - IAB-SP; Vital Maria Pessoa de Mello - IAB-PE; Affonso Baqueiros Rios - IAB-BA; Carlos Eugenio Hime - IAB-DF; Almir Fernandes - IAB-PR; Elio Vianna - IAB-ES.

Redação: *redator-chefe* — Maurício Nogueira Batista - IAB; *secretário* — Alfredo L. Brito - IAB; *departamento de arte* — Roberto Scorzelli - IAB; *Dep. Fotográfico* - Roberto Maia.

Editor:
Álvaro Pacheco.

Colaboradores: Claudius Ceccon - IAB; Ferreira Gullar, Carlos Diegues Jota, Cleber Ribeiro Fernandes, José Guilherme Merquior, Nélson Lins de Barros, Luís Miranda Corrêa, Arq. Alberto Vieira de Azevedo.

Esta publicação é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, tôdas as firmas construtoras do Rio e S. Paulo, e de outros estados, firmas de decoração, galerias de arte, escritórios técnicos.

Publicação da Editôra Artenova Ltda. — *Diretores*: Álvaro Pacheco e Renaldo Alexandre Essinger — Trav. 11 de Agôsto, 6, grupo 201.

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — tel.: 22-1703, — Rio.

Publicidade e Assinaturas: RIO — Trav. 11 de Agôsto, 6 — Grupo 201 — tel.: 31-2641; **S. Paulo** — REPRENAES — Rua 7 de Abril, 261 — 5.º andar — tel.: 32-3512; **Pôrto Alegre** — REPRENAES — Rua Cel. Vicente 456 — 2.º andar — tel.: 9-1446.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas; preço do exemplar: Cr$ 250,00; exterior — US $1; assinaturas: 1 ano — Cr$ 2.400,00; exterior: US $10; tiragem: 10.000 exemplares.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Composição e Impressão: Livraria Freitas Bastos, S.A. — Rua 7 de Setembro, 111, Rio.

Capa: foto Alexandre "Barata", A Cigarra

O SUMARIO

2 **Editorial**
Terra Livre

3 **Reportagem**
A Arquitetura na Amazônia
Luiz de Miranda Corrêa

7 **Projeto**
A Nahory
Arq. Maurício Roberto

10 **O Problema da Habitação e os Arquitetos**
A Lei do Inquilinato e Habitação
Arq. Maurício Nogueira Batista

14 **A Grã-Bretanha na VII Bienal**
Ferreira Gullar

17 **Galeria**
Artes Visuais
Ferreira Gullar
Cinema
Carlos Diegues
Música
Nélson Lins de Barros

21 **Técnica**
Prévia Consulta (P.C.)

29 **Humorismo**
Claudius

30 **Destaque**

31 **Notícias**

36 **Cartas**

37 **Estante**

38 **Legislação**

Terra Livre

Arquitetos representantes de 67 países reuniram-se em Havana para debater os **problemas de arquitetura nas nações em vias de desenvolvimento.** A escolha dêste tema para o VII Congresso da União Internacional de Arquitetos constituiu uma contribuição dos arquitetos do mundo inteiro à solução dos problemas que, primordialmente, preocupam os profissionais de arquitetura da América Latina, local do encontro.

A orientação que tem norteado a ação da UIA — reiterada no discurso do seu presidente, Sir Robert Mathews, na abertura do Congresso — é a da abordagem dos problemas arquitetônicos e do planejamento territorial sob ângulo estritamente técnico. — **"Reunimo-nos em Havana como o fizemos em Londres, há dois anos atrás, e, em anos anteriores em Moscou, Haya e outras capitais, como arquitetos, unidos pelo interêsse comum de colocar a arquitetura a serviço do Homem, recusando-nos a permitir que nocivas discrepâncias em outras matérias venham nos dividir".** Esta posição, no entanto, não teve tranqüilo curso durante as sessões do Congresso. O curso da vida também não é tranqüilo. Arquitetos, vivendo realidades diversas dão vida a **UIA.**

Os mais diretamente interessados no tema — os representantes dos chamados países subdesenvolvidos — aglutinaram-se em tôrno da idéia de que seria inútil discutir princípios de planejamento urbano, regional e habitacional, sem fazer frente a realidade política, social e econômica das regiões onde êles seriam aplicados. Traziam, êsses arquitetos, amarga experiência da frustação que emerge da tentativa de aplicar normas teóricas baseadas em um mítico "habitat" humano — pregado em sucessivos congressos e reuniões de profissionais — e a dura e inexorável realidade do exercício profissional em países onde o desenvolvimento econômico se faz sob o signo quase que exclusvio da espoliação.

A partir desta premissa, válida não apenas para os países subdesenvolvidos como para uma substancial parte das nações desenvolvidas, acreditavam ser insensato e inóquo discutir princípios de uma arquitetura que teria conseqüência tanto em Tanganica, Passárgada ou Catolé do Rocha, quanto a beira de algum canal marciano.

O depoimento de profissionais de mais de 60 países trouxe ao Congresso a imagem de uma realidade brutal. O espaço territorial desorganizado pela distribuição caótica das atividades produtivas. O bem-estar das populações deixado para um longínquo e remoto atendimento, quando não sistemàticamente esquecido. O homem jungido a uma condição de carência permanente. Cidades pobres, feias, a se estenderem em imensas manchas necrosadas de subhabitação.

Ante êste quadro, êsses profissionais recusam-se a considerar os problemas particulares de uma arquitetura individualista. Para êles, a arquitetura só poderia adquirir consistência a partir da disposição firme de lutar por précondições capazes de possibilitarem sua existência. Entre elas, o planejamento físico, integrado sistemàticamente na planificação nacional, visando o interêsse social.

Seria impossível e insensato querer alheiar-se desta visão. A plástica de algumas construções bem concebidas não chega a ocultar a outra face da cidade. A da desordem urbana, do tráfego congestionado, das humilhantes condições de moradia, cuja origem é a especulação imobiliária desenfreada. A cidade nasceu como um território livre que se opunha ao latifúndio feudal. Pisar algum tempo o solo urbano significava a alforria. A cidade foi traída, mas continua sendo o sonho dos que hoje tentam a libertação. Ao arquiteto cabe a tarefa de preservar o ideal da cidade. A cidade reflete as condições culturais do povo e o arquiteto é parte do povo. Esta cultura não pode continuar materializando-se, apenas, no empreendimento imobiliário que ergue altos edifícios. Muitos confundem, ainda, a altura dos edifícios com o grau de cultura e de progresso de um povoado, quando o seu aparecimento deveria ser tomado como um sintoma gravíssimo de moléstia urbana.

Êstes fatos indicam — e os participantes do VII Congresso disto estavam conscientes — que o arquiteto só se realiza plenamente quando sua ação se dá sôbre a terra libertada da especulação. Daí a importância cada vez mais premente da luta pelas reformas territoriais que trarão ao arquiteto a oportunidade de, sôbre a terra livre, **edificar a cidade e a casa do homem.**



Luiz de Miranda Corrêa

A Arquitetura na Amazônia

Quem conhece a Amazônia, região tropical de um país subtropical, verifica entre suas necessidades, a de um tipo de morada que se identifique com as características climáticas locais. É verdade que esta lacuna, encontra catalogação entre outras tantas em todo o país. Já Eduardo Prado em "Ilusão Americana", criticava o furor imitativo dos sul-americanos. Citava Péricles em seu discurso de Cerâmico: "Dei-vos ó atenienses, uma constituição que não foi copiada da constituição de nenhum outro povo. Não vos fiz a injúria de fazer para vosso uso, leis copiadas de outras naçoes". Se nós sul-americanos copiamos, sem a menor preocupação com as inclinações de nossos povos, as instituições politicas dos Estados Unidos, artisticamente passamos a ser um espelho do velho continente, macaqueando o gôsto e os costumes europeus. O historiador Von Holst, criticando a seguinte afirmação do orador norte-americano Henry Clay: "Acredita-se geralmente em nosso país que os sul-americanos são muito atrasados para se constituirem em nações livres. É uma injustiça. É a prova de que êles não estão atrasados é que estao adotando as nossas instituições e as nossas leis", afirma ser ela um contra-senso, pois "esta imitação servil, essa sim, é prova de incapacidade".

Será válida para a Arquitetura, (com "A" maiúsculo) esta premissa?

Achamos que sim. Os colonizadores luso-brasileiros que povoaram a imensa região norte, deviam pensar da mesma maneira. Arthur Cezar Ferreira Reis, referindo-se a ocupação da Amazonia pelos portugueses, diz: "Não havia sido possivel transladar pura e simplesmente, instituições politicas e sociais, atitudes culturais do velho mundo peninsular e impo-las na certeza do êxito". Não foi possivel transportar a arquitetura portuguesa "pura e simplesmente" para aquele verdadeiro continente ou "formidavel ilha, ao mesmo tempo ecológica e sociológica do arquipelago brasileiro", na opinião de Gilberto Freyre, sem atender aos imperativos regionais. As linhas mestras da arquitetura portuguesa lá estao. O risco dos artistas lusos permanece vivo, principalmente em Belem. Modificou-se, entretanto, a disposição dos compartimentos, aumentaram-se as varandas, engrossaram-se as paredes, alteraram-se os "pes-direito" e em muitas construções anexaram-se os patios a espanhola ou os alpendres mouros. Não dispensaram os quintais e os poroes. Transportaram a mangueira do oriente. Criaram o sobrado amazonico, de largas janelas, poroes, chao de tabua corrida, parente próximo dos sobrados do nordeste. Estes sobrados, por sua vez, sucediam as casas-grandes, e já eram invocação da arquitetura luso-brasileira. Referindo-se às casas-grandes, diz Gilberto Freyre: "A verdade e que em torno dos senhores de engenho criou-se o tipo de civilização mais estável na América hispânica, e êsse tipo de civilização, ilustra-o a arquitetura gorda, horizontal das casas-grandes. Cozinhas enormes, vastas salas de jantar, numerosos quartos para filhos e hospedes, capela, puxadas para acomodação de filhos casados, camarinhas no centro para a reclusão das moças solteiras, gineceu, copiar, senzala. O estilo das casas-grandes — estilo no sentido spengleriano — pode ter sido de empréstimo; sua arquitetura, porém, foi honesta e autentica. Brasileirinha da silva. Teve alma. Foi expressão sincera das necessidades, dos interêsses, do largo ritmo de vida patriarcal que os proventos do açúcar e o trabalho eficiente dos negros tornaram possível". Conhecemos os sobreviventes dos sobrados amazônicos, em Manaus e em Belém, em maior número nesta última. Nêles, o homem foi a maior preocupação.

No fim do século XIX e início do século XX, o formidável "boom" da goma elástica que sacudiria Belém e transformaria em cidade a aldeia que era a Manaus daqueles dias, traria um mau costume aos construtores da região. A edificação à maneira inglêsa, portuguêsa, italiana e sobretudo francesa. As lições do passado foram ràpidamente esquecidas. Nos edifícios importantes, ainda se conservou o pé-direito elevado e os porões de 90 cm de altura. Visava-se, entretanto, o enriquecimento do prédio, sem maiores preocupações sanitárias. Na maioria das vezes o quintal foi abolido. As janelas diminuiram. Os ladrilhos com padrões portuguêses, material resistente a humidade e de bom gôsto, foram banidos como indesejáveis. A simplicidade indicada pelo clima, deu lugar aos excessos novos-ricos do "art-noveaus". Os pequenos compartimentos substituíram as salas amplas e arejadas. O calor se tornou senhor das casas de Manaus e Belém. Após êsse grande surto de construções provocado pelo dinheiro fácil da borracha, voltou a região ao marasmo anterior. Pouco se construiu na Amazônia entre 1920 e 1945. O que por lá foi feito, não merece maior atenção.

Nos últimos anos do govêrno ditatorial de Getúlio Vargas, uma construção no Rio de Janeiro, viria mudar as normas da arquitetura brasileira. Nos referimos ao edifício do Ministerio de Educação e Cultura. Descobria-se o genio do arquiteto francês, Le Corbusier, que com êste risco e com sua rapida passagem por estas terras, emularia profissionais brasileiros e lançaria os alicerces da moderna arquitetura brasileira, tendo a frente Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Este movimento iria influenciar, embora palidamente, engenheiros e construtores das cidades amazonicas. Mas naqueles dias, as comunicações entre o sul e o norte do país se faziam de maneira precária. Longas viagens de navios e pouca freqüencia de aeronaves.

Não existiam revistas especializadas. Total ausência de arquitetos na região. Carencia de engenheiros. E poucos foram os que ousaram construir dentro das idéias renovadoras, e os que o fizeram, limitaram-se a transportar o que se fazia no sul, sem a maior preocupação pelas condições locais. Esqueceram um pequeno mas importantissimo detalhe. O que era bom no sul, poderia não se-lo no norte. Na maior das vezes, apenas adaptaram fachadas modernosas, excessivamente coloridas, ao "bungalow" chegado com os ingleses, já tradicional na Amazonia. É correr Manaus e Belem, e constatar o que afirmamos. Nas duas capitais, quase nada existe de bom dentro das linhas da moderna arquitetura brasileira. E o que porventura é bom, não funciona no clima. Mais tumultuada se tornou a construção na Amazônia, pela presença do mestre de obras, especie de arquiteto-engenheiro, quase sempre português, em seu país apenas um operário especializado, alçado a categoria superior pelo pequeno número de engenheiros e pela total ausência do arquiteto. Suas construçoes são atentados ao bom gosto, ao senso comum dos habitantes da região. Elementos modernos — ou modernosos — são adaptados à planta e fachada usadas nas aldeias portuguêsas, ou ao "bungalow" indiano, indiferentes as diferenças climáticas entre Portugal e Amazônia





ou India e Amazônia. Cada parede da construção pintada em côr diferente. Ausência de jardins e quintais. Casas geminadas. Lajes de concreto. Este tipo de construção, verdadeira caixa de sapatos com portas, janelas e elementos de cerâmica vasada, que não atende às necessidades regionais, está lá, em grande quantidade, nas duas capitais da Amazônia brasileira.

Belém, atualmente, possui em grande quantidade o arranha-céu. Muitos são os edifícios da capital paraense acima dos 10 andares. Um senhor português, num acesso de *nouveaurichismo*, querendo construir um monumento ao seu nome vitorioso no comércio atacadista, tornou possível a existência de um verdadeiro monstrengo, de 26 andares, no centro da cidade.

E fêz mais. No último andar do feio e mal construido edifício, colocou seu nome, em dimensões gigantescas, iluminado a gás-neon. Conhecemos Portugal. Lá, esta barbaridade não poderia acontecer. As municipalidades do do Pôrto ou de Lisboa, jamais permitiriam que se destruisse o aspecto de suas cidades com tanta irreverência. E o que dizer dos apartamentos dêste monumento indesejável? Injustificáveis em qualquer cidade civilizada. Incompreensíveis nos trópicos. E assim, aos poucos, graças ao desleixo dos responsáveis pela administração municipal e pelo mau gosto e desconhecimento de muitos cidadãos, se vai modificando a maneira de viver dos habitantes da região, pela importação de costumes indesejáveis, enfeiando as cidades, dificultando o confôrto e as modernas normas de higiene.

Outros absurdos tem lugar nas cidades da Amazônia. A substituição dos telhados e do fôrro de madeira ou de produtos industrializados, por lajes de concreto é um dêles. Não compreendemos o porquê dêsse encarecimento de construção, prejudicial não só ao confôrto, como à saúde de seus moradores. Outro fato desagradável, é a substituição dos belos azulejos portuguêses, franceses, belgas, alemães ou holandeses, por vulgares pastilhas de cerâmica vitrificada, importadas dos centros industriais brasileiros, na tentativa, sempre frustrada, de modernizar fachadas. O resultado, é um produto híbrido de casa portuguêsa ou "bungalow" indiano com elementos modernos, nada agradável à sensibilidade. Nós perguntamos, sempre que deparamos com uma nova construção, ou reforma, em Belém ou em Manaus, aonde foram parar os ensinamentos dos colonizadores luso-brasileiros. Porque o exemplo dos inglêses não terá frutificado. Porque não fazer uma tentativa de aliar a experiência européia à nativa, criando uma arquitetura verdadeiramente tropical. Porque não criar um tipo de habitação, em que o homem seja o principal beneficiado. Mais madeira e menos concreto. Mais ventilação e menos ornamentos. Mais varandas e alpendres. Mais pátios ou jardins internos. Menos vidro, mais terreno, menos Paris, mais árvores, menos Rio de Janeiro, mais Amazônia!

Não se justifica em uma cidade como Belém, a ausência de bairros residenciais. As casas, em sua maioria, são vizinhas de lojas, armazéns, bares, restaurantes, teatros, cinemas e até de fábricas, como num acampamento pioneiro. Os edifícios de apartamentos, nascem desordenadamente, prejudicando as construções menores, impedindo a ação benéfica dos ventos que tornam as noites tão agradáveis em Belém. Aonde estão as casas amplas, claras, arejadas, construídas em grandes espaços, sombreadas pelas belas árvores da região?

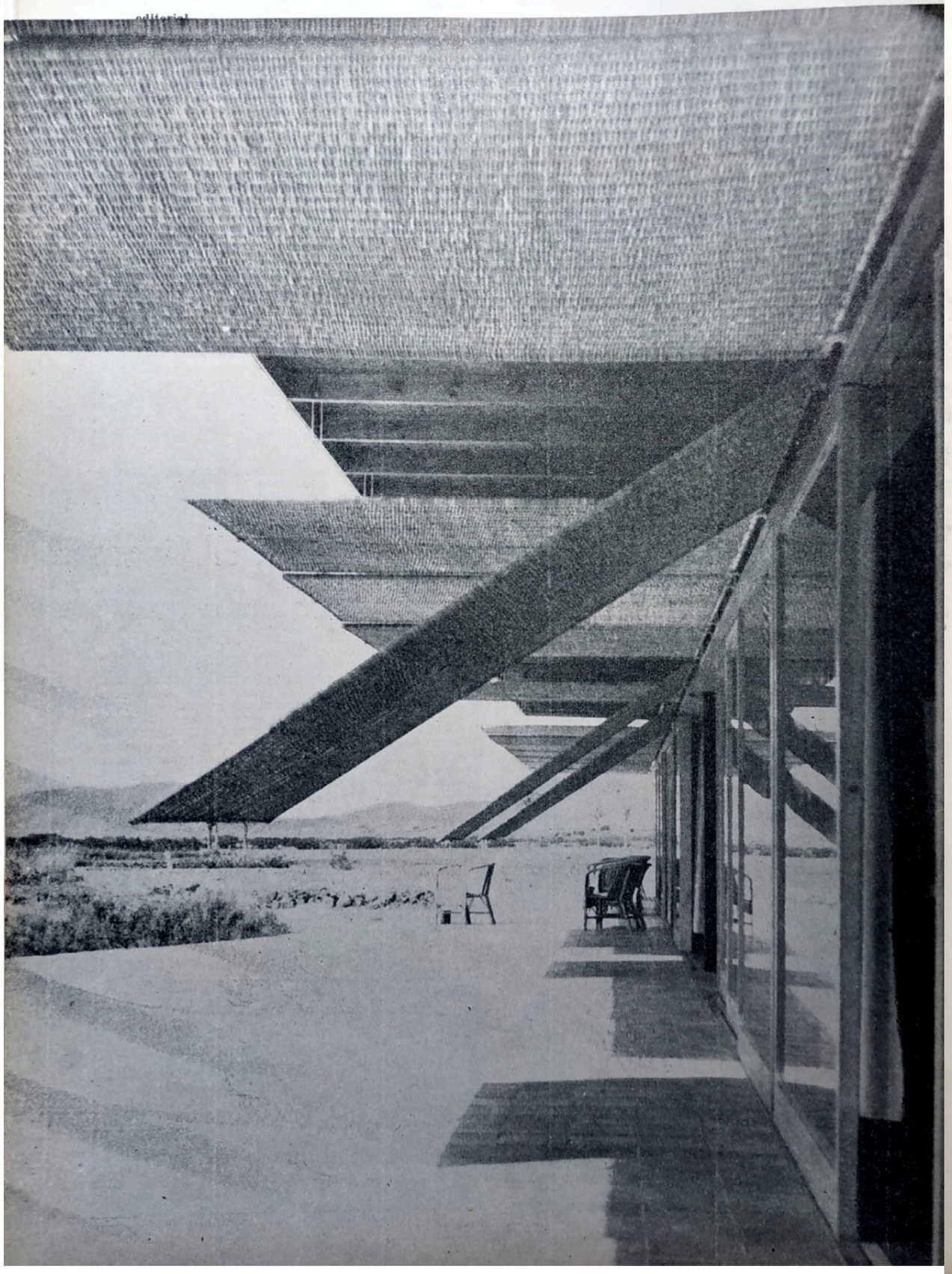
Em Manaus, encontramos tentativas no sentido de bairros residenciais adaptados às necessidades regionais. A antiga Vila Municipal, atual Adrianópolis é bairro residencial por excelência. Em artigo que publicamos na revista "Arquitetura" (Manaus-Aspectos de sua arquitetura) aventamos a possibilidade de terem sido, os inglêses, os pioneiros da morada ecológica em Manaus. Acreditamos terem sido êles os responsáveis pela idéia das casas amplas, arejadas, longe dos edifícios maiores, mais perto praça, suas ruas largas, largas calçadas, cinco ou seis da floresta. Adrianópolis é núcleo residencial, com sua casas em cada quarteirão, jardins, gramados e grande quantidade de árvores. Mas, além de Adrianópolis, ensaiam-se em Manaus outros bairros, como a Cachoeirinha, São Jorge, e o aglomerado de novas residências junto à ponte de São Raimundo.

A cidade do rio Negro, possui também seu edifício Manoel Pinto da Silva. Bem mais moderno, com apenas 10 andares, mas, completamente desajustado na paisagem da cidade. E os pequenos apartamentos começam a aparecer, num esfôrço desnecessário de imitação das metrópoles do sul do país, compreensível apenas num Brasil em que a especulação é uma das ocupações primordiais dos capitalistas. Falando em Manaus, lembramos o Hotel Amazonas. Belo edifício. Risco de bom arquiteto. A mais elegante construção moderna em tôda região amazônica. Entretanto, funciona em Manaus, da mesma maneira que uma palhoça de cabloco funcionaria na Groelândia. De início, se escolheu mal o lugar. E lá está êle, entre armazéns e casas aviadoras, voltado para o mercado, para trapiches, para o "roadway". Em segundo lugar, planejou-se um hotel para São Paulo, com apenas uma concessão ao clima dos trópicos. Uma varanda no segundo andar. E é esta varanda o único local suportável artificialmente. Quem ousará, em Manaus ou em Belém, construir o hotel ecológico, entre gramados e mangueiras, com amplas janelas, grande varanda, ladeando igarapés? Quem ousará seguir o conselho de André Malraux, falando aos artistas plasticos cariocas e paulistas, incitando brasileiros a serem brasileiros, sendo acima de tudo regionais? Quem ousará ser dos primeiros a deixar de ser o subeuropeu, da classificação de Gilberto Freyre?

O europeu criou uma arquitetura atendendo às necessidades climáticas de seu continente. Na Inglaterra, o pé-direito é baixo por razões de aquecimento. As casas são revestidas de "brics" por razões de economia e higiene. O "lambris" é tão popular na Alemanha, na Austria, no norte da Itália, tambem por razões de aquecimento e economia. O litoral do Mediterrâneo, apesar de ser Europa, possui arquitetura diversa, aproximando-se da norte-africana, também por razões climáticas. Os patios e alpendres estão lá, como em quase tôda península hispânica, pois lá o verão é mais prolongado e mais acentuado. Nos Estados Unidos, país da padronização, não existe uma arquitetura definida para seu território continental. As construções da Nova Inglaterra, como de quase todo o norte, se aproximam da inglesa e da francesa. Já as construções do sul, da Flórida, do Texas, da Califórnia, se aproximam mais da hispano-americana, por razões de clima, de higiene e de saúde. Mas, não só na Europa e nos Estados Unidos encontramos esta submissão da arquitetura ao clima. No oriente a experiência é similar. O japonês, por exemplo, criou um estilo e uma arquitetura atendendo às peculiaridades de seu clima, de seu povo e da matéria prima existente em seu país. Na Amazônia, se faz o oposto. Importa-se o gôsto, os costumes, o traço, e termina-se por importar o material de construção inexistente na região.

É tempo dos arquitetos, engenheiros da amazônia brasileira, criarem um estilo identificado com as necessidades do trópico. Criarem uma arquitetura identificada com a terra, com o clima, com o homem, usando matéria prima local. Região com tradição histórica, com traços de cultura definida, como por exemplo na alimentação, no "folclore", na literatura, não pode continuar a ser, por mais anos, copista de habitações que não funcionam em seu território equatorial. *





Hotel Pôrto-Santo
Madeira-Portugal



projeto

ANAHORY

Mauricio Roberto

No ano de 1939 a ditadura portuguêsa, em intercâmbio com a ditadura brasileira, enviou ao Rio uma missão cultural chefiada pelo ministro Antônio Ferro.

Entre as iniciativas programadas, inaugurou-se na A.B.I. uma exposição do Livro Português. A exposição não despertaria o menor interêsse se não fôsse a "bossa" da sua montagem. As inovações, a clareza da apresentação, a simplicidade e inteligência dos "stands" causaram furor nas rodas artísticas do Café Vermelhinho.

O responsável por tôda essa agitação era um galeguinho com cêrca de 20 anos, vindo de Nova York, onde colaborara na montagem do Pavilhão Português, na Feira Internacional, chamado Eduardo Anahory.

Imediatamente, dadas as suas idéias tão contrárias às da missão de que fazia parte e ao seu gênio tão brasileiro, Anahory foi incorporado à cidade. Ficou sabido que, desde os 18 anos, vivia em Paris, onde era cenarista da Companhia teatral de Louis Jouvet e que tinha sido convocado pelo govêrno do seu País para, juntamente com uma equipe de jovens artistas, montar o Pavilhão Português na Feira de Nova York.

Estourando a guerra, Anahory ficou no Brasil. Virou um artista carioca. Frequentava o Vermelhinho, o salão do Diretório da E.N.B.A., o Vogue, etc. A sua atividade profissional foi, principalmente, na parte artística da revista "Sombra", de Walter Quadros. Suas capas, seus desenhos, sua gozação na granfinada da época foram verdadeiras bombas de grande repercursão.

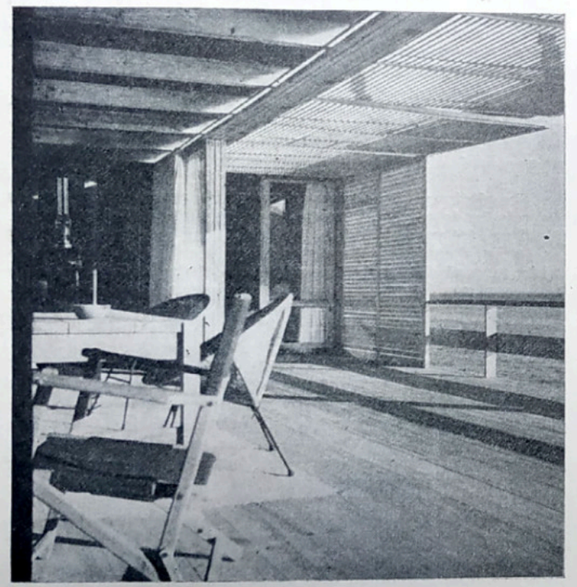
Em 1943, saudoso da família, Anahory embarcou para Portugal. Saiu do Rio num barco de pesca de bacalhau para ir diretamente à Europa. Depois de 40 dias de viagem, a tripulação descobriu que estava no Caribe. Finalmente, após três meses de mar, passando por uma série de privações, o nosso galego chegou a Lisboa.

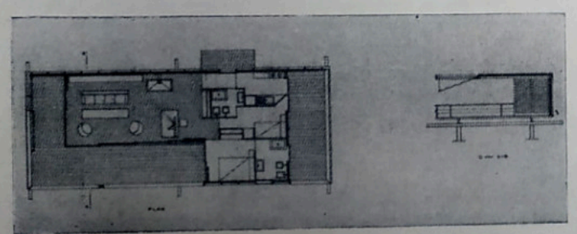
Ano de 1954. Festejos do IV Centenário de S. Paulo. Surge no Rio, novamente, Eduardo Anahory. Desta vez casado, um pouco menos boêmio. Conta que passou êsses 10 anos tentando fazer Arquitetura numa terra em que, por causa da guerra e de outros fatôres, não se fazia arquitetura.

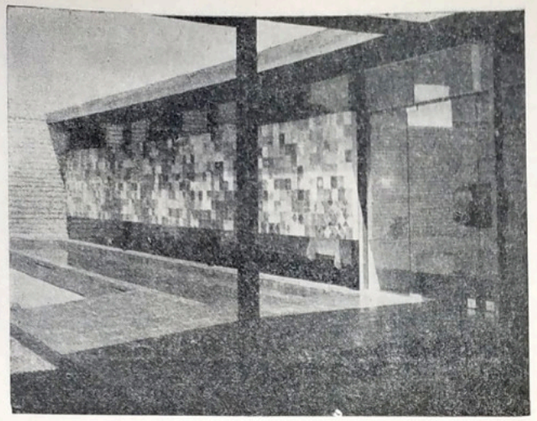
Inaugura exposição de projetos para Painéis no Museu de Arte Moderna do Rio e no de São Paulo. Para a grande Exposição do IV Centenário projeta, decora e fiscaliza o magnífico Pavilhão do Departamento do Café. Colabora com Sérgio Bernardes na parte interna do Pavilhão da Companhia Siderúrgica Nacional.

Durante a sua permanência, um ano dessa vez, faz inúmeras decorações, projeta a loja da Panair para Lisboa

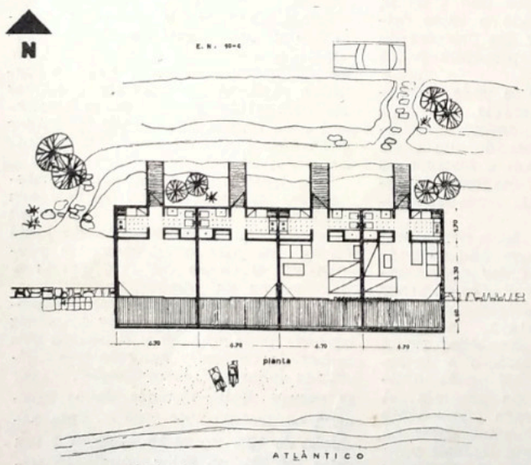












e, finalmente, acontece o mais importante: nasce a sua filha, a brasileira Marta.

Em 1955 volta a Portugal. Começa fazendo decoração e, pouco a pouco, como era o seu sonho, vão aparecendo as oportunidades no campo da Arquitetura. Hoje, êsse luso-brasileiro é um dos maiores arquitetos da sua terra.

"Arquitetura" tem o privilégio de publicar, pela primeira vez no Brasil, a obra recente dêsse artista tão ligado a nós, e eu, a oportunidade de poder apresentar um amigo querido.

Casa de Férias - Arrábida

Eduardo Anahory

As imposições que regulamentam a instalação de construções na zona em questão, não permitindo que se façam trabalhos de alvenaria obrigou a que se procurassem rochas firmes para o assentamento das colunas do que, resultou o seu exagerado afastamento.

Esta construção pré-fabricada foi estudada com a intenção de poder vir a ser aumentado o espaço útil para dormitórios quando isso se tornasse necessário. A modulação dos elementos permite grande liberdade de composição, podendo alternarem-se os painéis de persiana com os de fechamento ou com as caixilharias.

A construção compõe-se de uma ligeira estrutura de ferro que, suporta um pavimento de pinho com revestimento de mosaicos de plástico nas casas de banho e cozinha.

As paredes são formadas por painéis de aglomerado de cortiça revestidos de contraplacado de mutene nos quartos e de fórmica nas casas de banho e cozinha. Exteriormente a cortiça foi ùnicamente pintada com tinta plástica. Êstes painéis são aparafusados a montantes de pinho com o perfil adequado.

A cobertura é formada por placas de aglomerado de cortiça montadas em vigas de pinho contraplacadas, sendo a superficie exterior impermeabilizada com betuminoso, pintado a alumínio

Pelo interior a cortiça ficou à vista, não só como partido decorativo mas, também para haver a possibilidade de uma constante observação, visto que êste tipo de cobertura era pela primeira vez empregado.

As ligações dos diferentes elementos são feitas por meio de perfis de ferro plastificado.

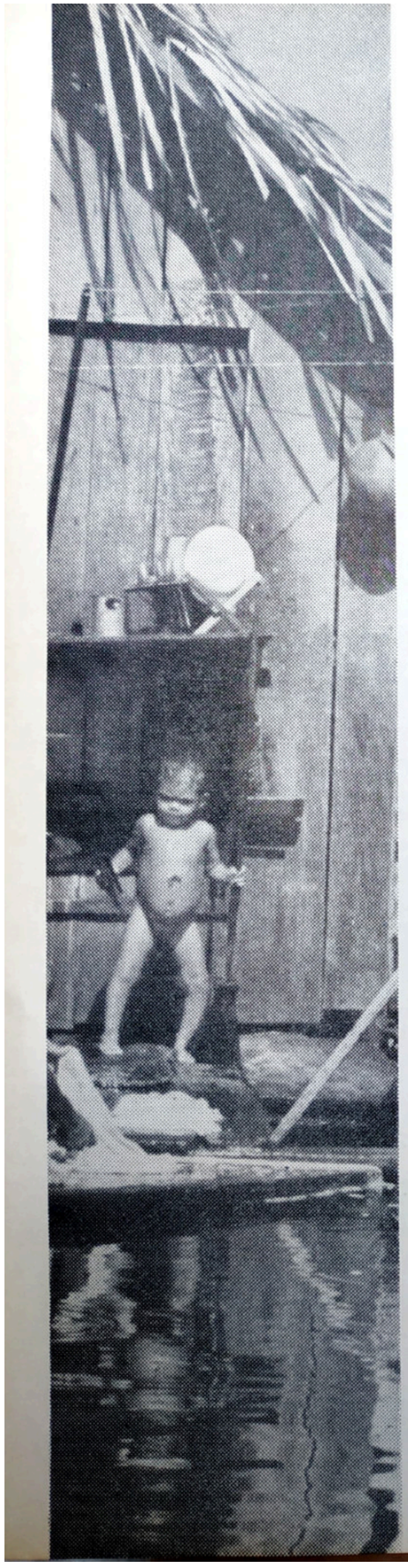
A caixilharia é de casquinha, sistema de correr. As persianas são de casquinha, basculantes e orientáveis pelo interior por meio de cabos e forragens de barco.

A circulação de ar horizontal faz-se através uma abertura continua na parede Norte junto à cobertura.

Esta primeira construção dêste tipo instalada no local há três anos, tem resistido perfeitamente a tôdas as condições climatéricas, inclusive, ser durante o inverno constantemente banhada pela ressaca das ondas que rebentam contra as rochas em frente. A única assistência que se torna necessária tem sido uma aplicação anual, de óleo de linhaça fervido, nas madeiras exteriores e uma aplicação de flintcot na estrutura de ferro.

É de notar o bom estado de conservação da cobertura que em nada acusa qualquer deterioração apesar de receber durante o inverno, a água salgada.

Tanto neste trabalho como no precedente há que salientar a qualidade das estruturas, calculadas pelo Eng. Manuel Goulart de Medeiros. ✻



A Lei do Inquilinato e Habitação

arq. *Maurício Nogueira Batista*

O Congresso Nacional está novamente às voltas com a Lei do Inquilinato. Parece brincadeira. Em junho desde então vem regulando as locaa lei 1.300 de dezembro de 1950, que desde então vem regulando as locações de imóveis. Nestes treze anos, qualquer representação popular mais autêntica teria, forçosamente, procurado outra solução que não a de ir, simplesmente, alterando o texto original da lei, ao sabor das pressões da parte mais forte: os proprietários de imóveis.

É evidente que não se pode enfrentar o problema da moradia, num país que passa por um impressionante crescimento urbano, utilizando um texto legal que regula apenas a forma e as condições da locação, desprezando todos os outros — e mais verdadeiros — ângulos da questão.

A primeira constatação, a mais óbvia pelo menos, é a de que não se pode deixar o atendimento das necessidades de moradia da população ao sabor das motivações da iniciativa privada. O problema apresentava, em 1950, características que sensibilizaram o Poder Público, obrigando-o a intervir numa área onde, até então, o liberalismo era a norma absoluta. A intervenção demonstrava claramente que as motivações determinantes do emprêgo de capitais em imóveis para renda, não guardavam as condições necessárias ao atendimento da demanda residencial de então e, muito menos, a que estava por ocorrer. Tomou-se o fenômeno — quanta ingenuidade — como transitório e promulgou-se a lei para regular a locação de imóveis, até que se desse a recuperação do mercado imobiliário. Enquanto aqui dentro assim se agia, no mundo inteiro outra orientação era tomada. Nações de economia capitalista e de economia socialista, sentindo a gravidade e a importância social da moradia empreendiam medidas para adotar políticas objetivas no campo do planejamento territorial e da habitação, visando responder eficazmente a esta necessidade fundamental do homem.

Mas, qual eram, no Brasil, as perspectivas de estabilização do mercado imobiliário? Em 1950, não era difícil pressentir que a questão habitacional caminhava para o agravamento progressivo. O Censo de 1950 revelava, pelo exame da composição profissional da população, que o Brasil *"abandonava a situação de país de economia agrícola para adquirir a estrutura dos países de economia agrícola com atividade industrial subordinada"*. (1). O exame dêstes mesmos dados indicava — decênio 1940-1950 — uma redução de 10% no ramo agrícola e um salto de 5% no setor população urbana. (2). Tais elementos permitiam inferir que daí em diante o afluxo das populações rurais para os núcleos urbanos mais importantes seria violentamente incrementado. O congestionamento das cidades, até então não preparadas sequer para atender ao crescimento vegetativo de suas populações, foi uma das conseqüências imediatas.

O CRESCIMENTO DAS CIDADES BRASILEIRAS

O quadro que reproduzimos mostra o ritmo do crescimento das cidades que abrigam as capitais das unidades da Federação nos últimos vinte anos. Êste crescimento é, sem dúvida, um índice significativo de progresso do país. Não devemos, entretanto deixarmo-nos levar pelo aspecto meramente quantitativo. Estas cidades, que cresceram em população como se estenderam em área, acompanharam, todavia, êste desenvolvimento com o estabelecimento do correspondente equipamento urbano básico? — Os fatos mostram que não. Na maioria delas os grupos migrantes conservaram, quase integralmente, os hábitos de vida primitiva das regiões rurais de origem. Ocuparam a periferia ou os espaços vazios internos dos núcleos onde chegavam. Com suas construções primitivas foram formando agrupamentos marginalizados cujo tamanho, em algumas cidades, é, hoje, assombroso. O Rio de Janeiro tem cêrca de um milhão de pessoas vivendo em agrupamentos desta natureza. Em número, sòmente esta população representa a terceira cidade brasileira. Percentualmente, entretanto, outras cidades contêm grupamentos maiores: Recife 60% e Salvador quase 80%. O que vem, de certa forma confirmar a observação do geógrafo francês Pierre George: *"Na América Latina sòmente as áreas privilegiadas do centro tem, pròpriamente dito, um caráter urbano. Em tôrno delas, nada de ruas calçadas, nem de água encanada, nem luz elétrica..."*

A forte concentração populacional em certas e determinadas áreas, a ânsia de encontrar espaço para habitar e a conseqüente e violenta especulação sôbre preços dos terrenos, tornaram cada vez mais difícil a obtenção de residências. Sob o olhar complacente dos setores responsáveis pela administração pública deteriora-se paulatinamente a função urbana de morar. Hoje, a dificuldade de moradia não atinge apenas as camadas de menor renda. Grande parte da chamada classe média vive intensamente a angústia da ameaça constante do despejo. Ser obrigado a mudar de residência significa uma tragédia no orçamento doméstico. Não é preciso frisar aqui o que de humilhante e de vexatório traduz esta situação. Os aluguéis dos apartamentos médios — mínimos para uma família média, da classe média — ombreiam com os ordenados mais altos pagos pelo serviço público federal — quatro a cinco vêzes o salário mínimo mensal.

Contraditòriamente êste vertiginoso crescimento urbano e o aumento crescente da demanda de habitação veio significar uma sensível diminuição na renda do capital aplicado em imóveis para alugar não se constrói mais para alugar. Nos últimos anos tem-se observado uma baixa assustadora no número de moradias oferecidas a aluguel. Grande parte do que se constrói é colocado a venda ou retido para especulação. Sòmente no Rio de Janeiro, estima-se em 40 mil o número de unidades habitacionais vazias.

A ATIVIDADE GOVERNAMENTAL

A ausência de estatísticas seguras dificulta a análise do fenômeno e sua apresentação. As estimativas do "déficit" residencial são grosseiras e falhas. Entretanto, *"os observadores*

POPULAÇÃO PRESENTE, DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS, NA DATA DOS TRÊS ÚLTIMOS RECENSEAMENTOS GERAIS

MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS	POPULAÇÃO PRESENTE			INCREMENTO PERCENTUAL	
	1940	1950	1960	940/50	950/60
Pôrto Velho	...	27 244	51 049	...	87
Rio Branco	16 038	28 246	47 882	76	70
Manaus	106 399	139 620	175 343	31	26
Boa Vista	...	17 247	26 168	...	52
Belém	206 331	254 949	402 170	24	58
Macapá	...	20 594	46 905	...	128
São Luís	85 583	119 785	159 628	40	33
Teresina	67 641	90 723	144 799	34	60
Fortaleza	180 185	270 169	514 828	50	91
Natal	54 836	103 215	162 537	88	57
João Pessoa	94 333	119 326	154 950	26	30
Recife	348 424	524 682	788 580	51	50
Maceió	90 253	120 980	170 134	34	41
Aracaju	59 031	78 364	115 713	33	48
Salvador	290 443	417 235	655 739	44	57
Belo Horizonte	211 377	352 724	680 025	67	93
Vitória	45 212	50 922	85 242	13	67
Niterói	142 407	186 309	245 467	31	32
São Paulo	1 326 261	2 198 096	3 776 581	66	72
Curitiba	140 656	180 575	361 309	28	100
Florianópolis	46 771	67 630	98 520	45	46
Pôrto-Alegre	272 232	394 151	641 173	45	63
Cuiabá	54 394	56 204	58 192	3	4
Goiânia	48 166	53 389	153 505	11	188
Guanabara	1 764 141	2 377 451	3 288 296	34	39
Total	5 651 140	7 979 661	13 004 735	41	63

(Reproduzido de "Desenvolvimento & Conjuntura" Ano V — N. 6 Junho 961)

com quem temos debatido êstes números, se não podem precisá-los mais, admitem sem a menor relutância que 50% da população total brasileira habita favelas, mocambos, choças ou pardieiros irrecuperáveis, alguns dos quais mal construídos, não oferecendo condições mínimas de área, de luz, de salubridade, de confôrto, de higiene e não comportam a instalação progressiva dessas melhorias." (3) *"Dados incompletos demonstram que nosso "deficit" de moradias é alarmante: cêrca de cinco milhões de unidades. Se forem computadas entretanto, as precárias condições de habitabilidade existentes na maioria de nossos centros urbanos e rurais, o "deficit" real é ainda mais elevado."* (4)

Fato incontestável tem sido a inação governamental ante a questão brasileira da moradia. Agumas mensagens presidenciais ao Congresso Nacional abordaram o problema. Os aspectos mais dramáticos da crise e as linhas mestras da situação habitacional do país estão ali suficientemente bem lançadas. Ficou-se aí. A atitude gavernamental lembra o proceder mágico. Uma tentativa de conjurar o mal pela palavra. Fora disso, a ação governamental cingiu-se à obra da Fundação da Casa Popular e a dos *IAPs*. Esparsa e desordenada. Nenhum critério mais lógico procurou integrar estas construções à estrutura urbana onde foram encunhadas. Os governos estaduais, desfibrados e despersonalizados pelo centralismo dos anos de ditadura, conservaram-se pràticamente inertes. Sòmente agora começam a organizar e a ensaiar tímidas experiências.

A NECESSIDADE DE UMA CONSCIÊNCIA PÚBLICA DO PROBLEMA

O que assusta mesmo, entretanto, é a falta de uma verdadeira consciência das reais dimensões da crise habitacional. É o fato de uma população que tem mostrado uma inegável, acentuada e rápida politização, não ter aberto, até agora, os olhos para um problema que lhe toca tão a fundo. A necessidade desta conscientização foi fortemente sentida pelos participantes do Seminário de Habitação e Reforma Urbana que em suas afirmações salientaram a importância *"da formação de uma consciência popular do problema e a participação do povo em programas de desenvolvimento de comunidades"*.

O *s.HRu* representou para os arquitetos uma experiência positiva. A partir de sua realização foram vislumbradas outras posições. Uma delas das mais significativas, ficou muito claramente exposta em artigo recente do arquiteto Jorge Wilheim. Neste artigo *JW* afirma, — indicando uma linha já pressentida, porém sòmente formulada em tôdas suas consequências no *s.HRu* — que se quisermos alcançar *"resultados concretos, devemos, nós arquitetos, saber traduzir conceitos urbanísticos em temas reivindicatórios; a pressão popular poderá produzir resultados urbanísticos em tempo mais curto e cabe aos profissionais envidar esforços para uma orientação correta"*.

Esta linha indica a necessidade de uma ação mais ampla. Deve-se procurar congregar em tôrno da campanha em prol de melhores condições de vida urbana e de habitação não apenas os profissionais com atuação definida no campo do planejamento, como, também, os setores da população diretamente interessados. A tarefa a ser enfrentada não é fácil e exigirá da classe dos arquitetos um poder de arregimentação ainda não posto a prova, pelo menos nesta escala. O desafio está lançado e não nos parece oferecer condições para outra opção.

A LEI DO INQUILINATO COMO BASE PARA UMA CAMPANHA

O movimento popular em tôrno da prorrogação da lei do inquilinato em junho, ocorrendo em plena fase preparatória do *s. HRu*, não foi bem aproveitado pelos arquitetos. Estávamos ainda, muito imbuídos das grandes soluções globais para sentir que ali se encontrava um dos pontos básicos para a aglutinação de grandes contigentes na luta por melhores padrões de vida urbana e de habitação. Com efeito, a lei do inquilinato tem uma tremenda significação para a maioria da população brasileira. Uma grande parcela desta população vive em imóveis locados, a mercê, portanto, das variações do texto legal que regula os aluguéis. Os arquitetos não podem ignorar êste dado. Sabem que não é possível debelar a crise residencial com textos legais que meramente disponham sôbre o regime e as condições de locação, mas, por outro lado, reconhecem a importância social e econômica dêste fator na estrutura habitacional do país.

Foto IMAGE





A um jornal do Rio, de grande penetração nas camadas populares, não passou desapercebida esta falha. Em editorial intitulado "Reforma Urbana", o articulista acentuava, referindo-se um tanto injustamente ao *s.HRu*, que *"afora a referência ao caso da supervalia das áreas, nada mais disseram que conduzisse a uma solução racional da crise em nos debatemos"*. Mais adiante, vai direto ao ponto que, no momento, é capaz, realmente, de sensibilizar tôda a população em materia de habitação: a questão do aluguel". *"... não é mais possível à população pagar pelo aluguel da moradia mais da metade do que ganha para a totalidade de suas despesas, quando em parte nenhuma do mundo civilizado semelhante fenômeno se observa. Temos de agir no sentido de estabelecer uma norma lógica para a cobrança do aluguel, antes que o povo seja levado ao desespêro por falta de recursos para pagamento de um teto. O crescimento vertiginoso das favelas, para onde já correm numerosos elementos da classe média, é um sinal de alarma que os legisladores brasileiros precisam não perder de vista, para uma providência urgente."* (5).

A NOVA BATALHA DO INQUILINATO

A última prorrogação da Lei 1.300, votada em junho, expira em dezembro do corrente ano. O fato está de nôvo nos jornais. Em títulos de primeira página e em caixa alta, quando não mesmo em manchetes. Os sindicatos, associações e demais entidades de representação se articulam para lutar, pelo menos, por uma prorrogação pura e simples. Dos males o menor. Várias proposições foram já apresentadas por parlamentares. Um dêles o senador Atílio Fontana, elaborou projeto prorrogando a lei. Não se trata, todavia, de simples prorrogação. A proposição contém dispositivo determinando a reforma dos atuais aluguéis, para equipará-los à elevação do custo de vida.

A repercussão de um dispositivo desta natureza, uma vez aprovado, teria as mesmas consequências da derrogação da lei. Ou pior, no dizer do advogado Mário Rodrigues de Carvalho, presidente da Aliança de Solidariedade e Proteção aos Inquilinos. Segundo *MRC*, derrogada a lei do inquilinato, volver-se-ia aos têrmos do Código Civil onde apesar dos pesares o inquilino estaria mais bem amparado. Pelo Código Civil, o senhorio pode despejar o inquilino mas não pode aumentar-lhe o aluguel. Em entrevista dada ao Correio da Manhã, *MRC* diz, ainda, que *"ninguém pode mais alugar um apartamento sòzinho no Rio. Os aluguéis pedidos para uma unidade de quarto e sala é de 40 mil. Quase tôda família da classe média tem que sublocar para poder pagar a locação. A promiscuidade nestes casos, tem gerado verdadeiros dramas."* (6).

O líder do govêrno na Câmara Federal, deputado Tancredo Neves, apresentou projeto de lei que consolida a legislação atual sôbre o inquilinato. Não cabe aqui a análise do projeto, mas um fato transparece imediatamente: prevalece, ante o drama da habitação neste país, a mesma atitude de 1950. Regula-se a locação dos prédios urbanos. Treze anos, durante os quais a estrutura nacional não ficou inerte, não foram suficientes para despertar a sensibilidade de nossos representantes sôbre a necessidade humana fundamental de ter um teto.

O que poderia justificar a liberação total dos aluguéis? — A abundância de habitações oferecidas a aluguel e a venda. O término de crise residencial. É fato sabido e comprovado — reconhecido pelo próprio presidente da República em mensagem ao Congresso — que o "deficit" habitacional cresce de ano para ano. Nestas condições, como é possível imaginar que o homem comum, o que ganha salário mínimo ou pouco mais, o empregado médio do comércio, da indústria ou do serviço público possa contratar livremente com proprietários de imóveis o preço da locação de sua casa. Sabe o líder Tancredo Neves o preço médio de um apartamento de quarto e sala? Sabe o preço médio que se paga pelo trabalho do homem brasileiro? Existirá alguma relação plausível, lógica, humana, entre o que ganha o brasileiro médio e o que se cobra pela locação de uma habitação mínima? Qual será a possibilidade de sobrevivência dêste homem quando a relação numérica salário-habitação é de 1 para 2, ou, na melhor das hipóteses, de 1 para 1.

Dentro dêste quadro, a única alternativa para a maioria da população brasileira será a rápida e progressiva favelização. Não acreditamos que seja esta a intenção governamental. Pelo contrário, medidas objetivas e concretas são aguardadas ansiosamente, para enfrentar seriamente a crise residencial em que se debate o país. Medidas que consubstanciadas em uma política nacional de habitação venham a criar as condições necessárias de moradia digna e decente para tôda população brasileira.

NOTAS:

1 — *Pedro Pinchas Geiger — Evolução da Rêde Urbana Brasileira. — INEP-MES — 1963. Págs.* 17. . . .
2 — *Idem, Págs.* 18 *e* 19
3 — *Instituto de Arquitetos do Brasil — Dpto. de São Paulo, Mimeo. Pág.* 1
4 — *João Goulart — Mensagem do Congresso Nacional — Departamento de Imprensa Nacional — 1963, Pág.* 134
5 — *A Notícia, Rio de Janeiro* 6-9-1963
6 — *Correio da Manhã, Rio de Janeiro,* 2 e 3-11-1963. *

Foto IMAGE



A um jornal do Rio, de grande penetração nas camadas populares, não passou desapercebida esta falha. Em editorial intitulado "Reforma Urbana", o articulista acentuava, referindo-se um tanto injustamente ao *s.HRu*, que *"afora a referência ao caso da supervalia das áreas, nada mais disseram que conduzisse a uma solução racional da crise em nos debatemos"*. Mais adiante, vai direto ao ponto que, no momento, é capaz, realmente, de sensibilizar tôda a população em materia de habitação: a questão do aluguel". *"... não é mais possível à população pagar pelo aluguel da moradia mais da metade do que ganha para a totalidade de suas despesas, quando em parte nenhuma do mundo civilizado semelhante fenômeno se observa. Temos de agir no sentido de estabelecer uma norma lógica para a cobrança do aluguel, antes que o povo seja levado ao desespêro por falta de recursos para pagamento de um teto. O crescimento vertiginoso das favelas, para onde já correm numerosos elementos da classe média, é um sinal de alarma que os legisladores brasileiros precisam não perder de*

os quais a estrutura nacional não ficou inerte, não foram suficientes para despertar a sensibilidade de nossos representantes sôbre a necessidade humana fundamental de ter um teto.

O que poderia justificar a liberação total dos aluguéis? — A abundância de habitações oferecidas a aluguel e a venda. O término de crise residencial. É fato sabido e comprovado — reconhecido pelo próprio presidente da República em mensagem ao Congresso — que o "deficit" habitacional cresce de ano para ano. Nestas condições, como é possível imaginar que o homem comum, o que ganha salário mínimo ou pouco mais, o empregado médio do comércio, da indústria ou do serviço público possa contratar livremente com proprietários de imóveis o preço da locação de sua casa. Sabe o líder Tancredo Neves o preço médio de um apartamento de quarto e sala? Sabe o preço médio que se paga pelo trabalho do homem brasileiro? Existirá alguma relação plausível, lógica, humana, entre o que ganha o brasileiro médio e o que se cobra pela locação de uma habitação mínima? Qual será a possibilidade de sobrevivência dêste homem quando a relação salário-habitação é de na melhor das hipóteses,

e quadro, a única alternativa da maioria da população á a rápida e progressio. Não acreditamos que intenção governamentrário, medidas objetivas ão aguardadas ansiosaenfrentar seriamente a ial em que se debate o s que consubstanciadas ica nacional de habitaa criar as condições nemoradia digna e decente pulação brasileira.

achas Geiger — *Evolução Urbana Brasileira.* — S — 1963. *Págs.* 17.. .. gs. 18 e 19
de Arquitetos do Brato. de São Paulo, Mimeo. *Pág.* 1
4 — *João Goulart — Mensagem do Congresso Nacional — Departamento de Imprensa Nacional — 1963, Pág.* 134
5 — *A Notícia, Rio de Janeiro* 6-9-1963
6 — *Correio da Manhã, Rio de Janeiro,* 2 e 3-11-1963. *

rogação da lei. Ou pior, no dizer do advogado Mário Rodrigues de Carvalho, presidente da Aliança de Solidariedade e Proteção aos Inquilinos. Segundo *MRC*, derrogada a lei do inquilinato, volver-se-ia aos têrmos do Código Civil onde apesar dos pesares o inquilino estaria mais bem amparado. Pelo Código Civil, o senhorio pode despejar o inquilino mas não pode aumentar-lhe o aluguel. Em entrevista dada ao Correio da Manhã, *MRC* diz, ainda, que *"ninguém pode mais alugar um apartamento sòzinho no Rio. Os aluguéis pedidos para uma unidade de quarto e sala é de 40 mil. Quase tôda família da classe média tem que sublocar para poder pagar a locação. A promiscuidade nestes casos, tem gerado verdadeiros dramas."* (6).

O líder do govêrno na Câmara Federal, deputado Tancredo Neves, apresentou projeto de lei que consolida a legislação atual sôbre o inquilinato. Não cabe aqui a análise do projeto, mas um fato transparece imediatamente: prevalece, ante o drama da habitação neste país, a mesma atitude de 1950. Regula-se a locação dos prédios urbanos. Treze anos, durante

ARQUITETO

Esta é a Revista de sua classe, a SUA Revista, que lhe é entregue em sua casa todos os meses, sem lhe custar nada. Ela foi idealizada e está sendo editada exclusivamente para você, na intenção de criar um veículo para informá-lo e divulgar o seu trabalho. Para continuar a servi-lo, ARQUITETURA precisa de sua ajuda. Para continuar chegando às suas mãos todos os meses, ela precisa de que você a auxilie. Pense e veja que VOCÊ pode ajudá-la. Não fique indiferente,

AJUDE ARQUITETURA A SOBREVIVER

Instituto de Arquitetos do Brasil

Foto IMAGE



Grã-Bretanha na VII Bienal

Ferreira Gullar

DAVIE, PAOLOZZI E VAUGHAN

A Grã-Bretanha mantém, nesta VII Bienal de São Paulo, o critério de representação que a caracteriza desde a I Bienal: número reduzido de artistas visando preservar o nível da representação e dar uma visão mais ampla dos artistas escolhidos.

Êste ano, a Grã-Bretanha comparece com um pintor, Alan Davie; um escultor, Eduardo Paolozzi e um desenhista, Keith Vaughan. Como da vez passada, que o prêmio de escultor foi dado à inglêsa Barbara Hepworth, nesta Bienal o prêmio de pintura foi dado a um dos integrantes da representação inglêsa, o pintor Alan Davie.

Os quadros de Alan Davie representam bem a pintura contemporânea inglêsa e mesmo o espírito da arte inglêsa, preservando dentro das tendências caóticas da arte atual, certa finura e elegância, que permanecem presentes mesmo nas tentativas mais audaciosas do artista de descer a profundidades do inconsciente ou do irracional. O irracionalismo de Davie, como êle próprio o observa, está mais perto da filosofia Zen do que do desespêro ocidental: é antes uma tranqüila renúncia ao mundo exterior e a pro-





Figura e Paisagem, 1960
Keith Vaughan



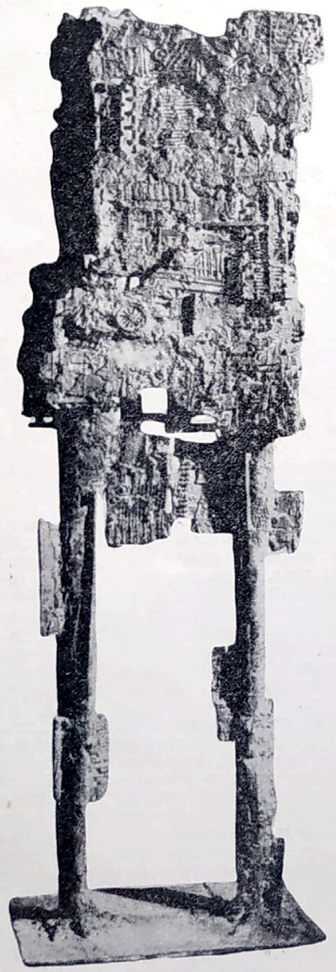
Cornucópia, junho, 1960
Alan Davie



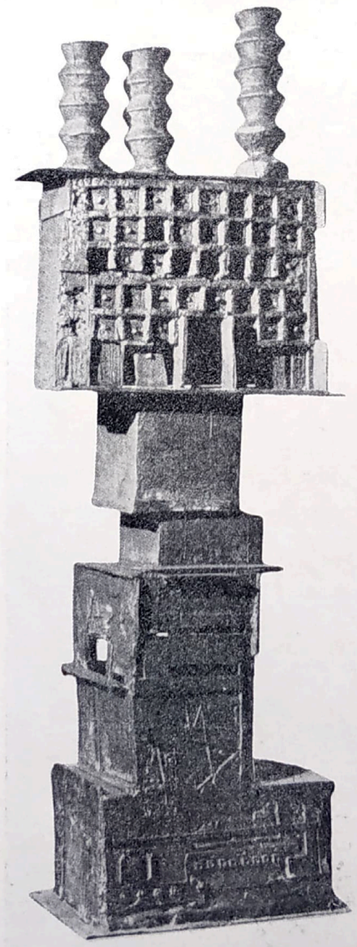
cura de uma paz íntima e de uma unidade espiritual do que o mergulho suicida no caos. Por isso é que a sua pintura, no que tenha de desconcertante improvisação, preserva o sentido de ordem interior e as côres otimistas de uma outra realidade vislumbrada pelo artista. Se se pode pôr em dúvida a significação maior que tenha, efetivamente, uma pintura que nada representa de identificável, não se pode negar a presença de um pensamento ordenador em todo o curso de sua obra.

Eduardo Paolozzi apresenta-se numa fase nova de sua escultura, que evoluiu, das formas deliberadamente podres ou puídas, para as atuais, bem mais próximas do espírito "dada", das máquinas inúteis e dos objetos "ready made".

Na fase anterior, Paolozzi, por assim dizer, parodiava os fragmentos escultóricos achados nas escavações, montando um "herói grego" com restos de máquinas atuais, como a acentuar o nível que o tempo impõe a tôdas as idades. Essa visão pessimista e toyn-



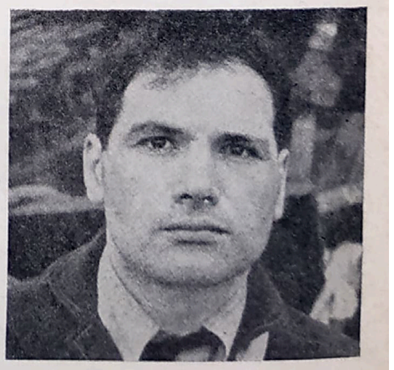
Eduardo Paolozzi
Tôrre Tirânica, 1961



biana da História, desapareceu da arte de Paolozzi, agora mais interessado em ligar o mundo industrializado de hoje ao mundo mágico primitivo, transformando a "máquina" moderna (suas formas, seu material, etc.) em ídolos ou figuras de uma mitologia forjada. Na obra de Paolozzi deve-se anotar o ressurgimento dos processos dadaístas e surrealistas, no que êle se liga à tendência cada vez mais em voga na Europa de hoje.

Vaughan é um artista que trabalha entre a figura e a abstração, na tentativa de preservar sua linguagem ligada ao mundo real e, sobretudo, à figura humana que é, no seu entender, o elemento fundamental da arte.

Trabalhando com carvão sôbre o papel, Vaughan se exprime em formas sintéticas, decisivas, explorando ao mesmo tempo as alusões figurativas e a matéria do material que utiliza. Sua arte se caracteriza pela execução vigorosa e pelo caráter monumental das formas.



GaleriaGaleriaGaleria

artes visuais

Ferreira Gullar

Renina Katz expôs, mês passado, na Petite Galerie uma série de desenhos coloridos, feitos a nanquim, lápis de côr, cêra e guache. O fato é interessante se se levar em conta que Renina é uma gravadora que, agora, se distancia de seus habituais instrumentos de expressão.

Simultâneamente a essa exposição, realizou-se na Piccola Galeria, uma mostra do gravador Newton Cavalcanti. Gravador figurativo, que versa temas populares ou derivados da literatura de cordel do Nordeste, região donde é oriundo o artista. A gravura de Newton Cavalcanti não se insere na tendência atual da gravura internacional, que é abstrata e se apóia em recursos quase que exclusivamente técnicos: uma gravura que exprime sobretudo os modos de gravar e que se afasta velozmente da gravação como exercício artesanal.

Essa gravura contemporânea, abstrata, visa a uma suposta riqueza de efeitos óticos, buscando no uso de incessantes inovações técnicas. Já quase nada tem que ver com a antiga gravura, nem mesmo a "moderna" gravura de um Gauguin, um Nunch, um Goeldi... A gravura de hoje caminha para uma espécie de pintura gravada, e essa tendência se explica primeiro pela perda de função da gravura com o desenvolvimento industrial e, segundo, por ela hoje ser feita para decorar apartamentos — para ficar exposta como quadro.

Nesse sentido, a gravura de Newton Cavalcanti é extemporânea, uma vez que ela não exprime êsse fenômeno sociológico da gravura. Mas, de fato, o exprime: por se afastar do caminho suicida dos gravadores contemporâneos e procurar nas suas raízes populares um conteúdo que o cosmopolitismo dissolveu em quase tôdas as manifestações artísticas de nossa época. Newton Cavalcanti é um gravador brasileiro, nordestino, que fala de um mundo cultural marginalizado. Mundo êsse que, por fôrça das contingências históricas, emerge agora na vida brasileira, exigindo a reformulação da imagem que o país — vale dizer, os centros urbanos — se fazia de si mesmo. Essa reformulação, que é urgente e compulsória no campo da economia e da sociologia, não o é menos no campo da arte.

Renina Katz fêz gravura durante muitos anos, voltada para a expressão de imagem da realidade brasileira, particularmente de seus aspectos dramáticos. Mas, à época em que se voltou para tais assuntos, a presença dêsse Brasil soterrado e miserável ainda não se tinha imposto ao país como um fato. Daí o caráter um tanto teórico, frágil daquelas gravuras de Renina. À busca de reencontrar uma realidade mais autêntica para sua arte, ela mergulhou na indagação de sua subjetividade, e isso na medida mesmo em que a realidade social, de que ela quis ser a intérprete, se pronunciava. Houve uma espécie de descompasso. E, hoje, quando Renina procura, em imagens oníricas e visionárias, a essência do mundo, o mundo se manifesta, para nós brasileiros, agora, na urgência de uma profunda crise social.

Mas, por outro lado, a experiência de Renina se liga à crise da gravura contemporânea, na medida em que, aproximando-se da subjetividade que caracteriza essa expressão hoje, a artista abandona as técnicas de gravar e recorrer ao lápis de côr, ao desenho com nanquim colorido. Tal fato exprime a compreensão, por parte de Renina, de que a gravura não é o meio melhor para se falar do mundo quando se desiste de encará-lo como realidade imediata. E assim ela caminha para a pintura de fato, em lugar de fazer, como os gravadores atuais, que, na sua maioria, fazem pintura gravada. *

cinema

Carlos Diegues

1. Revisão Crítica em Livro

Depois de dois anos "experimentais", o chamado *cinema nôvo* rótulo de que serviram os jovens realizadores & produtores de filmes no Brasil para lançar confiança junto ao público, estava mesmo necessitando de uma agitação. Ninguém melhor que Glauber Rocha, autor de dois filmes "Barravento" e "Deus e Diabo na Terra do Sol") além de crítico e téorico do movimento, para fazê-lo. Glauber Rocha, baiano de 25 anos, foi dos que mais agitaram o quadro do cinema brasileiro, dos que estiveram na linha de frente desde a primeira hora.

É através de "Revisão Crítica do Cinema Brasileiro", livro que a Editôra Civilização Brasileira acaba de lançar, que GR estabelece as bases da nova cinematografia nacional e, principalmente; coloca as novas perguntas que necessitam de resposta imediatamente. O livro, pela primeira vez na crítica brasileira, estabelece clara e limpidamente a destruição de velhos mitos, aponta os grandes coveiros do cinema nacional e promove aquêles a quem se deve realmente alguma coisa. As desmistificações: logo de saída, a da farsa "Limite" e de Mario Peixoto; depois o entêrro derradeiro dêste cadáver incômodo que é a Vera Cruz; mais adiante, sem nenhuma timidez, a destruição do equívoco Lima Barreto e a colocação de "O Cangaceiro" no seu devido lugar; por fim, o puxão violento na máscara e nas orelhas do pseudo-sério cinema paulista dos Civelli e dos Biáfora.

Era preciso que alguém com o ímpeto e o descompromisso de GR se lançasse de uma vez à causa da desmistificação do cinema nacional, e que o fizesse assim — polêmica e panfletàriamente, definindo com clareza quem faz mal à nossa pobre industriazinha e o que podemos esperar de certos setôres culturais dêste país. Evidentemente que GR não esgota a questão da nossa cinematografia. Mantém-se no plano da fomentação de debate e o incita. Mas êste já é um serviço indispensável que êle presta. Claro que a ótica em relação a alguns filmes recentes está um pouco prejudicada pela proximidade excessiva. Mas a perspectiva histórica é absolutamente correta. É preciso que se prestigie (lendo) êste livro admirável, principalmente pelo que pode provocar de higiênico depois de suas denúncias.

2. O fim no Comêço

A situação do cinema brasileiro é das mais precárias. Sem nenhum exagero, estamos às vésperas de um nôvo colapso que poderá frustar, mais uma vez, êste nôvo esfôrço que se faz, de 61 para cá, no sentido de estabelecer em nosso país um cinema culturalmente digno e útil.

O mais incrível é que nenhum dos sintomas denuncia debilidade cultural, falta de imaginação, escassez de financiamento, enfim, os sintomas comuns às cinematografias decadentes no resto do mundo. Em nosso país, a crise de que nos aproximamos é simplesmente fruto de um descaso, de um abandono incompreensível das autoridades. A indústria cinematográfica tornou-se ser no quadro econômico do país, e parece que nenhum dos sabichões que nos governam observou isto. Então, acontecem os descalabros mais incríveis. Os custos aumentam assustadoramente, os competidores estrangeiros jogam tôda sua fôrça política e econômica no bloqueio, no boicote ao cinema nacional, desde o fornecimento de película virgem até à distribuição e exibição da fita. E os pobres produtores nacionais que se danem, entregues à própria sorte como estão.

É tempo de, no tempo das reformas de base, alguém voltar os olhos para o cinema. Ou, em breve, estaremos encerrando um nôvo surto de frustração, fechando a casa antes de construí-la.

3. Nordeste Nôvo

"O Cangaceiro" instalou no cinema brasileiro, sem dúvida alguma, um ciclo em que o Cangaceiro era o personagem e a caatinga o ambiente. Mas de lá para cá a esteriotipação de ambas degringolou o gênero até chegarmos a êste famigerado e pseudofordiano "Lampião Rei do Cangaço". Agora o nordeste parece ter encontrado seus verdadeiros analistas, de tendências várias mas de honestidade e tentativa de autenticidade comum. "Três Cabras de Lampião" e "Mandacaru Vermelho" foram tentativas honestas, embora não de todo realizadas. Mas "Vidas Sêcas" nos fêz respirar aliviados. Enfim, o Nordeste!

Hoje, chamamos a atenção para três fitas que, em breve estarão em nossas telas e que, sem dúvida, trarão uma contribuição fundamental para o nordeste no cinema brasileiro. Em face de tantas crises e tanto pessimismo, é bom de se ver que não está tudo perdido.

Oscar Santana é um jovem baiano que trabalhou com Roberto Pires durante muito tempo. Agora êle realiza seu primeiro longa-metragem, "O Caipora", ambientado nos sertões baianos. No seu próprio dizer, "O Caipora" é um filme simples mas verdadeiro.

Já Ruy Guerra, vindo de uma formação européia (criado em Paris, aluno do IDHEC), aqui chegou para fazer o discutido "Os Cafajestes". Como homem consciente, Ruy estabeleceu nova perspectiva, se inteirou da cultura brasileira e partiu para "Os Fuzis", drama sôbre a sêca e o misticismo, sem concessões aos aproveitadores da indústria do cangaceiro.

O terceiro filme, "Deus e Diabo na Terra do Sol", é de autoria de Glauber Rocha, um dos principais nomes da moderna cinematografia brasileira. "Deus e Diabo" é uma verdadeira sinfonia nordestina de amor ao homem e à terra. Dos três, já assistimos trechos que nos deixam extremamente otimistas.

INFORMAÇÕES

§ Boatos de que Glauber Rocha, autor de "Revisão Crítica do Cinema Brasileiro", está sendo processado por gente muito conhecida. O motivo — conceitos pouco lisonjeiros externados no livro sôbre suas condutas e obras.

§ Depois de quase vinte anos de cinema brasileiro, Oscarito produzirá pela primeira vez. Escolheu um argumento "Sério", ou pelo menos longe da chanchada. Ismar Pôrto dirigirá.

§ Também Grande Otelo continua acalentando seu projeto de produzir um filme sôbre sua própria vida. Com esquema de financiamento já pronto, Otelo espera Roberto Farias ("Selva Trágica") para dirigi-lo.

§ Os exibidores parecem fazer de propósito: no fim do ano, quando as rendas decaem terrìvelmente, êles, até se oferecem para exibir os filmes de produtores independentes nacionais. E assim cumprem o decreto... *

música

RENASCIMENTO

Nélson Lins de Barros

(Sétimo de uma série de artigos sôbre os problemas da música através de sua história).

Um movimento geral de transformações sociais e artísticas agitou a Europa em meados do século XV. Cidades, outrora castelos e feiras, se formavam estados e se pretendiam nações. O mercantilismo criando burgueses que se iam descobrindo fortes demais para se deixarem dominar por senhores decadentes mas arrogantes e por uma igreja desmoralizada porém prepotente. Instrumentos mostravam as direções e difundiam as idéias. O que era disperso ou ignorado agrupava-se em formas lógicas e harmoniosas. O homem se reencontrava e se recriava. Podia agora procurar novos caminhos na terra e novos caminhos no céu. Parecia que a Europa acordava do sono medieval.

Entretanto, na música, embora com tôda sua fôrça florescendo, nenhuma transformação fundamental ocorreu nesse turbulento meado de século. A revolução da Arte Nova veio 150 anos antes. A Revolução Monódica viria 150 anos depois.

Há, aparentemente, duas atitudes a tomar em face dêsse problema. A primeira, de não considerar o fato como um problema. Há muita gente, ainda, que não vê relação entre a evolução da música (e das artes, em geral) e o processo de desenvolvimento da sociedade. Mas qualquer historiador musicólogo atual, mesmo o mais idealista e metafísico, sabe que existe essa relação. A Segunda atitude (muito justa até certo ponto) é a de considerar que as artes e os processos sociais determinantes não evoluem necessàriamente no mesmo momento.

Creio que seria um exagero atribuir a essa flutuação uma elasticidade de 150 anos, mesmo no século XV, quando tudo era mais lento que hoje. Não se trata da velocidade do desenvolvimento social (Cuja aceleração, de fato, é cada vez maior) mas da flutuação, em tempo, entre um determinado estágio de desenvolvimento de uma arte (no caso, a música) e o correspondente estágio social.

De qualquer maneira, essa foi durante muito tempo e ainda é, para muitos, a explicação dada a êsse deslocamento de datas. O que também pareceu lógico foi ligar o Renascimento não à Arte Nova de 1300 mas à Revolução Monódica de 1600. O Renascimento Musical viria, assim, com um atraso de 150 anos.

Realmente, para os que caracterizavam o Renascimento como principalmente uma volta às formas clássicas da Grécia, nada mais lógico do que classificar como renascentista um movimento ligado a criação da ópera (uma forma que pretendia recriar o drama grego). Mas a música do século XVII, estética, estrutura, forma e estilo, está tôda ela ligada ao período barroco e nada tem que ver com o Renascimento, a não ser nessa idéia da ópera que foi, como vamos ver mais tarde, uma atitude puramente imaginativa (embora refletindo um dos sòmente aspectos da mentalidade renascentista). Além disso, seria ridículo pensar que a música, que sempre foi uma das atividades artísticas mais intensas da Idade Média, se deixasse estacionar, enquanto tudo mais progredia.

O que está ligado ao Renascimento, em estética, estrutura, forma e estilo, é a Arte Nova, a revolução musical de 1300. Naturalmente que em 150 anos, até o início oficial do Renascimento, e depois, até o período barroco, a música progrediu, culminou, cristalizou-se. Músicos como Dunstable e Dufay superaram Machault e Landino, dando nôvo sentimento à música — o sentimento do humanismo renascentista. Os holandeses Obrecht, Okeghem e Josquin des Prés elevaram a arte do contraponto aos limites da possibilidade técnica. E até às bordas do barroco, a música floresceu, com todo esplendor da Renascença, pela mão de uma profusão de artistas geniais como Orlando di Lasso, Palestrina, Byrd, Morley, Dowland, Gesvaldo, Gabrieli e muitos outros. A música ganhou escolas pelo processo da individualização, criado pelo humanismo, e do regionalismo, acentuado pela formação das nacionalidades. Popularizou-se, pela penetração numa classe média em ascenção. Difundiu-se pela possibilidade, agora, da música impressa. Livrou-se das imposições e limitações ao verso, ao canto e à liturgia. Desdobrou-se em novas formas externas e concentrou-se, através de estruturas formais internas. Desenvolveu o tratamento harmônico dentro de um contraponto florido, leve e profundamente humano. Mas tôda essa música veio pelo caminho da Arte Nova através do fluxo histórico que levava ao Renascimento.

Como explicar a antecedência dos 150 anos? Creio que a questão tem sido mal colocada. Na realidade o Renascimento não foi uma revolução que se processou violentamente. (O próprio caráter revolucionário do Renascimento é discutível uma vez que não mudou fundamentalmente as relações de produção, fato que só iria ocorrer no século XVII, com a revolução burguesa). As revoluções camponesas contra a ordem feudal já convulsionavam a Europa 100 anos antes (Sublevação de Paris: 1356-8. A Jaqueria: 1358. Insurreição dos "ciompi" 1378. Insurreição de Tyler: 1381). Um princípio de centralização de nacionalidades já se iniciara 150 anos antes, com a luta entre reis e barões (Parlamento na Inglaterra: 1265. Estados Gerais na França: 1302). O desmoronamento da igreja também já vinha de longe (exílio do papa em Avinhão: 1309 a 1376). Ora, foi por essa época que surgiu a Arte Nova. A música, portanto, não estava adiantada 150 anos. Estava era integrada no processo revolucionário que iria culminar com o Renascimento. Era uma fôrça de vanguarda. Juntamente com a arte de Dante, Petrarca, Bocácio, Gioto e outros da mesma época, a Arte Nova foi històricamente gótica e artísticamente renascentista Porque as revoluções nas artes — como nas idéias — podem se fazer (visto que abstratas) durante, mesmo, o processo das revoluções sociais que eclodirão depois. *

Prévia Consulta (P.C.)

Estudo elaborado no Departamento de Engenharia, Subdivisão de Ligações de Edifícios, da Rio Light, S.A.

A criação da **"Prévia Consulta"** trouxe para o profissional do ramo de construção, as vantagens de afastar lapsos ou falhas inadmissíveis na época moderna, e solver questões de ordem técnica.

Com o aumento cada vez maior da necessidade de emprêgo de aparelhos de medição de energia elétrica em prédios, e a utilização sempre crescente de energia elétrica, aumentou consideràvelmente a complexidade dos problemas de instalações elétricas, não permitindo mais soluções de improviso, como era feito até o início do ano de 1936.

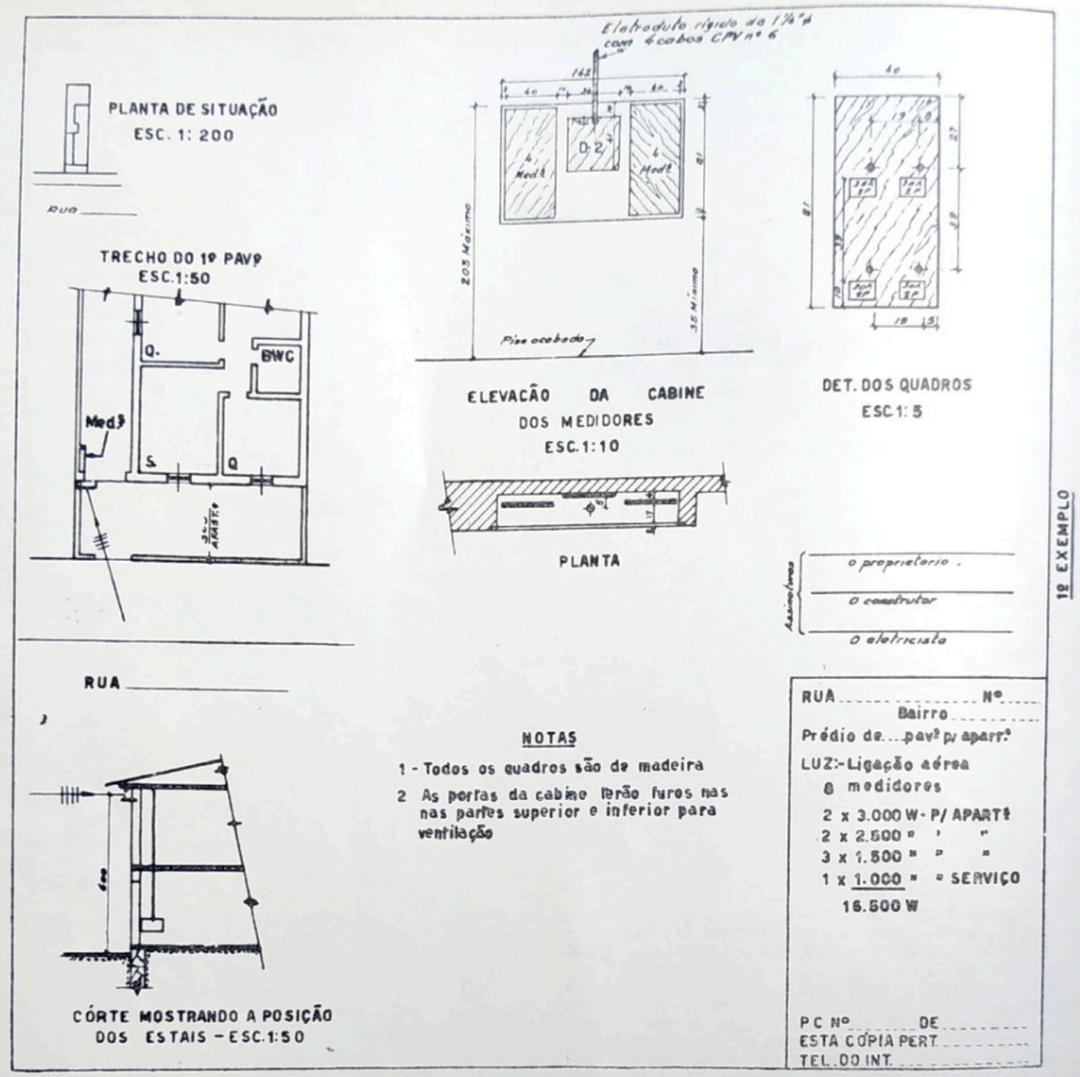
A Rio Light, enfrentando o problema, e visando proporcionar aos seus consumidores facilidades para o estudo antecipado das instalações elétricas, criou um setor destinado a fornecer especificações sôbre exigências técnicas e orientação aos profissionais especializados.

Em 1944, a Inspetoria Geral de Iluminação e Gás, hoje Comissão de Energia Elétrica, sentindo as grandes vantagens dessa medida, tornou obrigatória, para as ligações de prédios com dois ou mais medidores, a **Prévia Consulta**, através da Portaria 1130. Essa portaria estabelecia que a **Prévia Consulta** deveria ser feita antes do início das instalações. Entretanto, alguns instaladores deixavam para o final da obra essa providência, criando, com isso, problemas de difícil solução.

Compreendendo a gravidade do problema, o Departamento Nacional de Iluminação e Gás e o Departamento de Edificações da antiga P.D.F. estabeleceram, respectivamente, através da Portaria n. 8, de 20 de outubro de 1955, e do Boletim n. 45, de 27 de julho de 1955, a aprovação da **Prévia Consulta** como condição indispensável ao licenciamento das obras.

Evidentemente, já não mais se podia iniciar a construção de um prédio sem que, antecipadamente, se houvesse estudado, desenhado, e sobretudo coordenado tôdas as instalações do prédio.

O arquiteto, ao projetar, preocupado acima de tudo com os aspectos arquitetônicos de sua obra, descurava,



não raro, os problemas das utilidades e, entre elas, os de energia elétrica. O instalador contratado, atendendo às imposições da técnica e dos regulamentos em vigor, era obrigado a improvisar e adaptar cabines no **hall** do prédio, inutilizando, muitas vêzes, os motivos arquitetônicos. Por outro lado, o construtor, que havia feito a estrutura, quase sempre era obrigado a rasgá-la a fim de permitir a passagem das canalizações indispensáveis ao suprimento de energia elétrica, omitidas ou colocadas à revelia, advindo daí soluções complicadas e deficientes, em vista das dificuldades encontradas no local, em conseqüência do adiantamento da obra, contrariando assim a boa técnica das instalações.

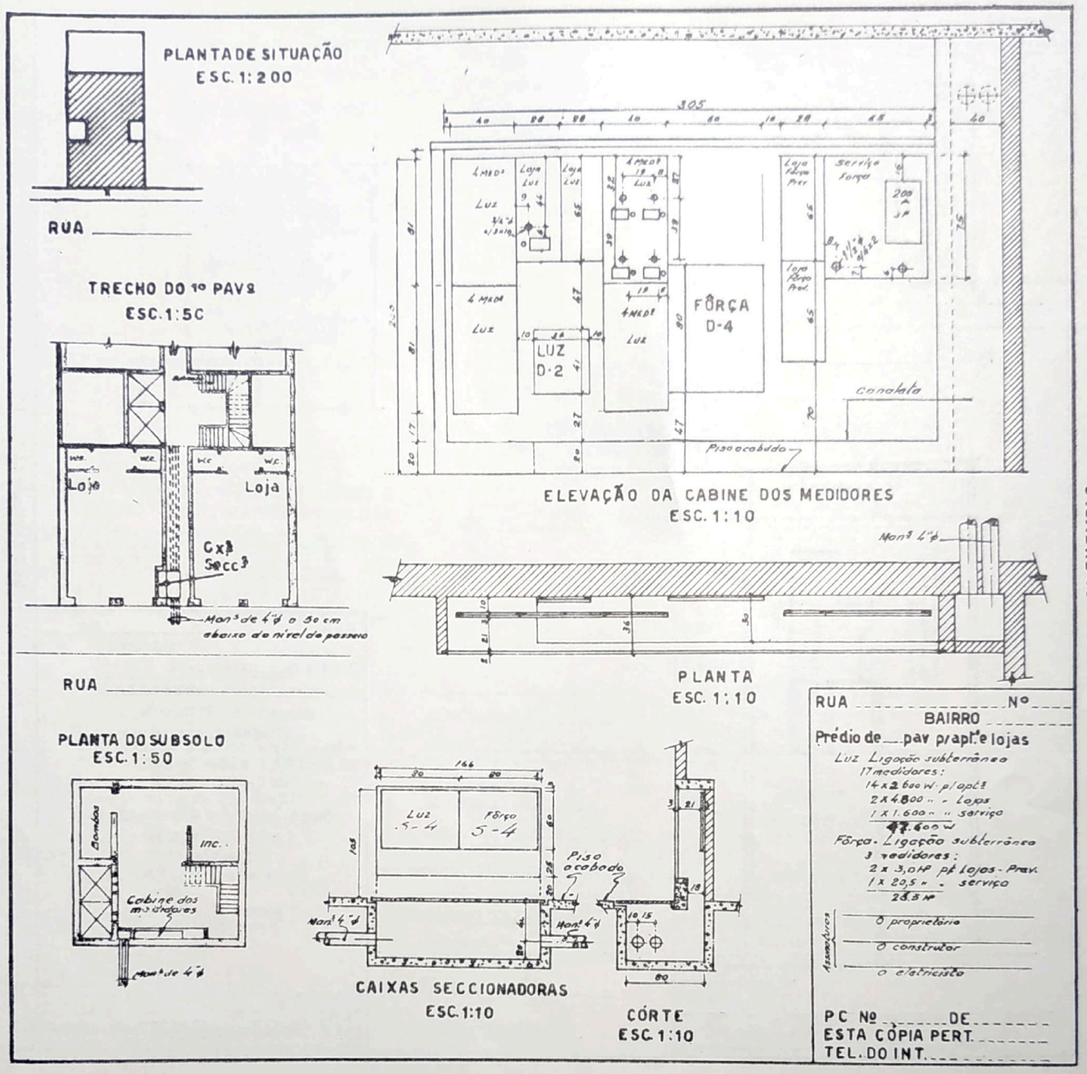
Em resumo, a **Prévia Consulta** proporciona as seguintes vantagens:

a) Soluções mais estéticas.
b) Soluções mais técnicas.
c) Previne conflitos com as demais instalações, com a estrutura e motivos arquitetônicos do prédio.
d) Soluções mais econômicas.
e) Soluções adequadas, protegendo as instalações e o público contra acidentes perigosos.

O Departamento Nacional de Iluminação e Gás, tornando obrigatória a confecção da **Prévia Consulta**, estabeleceu, também, um código para as instalações, vigente desde 1944, que determina as condições mínimas obrigatórias.

Para o processamento da **Prévia Consulta** o interessado deve apresentar à Concessionária:

1) Carta, de acôrdo com o modêlo aprovado, especificando o número de medidores e respectivas cargas.
2) Jôgo completo de cópias do projeto de construção (planta de situação, plantas e cortes) para o arquivo da emprêsa.



A Concessionária, após estudos quanto ao Suprimento, que demanda entre 5 a 10 dias, discutirá com o interessado os detalhes do caso e fornecerá, se solicitada croquis cotados.

O interessado, de posse dêsses elementos, organizará o desenho definitivo, em papel vegetal, a lápis, que deverá apresentar para verificação, e que conterá os seguintes detalhes:

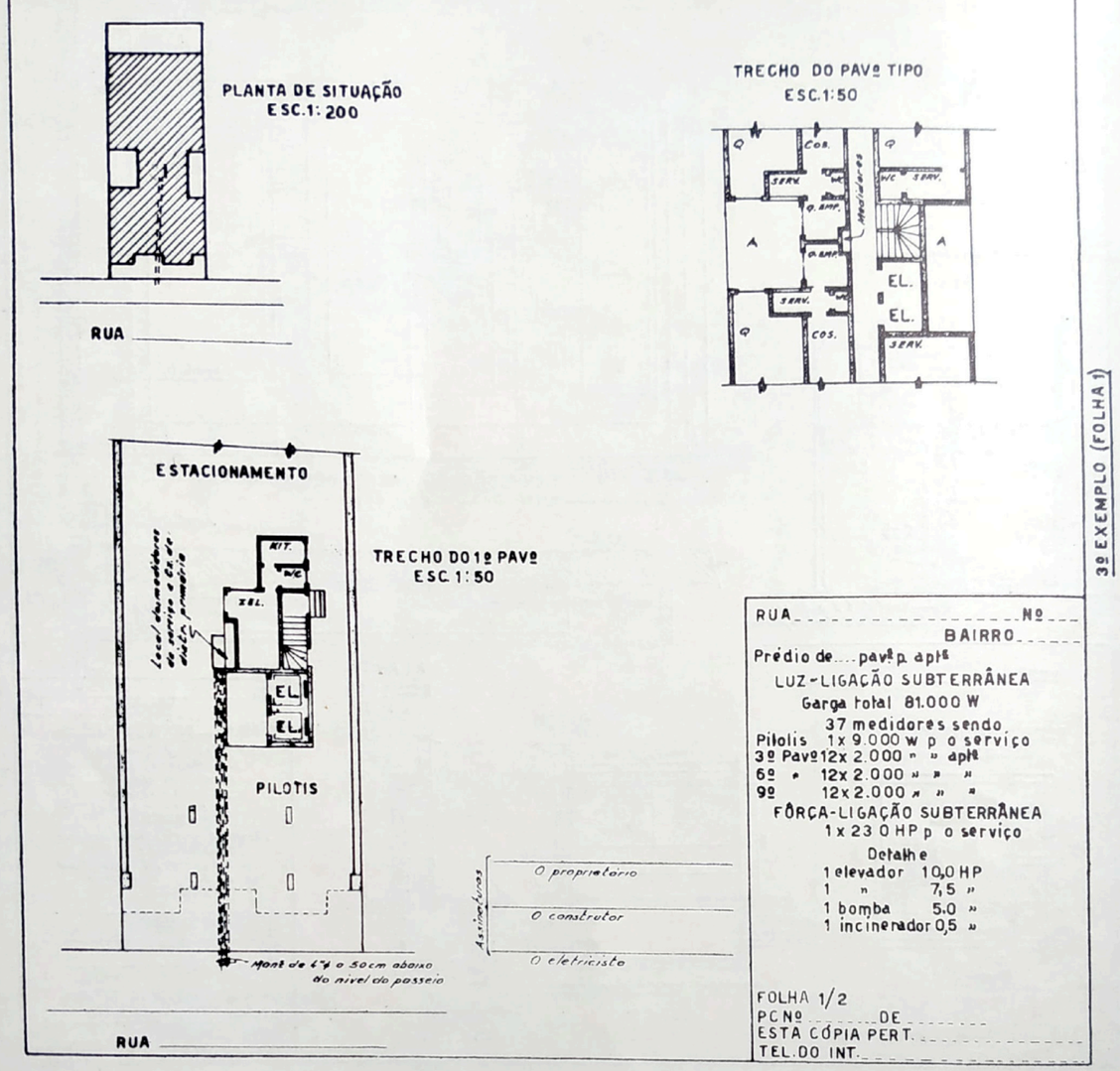
1) Planta de situação.
2) Trecho do 1.º pavimento com indicação das instalações de corrente não medida (canalizações e cabines).
3) Trecho do subsolo com indicação, caso possua, das instalações de corrente não medida.
4) Corte, mostrando a posição dos suportes e trajeto das canalizações de corrente não medida.
5) Elevação das cabines para caixas secionadoras, de distribuição e dos quadros dos medidores.
6) Cortes das cabines do item 5.
7) Legenda contendo enderêço, número de medidores e respectivas cargas.

Em pequeno prazo, o vegetal conferido, será entregue de volta para que dêle sejam tiradas 2 cópias heliográficas, a serem assinadas pelo proprietário e responsáveis pela construção e instalação, e depois devolvidas à Concessionária.

Com uma destas cópias devidamente autenticada o interessado obterá a licença para a construção e execução das instalações.

O Código de Instalações Elétricas estabelece, entre outras condições, as seguintes:

1) Obrigatoriedade de um único ramal externo para os prédios construídos num lote de terreno aprovado pelo órgão competente.



2) **Obrigatoriedade da localização de todos os aparelhos de medição e equipamentos de corrente não medida em locais de fácil acesso e de serventia comum.**

3) **Obrigatoriedade de instalações do dispositivo de secionamento, em locais de fácil acesso e serventia comum, nos casos em que as cabines de medição sejam instaladas em locais afastados mais de 5 metros da entrada do prédio, quando se tratar de local de difícil acesso.**

4) **Condições para o emprêgo de eletrodutos e manilhas.**

A fim de atender às exigências de um único ramal e de localização dos medidores, a Concessionária criou uma série de caixas de distribuição e secionadores, padronizando-as de acôrdo com a descrição abaixo:

D-1 até três medidores monofásicos (sòmente usada em ligações subterrâneas)

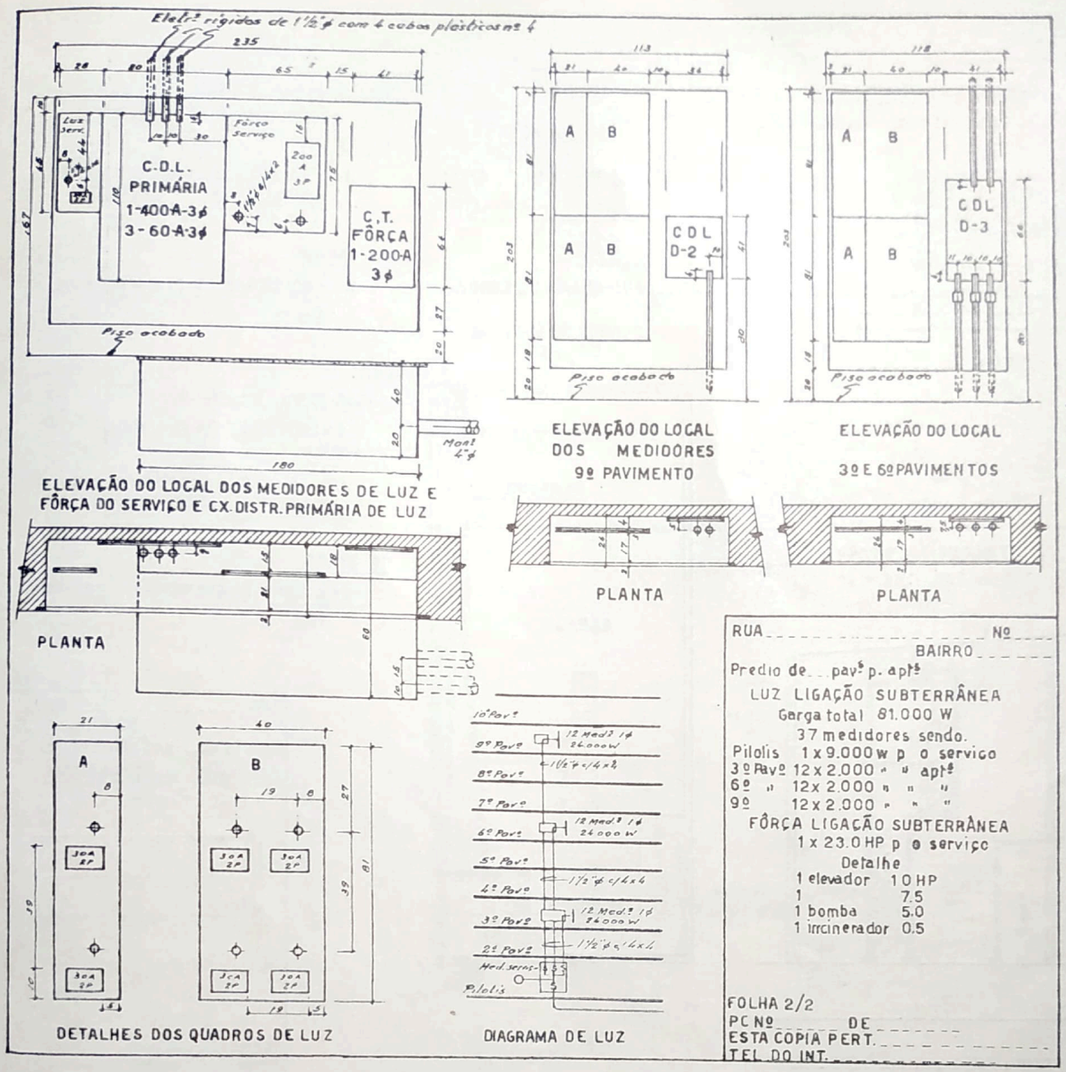
D-2 até 15 ligações monofásicas e carga total de 22,5 kW

D-3 até 30 ligações monofásicas e carga total de 37,5 kW

D-4 até 45 ligações monofásicas e carga total de 75 kW

Para os casos superiores aos limites da caixa D-4, são estudadas caixas ou cabines especiais, pela Subdivisão de Edifícios, com o fornecimento de croquis cotados aos interessados.

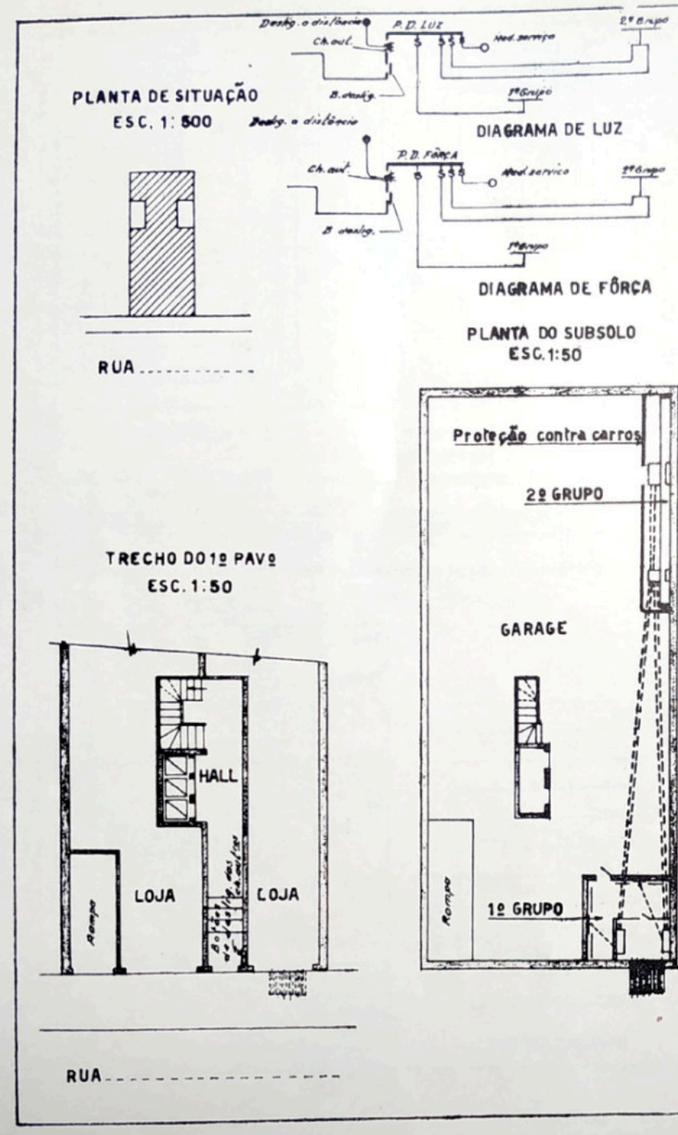
Quando houver obrigatoriedade para a instalação de dispositivos de secionamento, mencionado no item 3 acima, serão empregadas caixas secionadoras com os seguintes limites:



RUA _____ Nº _____
BAIRRO _____
Predio de ___ pav.ºs p. aptºs
LUZ LIGAÇÃO SUBTERRÂNEA
Carga total 81.000 W
37 medidores sendo.
Pilotis 1 x 9.000 w p o serviço
3º Pavº 12 x 2.000 " " aptº
6º " 12 x 2.000 " " "
9º " 12 x 2.000 " " "
FÔRÇA LIGAÇÃO SUBTERRÂNEA
1 x 23.0 HP p o serviço
Detalhe
1 elevador 10 HP
1 7.5
1 bomba 5.0
1 incinerador 0.5

FOLHA 2/2
PC Nº _____ DE _____
ESTA COPIA PERT. _____
TEL. DO INT. _____

3º EXEMPLO (FOLHA 2)



LUZ
CARGA TOTAL 290.000 WATTS
91 MEDIDORES EM 2 GRUPOS

1º GRUPO
40 x 2.500 WATTS P. ESCRITÓRIOS
1 x 40.000 " " SERVIÇO
140.000

2º GRUPO
50 x 3.000 WATTS P ESCRITÓRIOS
150.000

FÔRÇA
CARGA TOTAL 243 HP
46 MEDIDORES EM 2 GRUPOS

1º GRUPO
20 x 3 HP P ESCRITÓRIOS PREVISÃO
1 x 33 SERVIÇO
93

2º GRUPO
25 x 6 HP P ESCRITÓRIOS PREVISÃO
150

RUA _____ Nº _____
BAIRRO _____
Prédio de ... pav.ºs p/apt.ºs e lojas
LIGAÇÕES SUBTERRÂNEAS
VIDE DET. ACIMA
Assentar
O proprietário
O construtor
o eletricista

FOLHA 1/3
PC Nº _____ DE _____
ESTA COPIA PERT. _____
TEL. DO INT. _____

4º EXEMPLO (FOLHA 1)

S-2 até o máximo de 22,5 kW
S-3 " " " " 37,5 kW
S-4 " " " " 120,0 kW

Para cargas superiores, serão estudadas caixas especiais com o fornecimento de croquis cotados aos interessados.

Nos casos em que a caixa secionadora se torna obrigatória, as caixas de distribuição instaladas têm as suas capacidades aumentadas para os seguintes limites:

D-2 até 24 ligações monofásicas e carga total de 48 kW
D-3 até 36 ligações monofásicas e carga total de 120 kW
D-4 até 54 ligações monofásicas e carga total de 120 kW

Para casos superiores aos limites acima, serão estudadas caixas ou cabines especiais, pela Subdivisão de Ligações de Edifícios, com o fornecimento de croquis cotados aos interessados.

Para melhor elucidação, damos a seguir alguns exemplos de "Prévia Consulta" obedecendo às exigências do Código de Instalações e padrões adotados pela Concessionária.

1.º EXEMPLO

Tipo de ligação	—	*Aérea*
N.º de medidores	—	*8*
Carga total	—	*16,5 kW*

COMENTÁRIOS: 1) Projetada caixa D-2 (menos de 15 medidores monofásicos e carga total inferior a 22,5 kW); 2) Cabine dos medidores projetada em local de fácil acesso e serventia comum); 3) Suporte para o ramal de ligação na 2ª laje.

NOTA — O suporte para o ramal poderá ser instalado até o mínimo de 3,00 m do piso, quando os fios do ramal não atravessam a via pública.

2.º EXEMPLO

Tipo de ligação	—	*Subterrânea*
N.º de medidores	—	*Luz 17*
		Fôrça 3
Cargas totais	—	*Luz 52,6 kW*
		Fôrça 26,5 HP

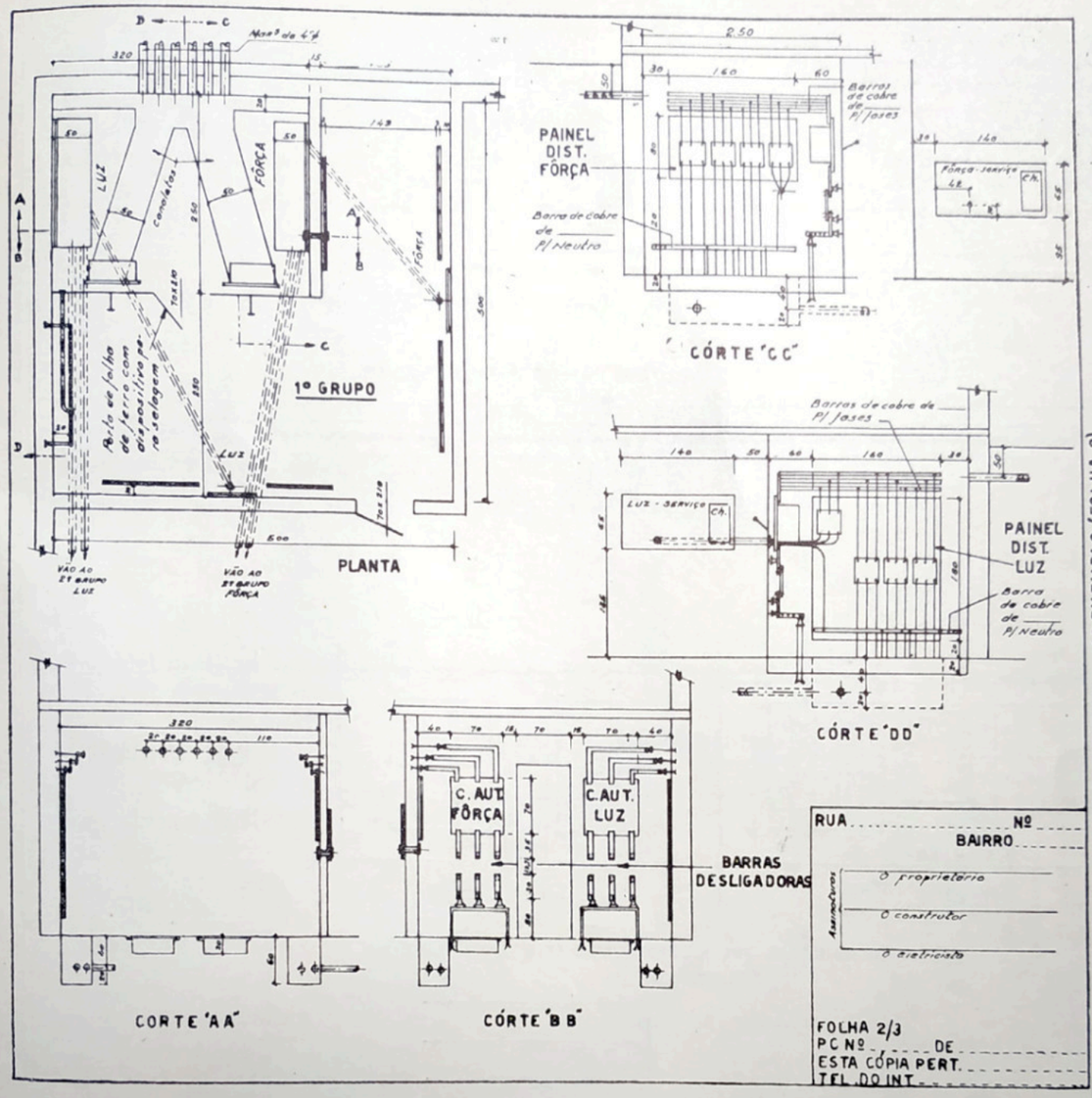
COMENTÁRIOS: 1) Em vista da localização dos medidores no subsolo, foram projetadas caixas secionadoras (S-4), no interior das quais serão instalados porta-fusíveis de 200 A para proteção e secionamento; 2) Projetada caixa de distribuição D-2 para luz (16 ligações monofásicas, 2 bifásicas e carga total inferior a 48 kW); 3) Projetada caixa de distribuição D-4 para fôrça por possuir capacidade para a instalação no seu interior de 1 porta-fusíveis de 200 A e dois de 30 A de acôrdo com as cargas do serviço e previsões para as lojas.

NOTA IMPORTANTE: Quando se tratar de consumidores não residenciais (lojas, escritórios, galpões etc.), torna-se necessária a previsão de, no mínimo, 3 HP para futuras ligações de fôrça.

3.º EXEMPLO

Tipo de ligação	—	*Subterrânea*
N.º de medidores	—	*Luz 37*
		Fôrça 1
Cargas totais	—	*Luz 81 kW*
		Fôrça 23 HP

COMENTÁRIOS: 1) Neste exemplo os medidores foram projetados nos seguintes pavimentos: — 1.º (Pilotis) luz e fôrça do serviço. 3.º, 6.º e 9.º — 12 medidores por pavimento. Esta solução foi dada por possuir o prédio mais



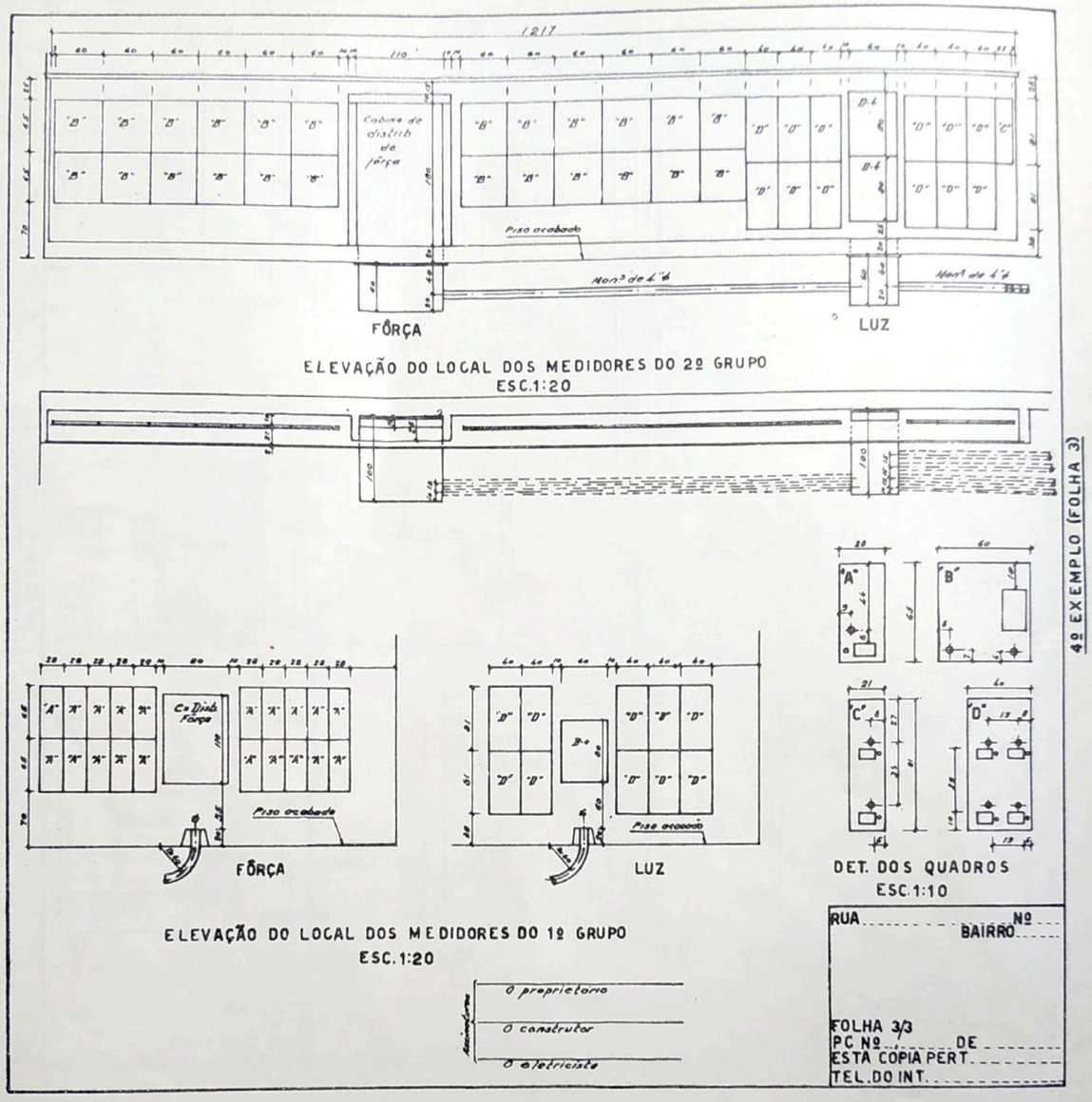
4º EXEMPLO (FOLHA 2)

de 5 pavimentos e, dado o número de medidores, poder-se agrupar 7 ou mais medidores por pavimento, o que é permitido no Código de Instalações. 2) A primeira cabine foi projetada à distância superior a 5 metros da entrada do prédio, sem caixa secionadora junto à entrada. Esta solução também é prevista no Código de Instalações Elétricas, por se tratar de pilotis com entrada ampla e facilidade de acesso rápido à cabine no caso de necessidade de desligamento. 3) No pilotis foi projetada caixa de distribuição primária para luz (caixa especial) para os dispositivos de proteção e secionamento geral e das cabines nos pavimentos superiores e medidores de luz e fôrça com caixa terminal para fôrça. 4) Nos 3.º e 6.º pavimentos, foram projetadas caixas de distribuição D-3 para 12 medidores monofásicos e carga total de 24 kW. Estas caixas, de superior capacidade do que o necessário em casos comuns, foram projetadas em vista de servirem, também, como caixas de passagem. 5) No 9.º pavimento foi projetada cx-D2 de acôrdo com o padrão.

4.º EXEMPLO

Tipo de ligação	— Subterrânea	
N.º de medidores	— Luz	91
	— Fôrça	46
Cargas totais	— Luz	290 kW
	Fôrça	243 HP

COMENTÁRIOS: 1) Em vista das Normas Brasileiras não permitirem mais do que dois porta-fusíveis em paralelo, e no presente exemplo as cargas exigirem mais de dois conjuntos de cabos, foram projetados disjuntores automáticos para a proteção dêsses cabos. 2) Os medidores foram distribuídos em dois grupos, conforme discriminação do quadro de cargas, na fôlha 1/3 do exemplo. Em se tratando de escritórios as previsões de fôrça poderão ser reduzidas a 50% das unidades. 3) Os ramais de ligação atingem o interior do prédio (subsolo) e vão às barras desligadoras

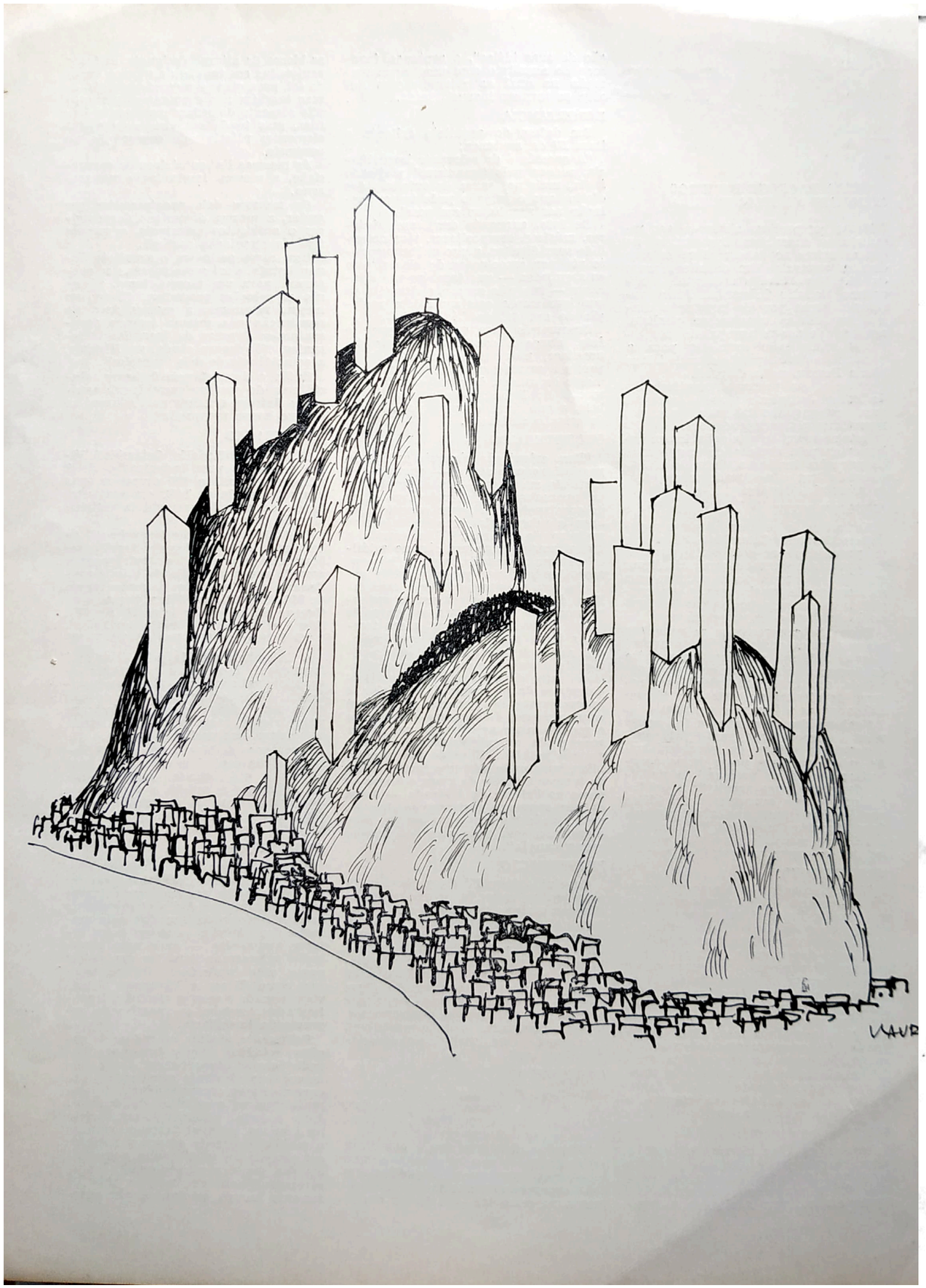


4º EXEMPLO (FOLHA 3)

(padronizadas) através de canaletas construídas no piso. Estas barras têm por finalidade possibilitar os serviços de manutenção e reparos dos disjuntores, quando necessários. 4) Dos disjuntores saem barras de cobre que vão aos painéis de distribuição. 5) Nos painéis de distribuição são feitas as ligações de luz e fôrça dos medidores de serviço e dos cabos alimentadores dos dois grupos de medidores, através de porta-fusíveis. 6) O compartimento destinado às barras desligadoras, disjuntores e painéis de distribuição, serão selados pela Concessionária, após as ligações. 7) Na fôlha 3/3 encontra-se a arrumação dos grupos de medidores com as respectivas caixas de distribuição, observando-se que neste exemplo sòmente nos 1.º e 2.º grupos de luz foram projetadas caixas de distribuição padronizadas: No 1.º grupo, caixa D-4 para 40 medidores monofásicos de luz. Na fôrça dêsse grupo foi adotada caixa especial (não padronizadas) com capacidade para 20 porta-fusíveis de 30 A. No 2.º grupo, duas caixas D-4 conjugadas, por meio de espaçador de ferro, para 50 medidores monofásicos e para atender à necessidade de formação do paralelo nos dois cabos alimentadores. Para a fôrça dêste grupo, foi estudada uma cabine especial em alvenaria de tijolo ou concreto com poste de fôlha de ferro e dispositivo para selagem. 8) Botões para o desligamento dos disjuntores, instalados na entrada do prédio.

NOTA — As ligações dos medidores de serviço foram feitas nos painéis de distribuição a fim de reduzir as cargas dos cabos alimentadores dos grupos de medidores podendo, por conveniência do interessado, serem ligados diretamente nas cabines do 1.º ou 2.º grupos.

A fim de facilitar a execução da *Prévia Consulta*, a Concessionária preparou uma pasta contendo os padrões por ela adotados e informações técnicas necessárias. O projetista de posse dessa pasta estará habilitado a confeccionar o projeto das instalações de corrente não medida, até os medidores.



DESTAQUE

JUSTIÇA PROTEGE DIREITOS AUTORAIS NA ARQUITETURA

Novas perspectivas abrem-se aos arquitetos e desenhistas industriais, no que se refere ao debate sôbre os seus direitos autorais. Em decisão recente da 12.ª Vara Cível da Capital, o arquiteto Rodolfo Ortemblad Filho ganhou a causa por êle impetrada contra uma firma construtora paulista, acusada de ter-se apropriado dos estudos feitos pelo arquiteto para a construção de um prédio situado à Rua Mário Ferraz, nesta Capital.

Trata-se da primeira manifestação do Poder Judiciário sôbre o assunto, uma vez que não há precedente nos repertórios da jurisprudência.

Dois recursos de apelação foram interpostos pela decisão do magistrado de primeira instância, devendo o Tribunal de Justiça do Estado pronunciar-se sôbre ela, confirmando-a.

ANTECEDENTES

Nos autos do processo, declara o arquiteto Rodolfo Ortemblad Filho que foi procurado por dois indivíduos que lhe foram apresentados por certa firma imobiliária, a pretexto de solicitar seus serviços profissionais para a elaboração de um estudo preliminar destinado à construção de um edifício.

O arquiteto apresentou os primeiros esbôços, pelos quais recebeu a importância de 15 mil cruzeiros, para efeito de despesas. Mais tarde realizou nôvo estudo, em iguais condições, "com reserva de direitos autorais caso fôssem utilizadas as idéias nêle contidas".

Nenhum dos dois estudos foi aceito pelos incorporadores, razão pela qual o arquiteto deixou de considerá-los. Ao saber que uma outra firma construtora (co-ré no processo) havia sido designada para construir o prédio, e tendo-se esta aproveitado das idéias que êle fornecera àqueles dois indivíduos, Rodolfo Ortemblad Filho moveu a ação em causa, baseando-se nos seguintes argumentos, entre outros:

IMPLANTAÇÃO

"A implantação dos blocos no terreno é a mesma. O da frente coloca-se em sentido longitudinal, a pouca distância da divisa lateral esquerda, e o dos fundos no sentido transversal. O equilíbrio das massas, a visar efeito plástico, é o mesmo. As perspectivas são as mesmas. A disposição final das massas é a mesma. As salas e os dormitórios apresentam-se em ambos os projetos na mesma disposição, voltados para a melhor face, norte e noroeste. Os apartamentos oferecem a mesma forma de buscar visibilidade total, insolação e ventilação e o mesmo aproveitamento da vista do Clube Pinheiros. As soluções de circulação são bàsicamente idênticas.

PERDEM OS RÉUS

Embora os réus afirmassem que o arquiteto não tinha direito à proteção legal que invocara, "porque sua obra não foi regularmente registrada" e "porque não houve a alegada usurpação de suas idéias", a sentença favorece ao arquiteto com uma argumentação na qual as reivindicações dos réus se tornam inconsistentes.

IMPORTANCIA

Em defesa do arquiteto salienta o item IV da sentença:

"A questão é de relevante importância, menos pelo "quantum" pleiteado à fls., mais por causa da extensão dos efeitos que o julgado pode ter em relação aos arquitetos em geral.

De fato, enquanto escritores, pintores, músicos, compositores, têm defendido seus direitos, quase uniformemente até por associações de classe, com os arquitetos — que também são criadores — isso não sucede, a despeito de que igualmente estejam sob a proteção do art. 649 do Código Civil.

Procurando uma explicação para o fato, chego à conclusão de que tal acontece, porque, emancipando-se, partiu a arquitetura em busca não sòmente da solidez, da eficiência, da harmonia de linhas, mas sobretudo do belo, o que significa uma nova forma de criação artística".

OPORTUNIDADE

"Essa orientação sòmente se tornou possível recentemente — prossegue o texto da sentença — em conseqüência do aparecimento de certos materiais de construção, que agora permitem ao arquiteto desenvolver sua fantasia, sem prejuízo do essencial. Tão grande a transformação que um cânone estético se vem formando, com os homens aprendendo a ver que o cimento armado, com suas rugosidades e suas falhas, é tão belo, na sua nudez pujante, nos seus lances retos, estuantes de fôrça, quanto belos foram, a seu tempo, a taipa o adobe, ou a saia balão.

A arquitetura ocupa hoje uma posição de destaque como elemento plástico dentro da paisagem urbana. Desdobrou-se da engenharia. Propiciou o aparecimento de homens que jogam com as massas de concreto e ferro com o mesmo senso artístico de um pintor consagrado, quando mistura as tintas, na sua palhêta. E então um simples pilar, imaginado sob uma forma capaz de transmitir idéia de graça e leveza — como no Palácio da Alvorada — deixa de ser apenas o instrumento frio de sustentação de uma viga ou de laje, e se transforma num verso, ou mesmo numa canção".

PRESERVAÇÃO

Conclui o item IV da sentença: "A arte que se expande, e que granjeia adeptos, reclama um direito que a proteja. A arquitetura conquistou o seu lugar, ao lado da literatura, da escultura, da pintura, do cinema, lugar que precisa ser resguardado, para que termine o processo de libertação e para que se complete a estruturação dêsse direito — o direito autoral — que, nos tempos materialistas que atravessamos, é uma fascinante criação espiritual, fruto maduro da inteligência da criatura humana".

CONCLUSÃO

No item X da sentença, depois de considerados os conceitos de "plágio", "originalidade" e "novidade", apresenta-se a seguinte conclusão:

"Entre os dois projetos, o que ficou no desenho e o que foi executado, não há apenas semelhança. O que existe é uma excepcional semelhança, não sòmente no essencial — a forma em L, os blocos de alturas desiguais, as faces projetadas em função da mesma curva do sol, para obter a mesma vista etc. — mas também nos pormenores, no caso não sòmente de ordem puramente técnica, mas tendo em vista os mesmos elementos plásticos de composição no conjunto.

As mesmas linhas básicas de composição, a mesma implantação no terreno.

Os mesmos dois apartamentos por andar, a mesma disposição dos serviços e ambientes principais, o mesmo tipo de circulação vertical.

Ora, como assinalou o arquiteto Zenon Lotufo, e tal como sucede nos concursos, para um mesmo tema, várias são as soluções propostas. "Para um mesmo programa, a mesma área de construção e o mesmo terreno apresentam-se dezenas de "partidos" diferentes. Não houve ainda, na História, a coincidência de dois "partidos".

Então, a circunstância de haver coincidência de caráter excepcional autoriza o Juízo a concluir pela afirmativa de que houve usurpação".

INDENIZAÇÃO

O arquiteto Rodolfo Ortemblad Filho reclamou uma indenização de 2 milhões 749 mil e 200 cruzeiros, nas bases da tabela do IAB, e a sentença, depois de considerar justa tal reivindicação, assinala:

"A "tabela básica de honorários" do Instituto de Arquitetos do Brasil, embora não seja oficial, estipula, para o caso de aproveitamento do estudo preliminar e anteprojeto, a percentagem de 35% (fls. 27), em dôbro, por se configurar a hipótese da letra H (fls. 27). Não é oficial, mas é aceita em Juízo".

"O Estado de São Paulo" (13-X-63)

* A notícia trazida pelo Estadão é formidável. Aos poucos a profissão do arquiteto vai sendo reconhecida e enaltecida. Deixa de ser encarada apenas como um "hobby" ao qual se dedicam visionários e passa a ser considerada como deve ser: profissão **mesmo**.

A sentença do Magistrado da 12.ª Vara Cível da capital paulista é de uma clareza e objetividade impressionantes. Sòmente a má-fé, a incultura e interêsses estranhos à questão, poderiam turvar matéria tão límpida, quanto a do direito autoral do arquiteto.

CONSTRUÇÕES

A falta de uma política urbana adequada transformou Copacabana em um caos de cimento armado, que o tempo só tende a piorar. Até a circulação de ar é de certo modo impedida pela muralha dos edifícios — quase todos futuras mansardas — onde uma população aglomerada tem, na sua maior parte, vida intolerável. Outros bairros, como Tijuca e Ipanema, já haviam tomado o mesmo caminho, transformados também em paraíso da especulação imobiliária.

Felizmente, medida saneadora do govêrno estadual criou a base para impedir futuras copacabanas. Agora, para cada apartamento construído é necessário haver correspondência de sessenta metros quadrados de terreno. Justo e certo. Entretanto, um projeto na Câmara estadual pretende revogar a medida enquanto se pensa também em emendá-la, substituindo a exigência dos sessenta metros quadrados de correspondência em terreno pela de sessenta metros quadrados, por apar-

tamento. Isto quer dizer que, na exígua área de cento e oitenta metros quadrados, por exemplo, ao gabarito de doze andares, poderão ser construídos mais de trinta apartamentos.

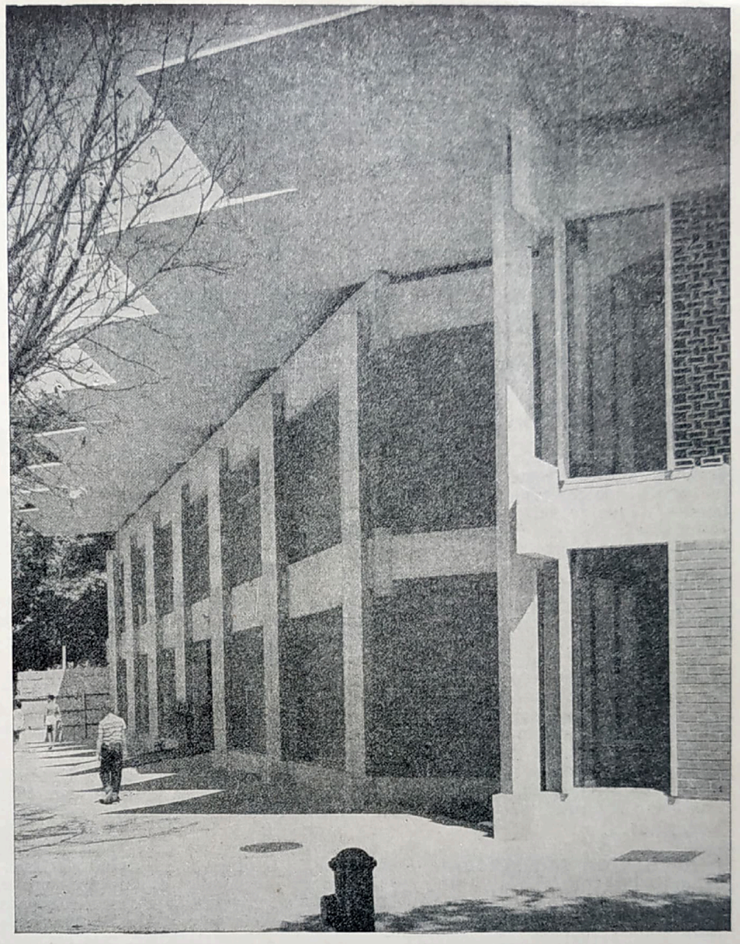
O que se pretende, enfim, é continuar a mesma política anterior. Esperemos que haja deputados dispostos a impedir o absurdo.

("Correio da Manhã" — 9 — outubro — 1963)

* O **IAB-GB** em carta dirigida ao "Correio" congratulou-se com a nota destacada. Reafirmou a sua posição na luta pela criação de uma mentalidade de planejamento, capaz de criar condições para o estabelecimento de um plano diretor para cidade, dizendo: "...A inexistência de um verdadeiro espírito comunitário, aliada a uma profunda deseducação urbana explica o silêncio em tôrno dêste projeto (519/62, de autoria do Deputado Paulo Alberto dispondo sôbre o Plano Diretor para o Rio). Infelizmente, não estamos acostumados às idéias do planejamento global. Primamos por preferir medidas isoladas imediatistas, capazes de darem frutos políticos ràpidamente. As medidas de planejamento, neste país, estão prêsas a um prazo fixo. Prazo que medeia entre eleição e eleição. Qualquer providência cuja execução ultrapasse êste ciclo, deixa de apresentar atrativos aos representantes que elegemos para legislar e dirigir os destinos da comunidade.

Os arquitetos vêm se batendo para quebrar esta tradição — inibidora de qualquer medida tendente a permitir o equacionamento dos problemas urbanos, não só do Rio de Janeiro, mas de qualquer aglomerado humano. Os nossos meios, entretanto, são de pouco alcance. Uma tarefa desta ordem só pode ter sucesso quando os seus objetivos alcançam a mente de pelo menos grande parte da população. Um jornal com a tradição do "Correio da Manhã" — lemos, há poucos dias, no suplemento dedicado à grande figura do jornalista que foi Paulo Bittencourt, um editorial, por êle escrito, publicado na edição de 20-8-1922, no qual era colocado, já, o problema urbano do Rio, ainda que visto apenas sob o ângulo estético — diziamos um jornal como o "Correio da Manhã" tem tôdas as condições para se lançar a esta obra que as futuras gerações de cariocas, por certo, reverenciarão com todo o fervor".

O **IAB-GB** enviou ainda ao "Corerio da Manhã" os exemplares de ARQUITETURA que publicaram o texto do projeto de lei do Plano Diretor e o editorial sôbre a lei dos sessenta metros quadrados: "Copacabana, Tijuca, — Início de uma nova era?" *



Super Mercado Disco em Ipanema
Estrutura Modular em concreto aparente
Alvenaria de tijolo à vista
Esquadrias pre-fabricadas em concreto, coladas com Colmat

Projeto e construção da

cobe

Companhia Brasileira de Estruturas
Rua do Carmo 9 / 8.º - 52-2190

Diretor Presidente:
Engenheiro civil: Fabio Ribeiro de Oliveira

Diretores:
Engenheiro civil: Celso Bulhões Carvalho da Fonseca
Arquiteto: Arthur Lício Pontual

NOVAS CONSTRUÇÕES LICENCIADAS EM SÃO PAULO

Incluidos os totais relativos à área licenciada de construções reformadas ou aplicadas, os índices de construções aprovadas, no período janeiro-agôsto, deste ano e do ano passado, pràticamente se equivalem, com um "superavit"' a favor do ano em curso de apenas cêrca de 12 mil metros quadrados de área construída, menos de 0,5% de vantagem. Verifica-se assim o acêrto das previsões que aqui fizemos anteriormente, segundo as quais, apesar do notável aumento na área total licenciada nos primeiros meses do ano, os índices finais não deverão ser muito diferentes daqueles do ano passado, se não forem menores. Dessa forma a retração que se fez sentir no movimento de compra e venda de bens de raiz a partir de março último começou agora a refletir-se sôbre o próprio movimento de licenciamento de novas construções, como geralmente se previa.

O exame atento do quadro que abaixo publicamos, elaborado com números oficiais fornecidos pela Prefeitura de São Paulo, deixa ver, de início, uma diminuição mais ou menos acentuada no licenciamento de casas e edifícios mistos, justamente o setor que, nos últimos anos, por fôrça do excepcional mercado com que contava, crescia com maior regularidade. Todo o setor habitacional acusa diminuição apreciável, no cotejo dos períodos em causa, até mesmo o que se refere a reformas e ampliações. Já nas edificações especiais, lincenciamento de armazens, lojas, fábricas, igrejas e outras construções de características específicas, o incremento verificado é até certo ponto excepcional, bastando notar que até agôsto último o total licenciado neste setor é bem superior ao resultado geral do ano passado. A impressão generalizada, entretanto, é que no cômputo final, as construções licenciadas êste ano situar-se-ão em nível inferior ao do ano passado ou, na melhor das hipóteses, mais ou menos no mesmo nível. O quadro abaixo, estabelece o confronto dos dois períodos mencionados.

CONSTRUÇÕES LICENCIADAS EM SÃO PAULO

Janeiro a agôsto de 1963, em confronto com igual período do ano anterior

ESPECIFICAÇÃO	1963	1962	+ ou — em 1963
Casas e Edifícios Mistos			
Térreas	3.010	2.888	+ 122
Operárias na zona rural	93	225	— 132
Com 2 ou 3 pavimentos	3.019	4.191	— 1.172
Com 4 ou mais pavimentos	313	354	— 41
Total	6.435	7.658	— 1.223
Edifícios para fins Especiais			
Armazéns, lojas e depósitos	287	164	+ 123
Fábricas	44	28	+ 16
Igrejas	25	9	+ 16
Escolas	3	12	— 9
Garagens comerciais	4	—	+ 4
Postos de gasolina	11	14	— 3
Cinemas e teatros	4	2	+ 2
Diversos	32	23	+ 9
TOTAL	410	252	+ 158
Discriminação			
Apartamentos	4.811	4.386	+ 425
Escritórios	6.167	4.832	+ 1.335
Reformas e ampliações	1.398	1.389	+ 9
Área das Construções			
Casas e edifícios mistos	1.929.032	2.150.679	— 221.647
Edifícios para fins especiais	746.594	251.694	+ 494.900
Reformas e ampliações	201.436	462.336	— 260.900
TOTAL	2.877.062	2.864.709	+ 12.353
ÁREA DOS TERRENOS	3.124.835	3.397.195	— 272.361

(Quadro elaborado pela FOLHA DE S. PAULO, com números absolutos da Divisão de Aprovação de Plantas Particulares da Prefeitura do Município de S. Paulo).

Fôlha de S. Paulo de 1.º-10-63.

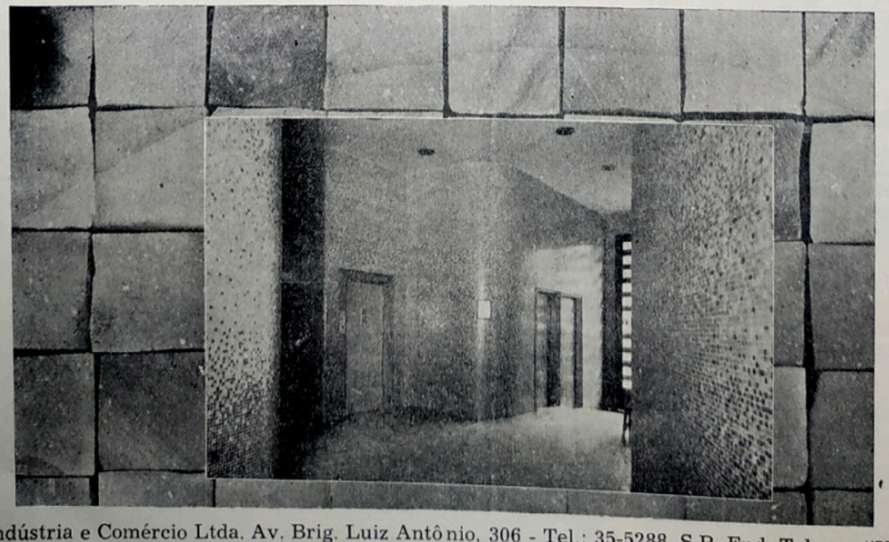
PUBLICIDADE MAL ORIENTADA

Jayme Maurício no seu Intinerário das Artes Plásticas protesta, com tôda razão, contra a exploração ignóbil que a publicidade de um certo material de revestimento vem fazendo do nome de Portinari. Diz JM: **"Carta de Hamburgo chama-nos a atenção para a falta de imaginação e desenvoltura de um anúncio tolo da... Já haviamos notado a impertinência, mas em meio a tanta lufa-lufa da Bienal, deixamos passar. Agora, entretanto, é necessário que chamemos a atenção para o tal anúncio: uma senhora com fisionomia severamente desolada e um texto cretino: "Chocante! Ninguém prestou atenção ao nosso nôvo Portinari." Só fizeram perguntas sôbre o... que mandamos colocar nas paredes."**

Retiramos da nota do **JM** o nome do material. Os promotores da tal publicidade poderiam achar que a citação justificaria o abuso. Para certos círculos publicitários qualquer publicida-

VIDROTIL — Mosaico Vidroso

Para revestimentos, pavimentações e decorações.



Vidrotil Indústria e Comércio Ltda. Av. Brig. Luiz Antônio, 306 - Tel.: 35-5288, S.P. End. Telegr.: "VIDROTIL"

de serve, mesmo a negativa. Analisado sob o ângulo de publicidade, o anúncio é uma negação. Está dentro da estreita linha publicitária que visa atingir a dona de casa e não o profissional que especifica. Daí o recurso grosseiro e **"extremamente humilhante para nosso grande e saudoso pintor"**.

ARQUITETURA, faz seu o protesto de **JM** e deplora a falta de imaginação e de cultura de uma parcela dos nossos publicistas. Em numero passado frisamos a falta de visão dos programadores de publicidade dos produtos para construção e equipamento interior. Desprezam o veiculo específico e apelam para quem só compra pouco e parceladamente. Ou será que os produtos por êles anunciados não resistem a análise do profissional e só podem ser impingidos a leigos desavisados?

M. N. B.

CATEDRAL METROPOLITANA DEVE TER CONCURSO PÚBLICO

O negócio é que, há muito tempo, uma *firma construtora* (? — Brasil-1963 !) tem pronto projeto para a catedral metropolitana da Guanabara. Jayme Maurício, redator do Itinerário das Artes Plásticas, do Correio da Manhã em boa hora, resolveu colocar o Itinerário contra o absurdo e, para tanto inicialmente procurou o presidente do IAB-GB, arquiteto Maurício Roberto. Abrindo a entrevista *JM*, relata:

"Sem mais nem menos, apareceu num jornal carioca a notícia de que o projeto divulgado por um vespertino é tava pronto e o terreno doado. E pronto. Mas então, o projeto de uma catedral metropolitana é resolvido assim na sombra, na intriga e limitações dos padres assessôres de arte sacra, sem que o público, os artistas. os católicos, a *"inteligencia"* tome conhecimento e participe da obra? Sem qualquer concurso público, sem ao menos as autoridades arquitetônicas e urbanísticas do govêrno tomarem conhecimento? Desconfiávamos disto, há anos, desde que estivemos presentes num almôço na Gávea Pequena, quando o governador Sette Câmara e sua espôsa homenageavam um prelado que lá fôra para "julgar" a Via Sacra de Alberto da Veiga Guignard, a fim de autorizar a sua colocação na Igreja de São Daniel. O tal prelado, aproveitando a ocasião para várias coisas, inclusive para falar no terreno da Av. Chile, disse claramente que já naquela época o projeto estava pronto, realizado pela firma Severo Vilares. Pensamos então em ponderar no absurdo de se entregar um tal projeto a uma firma construtora sem concurso público, mas silenciamos para evitar que o arbitrário prelado austríaco, mentor de arte sacra do Guignard, como aliás tentou fazer depois, quando Sette Câmara já não era governador. Vemos, agora, que o referido padre e seus cúmplices conseguiram manter o acôrdo — o projeto de uma firma construtora esde Severo Vilares e foi feito sem qualquer concorrência pública, de mão beijada, envolvendo não se sabe que Cardeal, atrapalhasse o trabalho de tipo de interêsse (serão todos, menos os da tradição artística católica).

E o Itinerário aqui está para evitar que o plano se concretize, alertando o Cardeal D. Jayme Câmara e o governador Carlos Lacerda, bem como todos os arquitetos e a opinião pública. Nesse sentido, como medida inicial, buscamos ouvir o presidente dos arquitetos cariocas, arquiteto Maurício Roberto, que nos recebeu com satisfação, pois estava preocupado com o assunto. E foi direto:

— *É imprescindível que as autoridades da Igreja tenham exata noção do assunto. O edifício, tão importante, já teve maquete publicada nos jornais do Rio. A concepção é medíocre e nem o nome do autor foi mencionado. Projeto dessa natureza não pode ser escolhido assim. Na sua elaboração devem colaborar os melhores da profissão e na sua escolha, além dos homens da Igreja, devem participar os que entendem. Os arquitetos e os homens do Departamento de Urbanismo do Estado da Guanabara, por exemplo, não podem estar ausentes.*

Relembra o arquiteto que a última grande Catedral que se construiu, a Catedral de Coventry, cidade que está longe de ter a importância do Rio — teve o seu projeto escolhido através de um concurso em que participaram 219 arquitetos. A escolha de projeto interessou a tôda a Inglaterra e o trabalho vencedor foi divulgado pelo mundo inteiro através dos jornais e revistas. Até um filme documentário foi feito a respeito. Enfatisa Maurício Roberto que para o projeto da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro a solução do Concurso Público é a única indicada. Todos os arquitetos brasileiros deverão ter a chance de poder colaborar na grande realização.

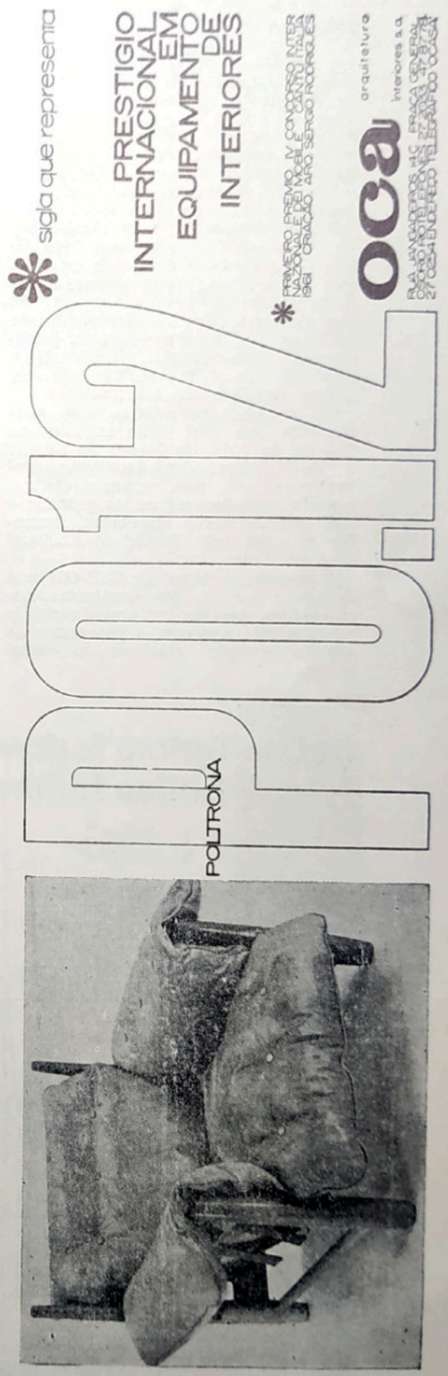
— *Pelo amor de Deus* — diz o presidente do IAB da Guanabara — *não pensem em fazer uma aparente economia, entregando o projeto a uma firma construtora. É engano pensar-se que o processo da entrega de projetos a firmas construtoras — só por dizerem que fazem depressa e de graça — é o melhor. Geralmente, a firma procura, sua própria razão de ser e antes de tudo, o interêsse comercial. O que lhe interessa é a construção e não o projeto.*

Adiante Maurício Roberto relembrou que um projeto de arquitetura deve, necessàriamente, custar o exato preço para o qual a obra foi imaginada. Suas diretrizes, porém sendo as que o programa exige, nunca devem ser sacrificadas ou deturpadas em troca de interêsse comercial.

— *O único interêsse válido para o arquiteto é de resolver, da melhor maneira possível, o programa que o cliente imaginou. As suas soluções; a estrutura, as especificações, as instalações os detalhes etc. devem ser os que melhor atendam as realidades do programa, nunca as que puderem oferecer maior lucro durante a sua construçao.*

Finalizando a sua entrevista o arquiteto faz um apêlo:

— *Peço encarecidamente aos responsáveis que considerem esta solução Se fôr resolvida a sua adoção, desde já o Departamento da Guanabara do Instituto de Arquitetos se coloca no seu inteiro dispor. Posso garantir que, num projeto dessa amplitude, o êxito do concurso será absoluto.* *



Notícias

PRÊMIO IAB-GB

A Comissão Diretora do IAB-GB resolveu indicar a Comissão Julgadora da Premiação de 1963. O Júri ficou composto pelos arquitetos Mauricio Roberto, Paulo Antunes Ribeiro e Ícaro de Castro Mello. Tal providência foi adotada em virtude de não ter sido ainda regulamentado o Corpo de Jurados a que se refere o art. 13, § único do Regulamento da Premiação.

O prazo de inscrições, que fôra dilatado, encerrou-se dia 14 do corrente, com a participação de inúmeros arquitetos nas diversas categorias. Ao contrário do que foi divulgado pela imprensa não haverá nenhuma participação "hors-concurs". Tal notícia, fruto de um malentendido, foi em tempo, devidamente esclarecido.

Os trabalhos vencedores e os selecionados pelo Júri serão expostos na Galeria de Arte, do Jornal do Brasil. A Festa Anual dos Arquitetos será realizada, êste ano, naquela Galeria quando serão entregues os prêmios e recebidos os novos arquitetos, formados em 1963, pela Faculdade Nacional de Arquitetura.

A premiação Anual do IAB-GB está fadada a ser um dos acontecimentos marcantes da vida cultural da cidade e conta êste ano com o patrocínio da coluna de artes plásticas do Jornal do Brasil, na pessoa do seu titular o cronista Harry Laus.

"DAS PARLAMENT" E O BRASIL

"Das Parlament" revista oficial do Parlamento da República Federal da Alemanha dedica, pela primeira vez, uma edição a um país latinoamericano: o Brasil. A publicação é devida ao esforço do professor Hermann Goergen, presidente da Sociedade Teuto-Brasileira. A organização da edição está a cargo do jornalista Ivo Arruda e contará com a colaboração de inúmeras personalidades e jornalistas brasileiros. O arquiteto Maurício Nogueira Batista, de ARQUITETURA, escreveu para êste número um trabalho focalizando alguns aspectos da arquitetura brasileira.

NOVA MÁQUINA UNIVERSAL PARA TRABALHAR A MADEIRA

VIENA (IDA-DCA) — Uma construtora austriaca de máquinas lançou, recentemente, no mercado, uma nova máquina universal para trabalhar madeira. Trata-se de um nôvo gênero de aparelhagem que, pràticamente, substitui uma oficina completa de marceneiros e cuja montagem requer apenas uma reduzida área. A moderna máquina universal pode ser usada como serra de fita, serra circular, serra tico-tico e serrote de ponta, servindo igualmente como fresadora e como esmeril, e ainda encontra aplicação como dispositivo de esmerilhar a rebôlo, tôrno, furadeira, orifícios oblongos e máquinas de afiar ferramentas.

ALTOS ESTUDOS DE CONSTRUÇÃO

Promovido pelo "Instituto de Cultura Hispânica de Madrid" e pelo "Instituto Eduardo Torroja da Construção e do Cimento". Está sendo realizado em Madrid um curso de alto estudos sôbre construção. O curso, destinado a arquitetos e engenheiros, consta de aulas práticas e teóricas, conferências a cargo de professôres espanhóis e de outros países europeus, visitas a obras e a vários locais da Europa e colóquios sôbre temas especializados.

O curso, que será dividido em três períodos letivos, foi iniciado em 1.º de outubro corrente e extender-se-á até 15 de junho de 1964.

BRASILEIROS PROJETAM EM PARIS

Os arquitetos brasileiros Rolf W. Huther e Nicolai Ficoff foram contratados para elaborar o plano urbanístico e arquitetônico de "La Ferte Allais", na periferia de Paris. Apenas 1.200 pessoas ocupam hoje o local, de aproximadamente 110 hectares. No futuro, o nôvo conjunto deverá abrigar 15 mil parisienses. O convite aos arquitetos brasileiros partiu de iniciativa privada, sob os auspícios da Administração Regional de Paris.

BRASÍLIA CONCURSO PARA IGREJA

Esta sendo realizado o concurso público de anteprojetos para o templo da Igreja Presbiteriana Nacional de Brasília. O prazo para entrega dos trabalhos encerra-se dia 30 de outubro.

O templo deverá ter capacidade para abrigar duas mil pessoas sentadas, em duas naves capazes de funcionarem simultâneamente. Além das naves integrarão o conjunto um hall de entrada e diversos locais como chapelaria, sala para mães e crianças, côro, escritório pastoral, salas para concêrto e para meditação, púlpito e instalações sanitárias.

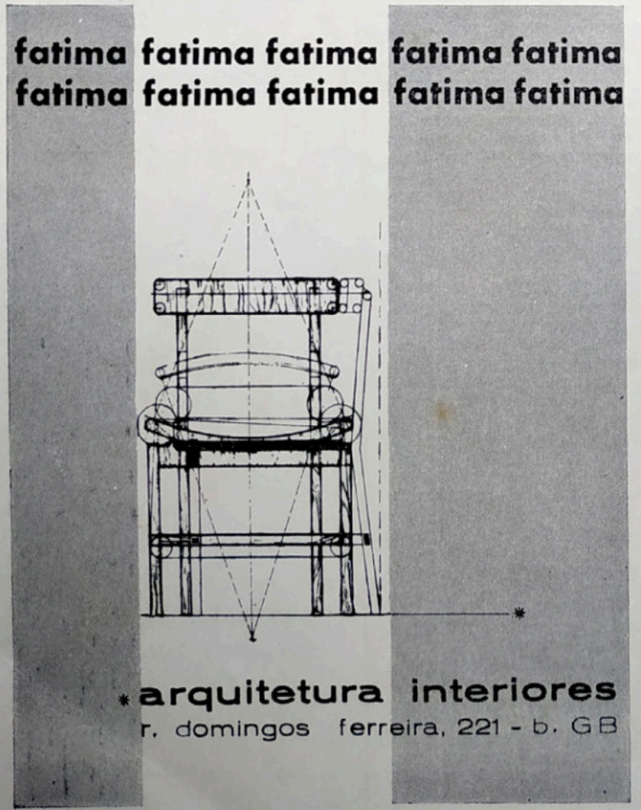
O arquiteto classificado em primeiro lugar receberá um prêmio de Cr$ 700.000,00 e terá assegurado o direito do desenvolvimento do projeto em todos os seus pormenores, trabalho êste que será remunerado de acôrdo com o que estabelece a tabela para pagamento de direitos autorais dos projetos arquitetônicos do IAB.

Os classificados em 2.º e 3.º lugares serão atribuídos os prêmios de Cr$ 200.000,00 e Cr$ 100.000,00, respectivamente.

A comissão julgadora será composta por 4 arquitetos (dois indicados pelo IAB-DF) e pelo pastor da **IPN**.

SALVADOR — BA, SEMINÁRIO DE ARQUITETURA

Promovido pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia, realizou-se em fins de setembro um "Seminário Estadual para melhoria do ensino de Arquitetura". O arquiteto Afonso Banqueiro, presidente do IAB-BA foi um dos conferencistas. Em sua palestra **AB** afir-



mou que atualmente o arquiteto recusa-se a ser o objeto de luxo que era até bem pouco tempo e que esta recusa reflete-se na participação cada vez maior de arquiteto no processo de desenvolvimento do país, onde sua ação de planejador é indispensável.

LE CORBUSIER PROJETA PARA STRASBOURG

O Conselho Municipal de Strasbourg confiou a **LC** a elaboração do projeto de um Palácio da Cultura e de Congressos. O conjunto deverá compreender uma sala para duas mil pessoas, uma outra para quinhentas e uma série de salas pequenas. Está previsto também um "hall" de entrada e de exposições. (UIA) — N.º 22).

OSCAR PREFACIA PAUL DAMAZ

A obra de Paul Damaz "Art in Latin American Architecture", publicada pela Rheinhold Publishing Co. NY. é prefaciada por Oscar Niemayer. (UIA — N.º 22).

ICSID PROMOVEU III.ª ASSEMBLÉIA E CONGRESSO

O International Council of Societies of Industrial Design realizou em Paris (18 a 23 de junho de 1963) a III.ª Assembléia e Congresso. A reunião foi organizada pelo Institut Français d'Esthétique Industrial e congregou inúmeros "designers" e arquitetos de cêrca de trinta países. As sessões plenárias foram dirigidas por George Combat e o Relator Geral foi o arquiteto francês Jean Fayeton, que será também o Redator-Geral do VIII Congresso da UIA em 1965.

As sessões de trabalho foram presididas por Ricard (Barcelona), Maldonado (ULM), Provost (Bruxelas), Doblin (Chicago) e Misha Black (Londres). Entre os redatores: Peressuti e Rosselini (Milão).

A Assembléia elegeu a nova diretoria da **ICSID**, que será presidida no biênio 1963-1965 pelo arquiteto Pierre Vago. A próxima Assembléia e Congresso da **ICSID** realizar-se-á em Viena, setembro de 1965. (UIA — N.º 22).

FEDERAÇAO MUNDIAL PELA SAÚDE MENTAL

A UIA fêz-se representar por Robert Lebret na 16.ª Reunião Anual da Federação Mundial pela Saúde Mental, em Amsterdam (22 a 26 de julho de 1963). O tema da reunião foi: "Problemas Demográficos e Saúde Mental". (UIA — N.º 22).

ARQUITETURA ÁRABE

O Centro Cultural Internacional de Tunis organizou um congresso sôbre os problemas da arquitetura árabe. O congresso terá lugar em Hammamet durante a primeira semana de dezembro. Participarão arquitetos árabes e de outros países interessados diretamente nos aspectos da construção no Mundo Árabe.

Quaisquer informações poderão ser obtidas dirigindo-se ao Diretor do Centro Cultural Internacional, 17 Rua Dr. Burnet, Tunis Belvédère, Tunísia. (UIA — N.º 22).

HENRY VAN DE VELDE

Transcorreu êste ano (20 de abril) o centenário do nascimento do grande arquiteto belga Henry Van de Velde, um dos precursores da arquitetura moderna e que teve preponderante influência sôbre sua evolução. A Associação Henry Van de Velde, sob o patrocínio da Rainha Elisabeth comemorou a data na "Ecole Nationale Supérieure D'Architecture e des Arts Decoratifs", da qual êle foi o primeiro diretor. Os seus sucessores neste cargo, Herman Teirlinck e Léo Stynen ressaltaram as atividades de Henry Van de Velde como arquiteto, escultor, pintor e escritor. (UIA — N.º 22).

DESENHISTAS INDUSTRIAIS FUNDAM ASSOCIAÇÃO

Foi fundada em São Paulo, a Associação Brasileira de Desenho Industrial (ABDI). O ato público de fundação realizou-se na FAU. Uma diretoria provisória foi eleita e tem a seguinte composição: Presidente — Lúcio Grinover; Diretor de Informações — Décio Pignatari; Diretor de Divulgação — Ruben de Freitas Martins; Diretor de Fundos — Leib Seincman; Diretores de Planejamento — Willys de Castro, João Carlos Canduro e Alexandre Wollner. Para o Conselho Fiscal foram eleitos: Luiz Roberto Carvalho Franco, Candido Malta Campos Filho e Fabrício Fabriziani. Suplentes: Julio Roberto Katinsky, João Rodolfo Stroeter e Carlos Heinz Bergmiller.

A nova entidade cujos estatutos foram aprovados tem caráter cultural sem fins econômicos e destina-se a reunir os desenhistas industrais no exercício da profissão no Brasil, assim como todos os que se interessam no desenvolvimento do desenho industrial, sejam pessoas, classes ou entidades.

ARQUITETURA saúda a nova entidade e, desde já, oferece aos seus dirigentes suas páginas para o que fôr necessário.

CANADA EM BRASÍLIA

O Canadá vai construir sua embaixada em Brasília. Para êste fim esteve no Distrito Federal o arquiteto canadense Georges Spult que veio tratar das medidas preliminares para a construção da nova embaixada.

ARCHITECTURAL DESIGN

Os arquitetos interessados na publicação de projetos de arquitetura, planejamento urbano, mobiliário e desenho industrial na revista inglêsa Architectural Design deverão remetê-los ao arquiteto H. J. Cole (Av. Rio Branco, 156 sala 3207, Rio de Janeiro — GB), representante no Brasil da **AD.**

A.L.B.

Serraria Santana Ltda.

COMPENSADOS EM GERAL

DURATEX — FORMIPLAC E EUCATEX

MADEIRAS E MATERIAIS PARA MARCENARIAS E CONSTRUÇÕES

28 ANOS DE TRADIÇÃO E BONS SERVIÇOS

Rua Santana, 149/151 Rio de Janeiro — Telefone 23-6131

Proteja sua Propriedade Contra o Fogo



EXTINGUEM INCÊNDIOS **AUTOMÀTICAMENTE**

Descontos de até 60% nos prêmios de seguro-incêndio.

RESMAT LTDA.

Av. Graça Aranha, 333 — s/506
Cx. Postal 1556-ZC-00
Tel.: 42-1278

Cartas

ARQUITETURA:

envio meus cumprimentos pelas excelentes publicações que venho recebendo (...)

Ass. arq. Marlene Silva Freire
Instituto de Pesquisas e Expementações Agropecuárias do Centro-Oeste. Sete Lagoas — M.G.

ARQUITETURA:

a Instituição Teresiana entidade mantenedora do Ginásio de Aplicação e da Casa do Estudante da Pontifícia Universidade Católica, vem hoje pleitear dessa Diretoria a revista "Arquitetura" que passará a ser usada e aproveitada pelas nossas estudantes secundárias e universitárias na biblioteca (....) julgamos que será esta publicação de grande interêsse para sua formação (...).

Instituição Teresiana
Rua Marques de São Vicente, 331
Rio de Janeiro — GB



GIANFRANCO

Reprodução de obras antigas e modernas

Colocação em:
- **murais**
- **biombos**
- **armários**

R. Hilário de Gouvea, 66 S.L. 210 rec./tel. 37-5857 (esq. Av. Copacabana)

ARQUITETURA:

aluno do 5.º ano da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e conhecendo o alto valor técnico, informativo e documentativo da revista ARQUITETURA (...) venho saber da possibilidade de passar a receber, regularmente, como os demais arquitetos, um exemplar desta já tão conceituada publicação (...).

Ass. Paulo Bruna
Alameda Jaú, 901 — 5.º *andar*
São Paulo

ARQUITETURA:

ao ler e tomar conhecimento da existência da revista ARQUITETURA e sendo como é a revista oficial dos arquitetos (...) venho solicitar a remessa de vossa revista cuja contribuição nos mais diversos assuntos técnicos, e culturais, será para nós de uma grande valia.

Ass. Eng Victor Rodrigues — CREA 9.555 8.ª R.
Av. Borges de Medeiros, 1025 *apto.* 303
Pôrto Alegre — R. G. S.

ARQUITETURA:

pela leitura de uma de suas edições, observei, quão útil é a mesma para o profissional. Solicito, também, se possível a remessa de números atrasados, porventura ainda existentes.

Ass. Eng. Sergio Frasco Medaglia — CREA 7.715 — 8.º *Região*
Rua Cristóvão Colombo, 440 — *Pôrto Alegre. R. G. S.*

ARQUITETURA:

através do último número da revista pude constatar uma notável melhora na apresentação gráfica, enfim, acho que já temos agora uma "revista para arquitetos" (e também para leigos) parabéns!

Ass. Arq. José Fleury de Oliveira
Alameda Campinas, 601 — *G. C.*
São Paulo — S. P.

* É isto que nós vimos tentando conseguir J F O, e contamos com a sua colaboração para atingir a meta.

ARQUITETURA:

quem lhes escreve é Vicente B. Gagliardi livreiro-importador, distribuidor exclusivo das revistas italianas: ZODIAC, revista internacional contemporânea de arquitetura, METRO, revista internacional de arte contemporânea moderna, PÁGINA, revista internacional de artes gráficas e URBANISTICA. (...) Acabo de receber o número 16, outubro de 1963, e leio na página 35, no DESTAQUE, redigido pelo conceituado redator-chefe, MNB que ZODIAC é suiça. Muito estranhei o fato dele mencionar a revista ZODIAC e dizer que é suiça, sendo um dos meus assinantes desde o primeiro número. ZODIAC é italiana, editada em Milão pelas EDIZIONI COMUNITÀ, cujo principal colaborador é o arq. Bruno Alfieri, meu particular amigo; (...)

ass. Vicente B. Gagliardi
rua do Carmo, 38, s/402, *Rio-GB*

* *VBG* tem tôda razão, ZODIAC é italiana. *MNB* cometeu um engano que fica aqui retificado. *VBG* deve, por outro lado, verificar seus arquivos com mais cuidado, pois *MNB,* dado como assinante de ZODIAC desde seu primeiro número, não recebeu até hoje um só exemplar.

ARQUITETURA:

esta tem por finalidade congratular-me com o colega pelo sucesso alcançado pela revista ARQUITETURA. Sem dúvida alguma essa publicação atingiu pleno êxito, quer pela finalidade a que se propôs, quer pela sua apresentação gráfica. Assim é que mensalmente a tenho recebido com satisfação, com exceção da edição de agôsto p.p. (n.º 14), que não chegou às minhas mãos. Desta maneira, peço-vos o obséquio de enviar-me, se possível aquela edição. (...)

ass. Roberto de Azevedo e Souza arq.
Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Dir. de Urbanismo e Habitação. Pôrto Alegre, RGS

ARQUITETURA:

na seção *Destaque* (...) (n.º 14, agôsto/1963) sob o título *Arquitetura — Bicho,* estranhei que ao criticar a minha idéia de casa apresentada na exposição que fiz no MAM, fôsse transcrito — "dar a possibilidade ao morador dêle próprio construir seu espaço para evitar confusões e repor a ver-assim a entender que a frase era de minha autoria. Peço retirar as aspas para evitar confusões e repôr a verdade para esclarecimento de seus leitores.

Não tendo infelizmente diploma de arquiteto, não poderia pretender propor soluções práticas para resolver problemas tão sérios como o da moradia neste país. Deixo esta responsabilidade aos arquitetos e urbanistas (diplomados), confiante em que encontrarão quanto antes a solução de que tanto carece o Brasil.

Ass. Lygia Clark
Rio de Janeiro — GB

* A frase constou, como foi publicada no *Destaque,* de quase tôdas as notas publicadas na imprensa sôbre a exposição de Lygia Clark no MAM. O problema não é, Lygia, de diploma. Claro que não é diploma que faz arquiteto. Le Corbusier é arquiteto mesmo sem diploma. O diploma dele é de dentista. Augusto Perret era arquiteto, não tinha diploma. Os grandes arquitetos do passado, gregos, romanos, góticos não tinham canudo. Não existia. A formalidade legal era substituída por uma formação longa e rígida que exigia anos e anos de experiência. A corporação substituia com vantagens, diga-se de passagem, os CREAS e CONFEAS. Em outras palavras, quadrado ou não quadrado, o fazem bem feito, o conceito de obra bem acabada e honesta, profissão enfim, sempre excluiu a improvisação fôsse em arquitetura, pintura ou escultura.

Estante

"FORMACION DE CAPITALES PARA LA VIVIENDA EN AMERICA LATINA"

A União Panamericana publicou, sob o título acima, um nôvo livro. A edição que esteve a cargo de Walter D. Harris e James Gillies consiste na coleção de documentos apresentados a Conferência Técnica sôbre Formação de Capital Residencial, copatrocinada pela Escola de Administração Comercial da Universidade da Califórnia e a O.E.A., e realizada em Los Angeles. Entre os temas da conferência estavam incluídos os da moradia como parte da política econômico-social e o papel das instituições financeiras na canalização de fundos para habitação. O livro foi editado em espanhol e inglês, tem 180 páginas e custa um dólar.

ARQUITETURA EXPRESSÃO SOCIAL

Tese apresentada à Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais para concorrer à cátedra de Grandes Composições de Arquitetura A — B, pelo arquiteto Hélio Ferreira Pinto.

A tese está dividida em três capítulos. No primeiro o autor estuda a evolução da função do arquiteto da préhistória ao barroco. No segundo, **HFP** trata da dinâmica da arquitetura moderna para no terceiro capítulo apresentar suas conclusões.

Edição da Editôra da Escola de Arquitetura da UMG, Belo Horizonte, 1962, 147 págs., 15 x 22 cm.

VOCABULARIO MULTILINGUE DE ARQUITETURA

Organizado por Andréa Vasconcellos e Susy de Mello, visa tornar mais acessíveis ao estudante brasileiro, trabalhos em lingua estrangeira.

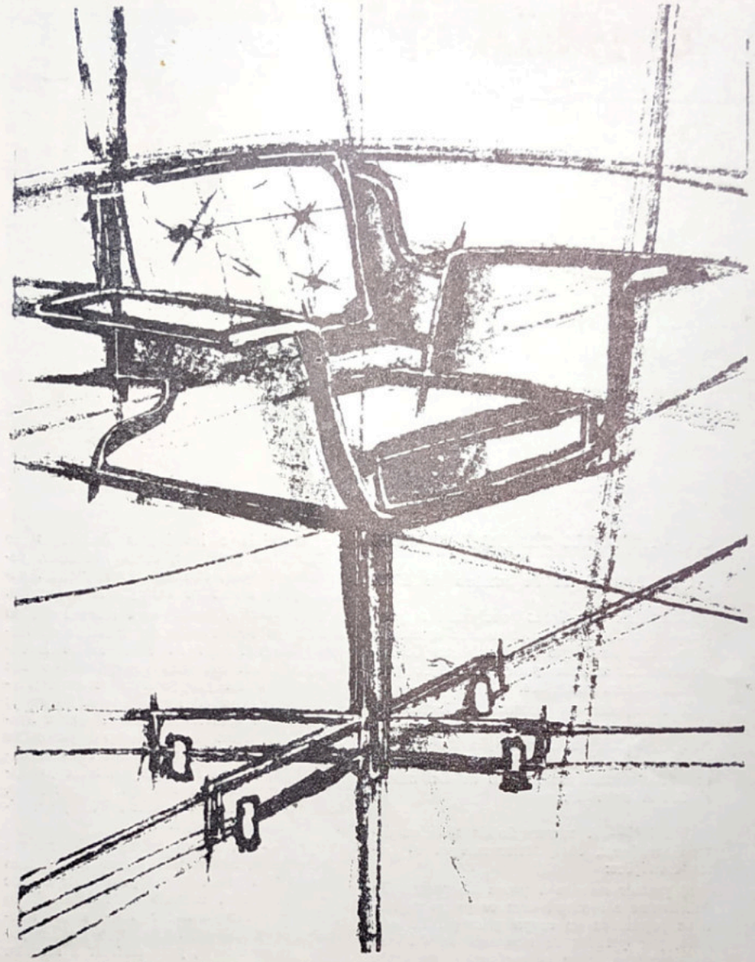
O volume apresenta um vocabulário de arquitetura em inglês, francês, italiano, espanhol e alemão, seguidos de sua correspondente tradução vernácula.

Edição do Serviço Gráfico da Escola de Arquitetura da UMG, Belo horizonte, 1963, 115 pgs., 10x23 cm.

DOCUMENTARIO ARQUITETONICO — 4

Organizado pelos arquitetos José Guimarães Brito e Armando Oliveira Strambi, focaliza com fotos de Marcos Carvalho Mazzoni e Gui Tarcísio Mazzoni, os fôrros mais empregados na arquitetura brasileira desde princípios do séc. XVIII até os dias de hoje. O trabalho é prefaciado pelo prof. João Boltshauser.

Edição do Serviço Gráfico da Escola de Arquitetura da UMG, B. Horizonte, 1961, ilustrado, 84 pgs., 20x22cm.



ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio
ambiente - spazio

SPAZIO MÓVEIS E DECORAÇÕES LIMITADA
REPRESENTANTE EXCLUSIVO PARA O RIO DE "AMBIENTE IND. E COM. DE MÓVEIS S. A."
RUA BARATA RIBEIRO, 200-F - TEL. 37-6637

Legislação

GB — PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS

Lei n.º 374, de 16 de outubro de 1963.

Determina condições obrigatórias para construção de edifícios, estabelece normas e dá podêres ao Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara para fiscalização preventiva contra incêndios.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, nos têrmos do Art. II, § 3.º, da Constituição do Estado, promulga a Lei n.º 374, de 16 de outubro de 1963, oriunda do Projeto de Lei número 252-A de 1963:

Art. 1.º — A construção de edifícios deverá satisfazer, obrigatòriamente as seguintes condições:

a) possuir escadas à prova de penetração de chamas e fumaça, com os poços respectivos separados do corpo principal do edifício, por paredes de alvenaria de 0,25 m de espessura, com comunicação, em cada pavimento, através de portas incombustíveis e que se abram no sentido da escada;

b) ter as saídas finais das escadas, no pavimento térreo, abrindo-se diretamente para o exterior; quando providas de portas, sua abertura far-se-á de dentro para fora;

c) ter as portas dos elevadores de mateos os pavimentos, para o patamar dos elevadores, separado dos patamares das escarial incombustível, abrindo sempre, em todas, o qual se tornará independente do corpo do prédio quando fechadas as portas que para êle se abrirem;

d) não ter chaminé, nem poços de ventilação, que, quando necessários, serão substituídos por ventilação artificial e rêde de dutos incombustíveis.

Art. 2.º — Os acessos às escadas de cada edifício deverão permanecer abertos e desimpedidos em tôdas as horas em que o mesmo funcionar para o público e para os seus proprietários e inquilinos.

Parágrafo único — A inobservância do que determina êste artigo será punida com a mesma multa citada ao § 1.º, do Art. 3.º.

Art. 3.º — Fica o Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara autorizado a fiscalizar em todos os edifícios existentes no Estado, a presença e a perfeita conservação de materiais e instalações destinadas ao combate de incêndios, como hidrantes, depósitos de água, extintores, mangueiras, canalizações, saídas de emergência e escadas.

§ 1.º — Verificando-se a inexistência ou a falta de conservação de materiais ou instalações destinadas ao combate de incêndios, em um determinado edifício, o seu proprietário ou proprietários serão intimados pelo Corpo de Bombeiros a tomar as providências cabíveis, a fim de que a irregularidade deixe de existir, ao prazo de trinta dias, findo os quais, em caso de desobediência, será aplicada multa, cujo valor, a ser recolhido aos cofres do Estado, será de dez vêzes o salário-mínimo, em vigor ao Estado, na época.

§ 2.º — Se, dentro de trinta dias após a aplicação da multa, não forem tomadas as providências solicitadas pelo Corpo de Bombeiros, será cassado o "habite-se" do prédio e ordenada a sua desocupação imediata, solicitando-se, inclusive, o auxílio policial, se necessário, para efetivar a medida.

§ 3.º — O "habite-se" sòmente será restabelecido depois de nova vistoria do Corpo de Bombeiros, em que fôr verificada a fiel observância de tôdas as recomendações feitas anteriormente.

Art. 4.º — Os cinemas, teatros, clubes e outros centros de diversão que, a critério do Corpo de Bombeiros, não ofereçam segurança aos seus freqüentadores, terão o seu funcionamento proibido, até que se providenciem as instalações e se façam as obras necessárias.

Art. 5.º — Fica ainda o Corpo de Bombeiros autorizado a fiscalizar os depósitos de materiais inflamáveis ou explosivos de qualquer espécie ou dimensões, podendo impedir a sua existência ou ordenar a sua remoção, desde que ofereçam perigo aos freqüentadores ou moradores do local.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, 16 de outubro de 1963. — Raul Brunini, Presidente.

Diário da Assembléia Legislativa — 19/X/963.

EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS

Decreto "N" N.º 67 — de 18 de setembro de 1963.

Dispõe sôbre as condições e licenciamento para exploração de pedreiras.

O Governador do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições legais, decreta:

Condições e prazos de Licença:

Art. 1.º — O licenciamento para exploração de pedreiras será concedido a título precário e observados os prazos abaixo, fixados segundo as condições, localização e finalidade de trabalho a executar:

I — prazo de licença até 5 anos — quando ocorrer:

a) apresentação de plano de exploração que assegure:

— a utilização de métodos racionais de trabalho;

— a existência de área de segurança pública e de proteção para os trabalhadores;

— quanto à parte a explorar da jazida e à progressão dos trabalhos — a possibilidade da paralisação das atividades, a qualquer tempo, sem prejuízo para a segurança ou aspectos paisagísticos do local;

— a proteção, a critério da Administração, das áreas de interêsse paisagístico;

b) nos casos de exploração a fogo — plano de fogo em condições de absoluta segurança para as propriedades e atividades vizinhas;

c) localização fora do perímetro das Regiões Administrativas de I a VII.

II — prazo de licença correspondente ao indispensável à execução dos trabalhos, segundo o disposto no parágrafo único dêste artigo, com dispensa das exigências das alíneas **a** e **b** acima, nos casos de:

a) jazidas em exploração em desacôrdo com as exigências do inciso anterior, nas quais, por questões de segurança ou paisagísticas, deve ser complementada a exploração de partes definidas da jazida;

b) desmonte de parte de pedreira ou remoção de blocos inseguros ou soltos, para atender a interêsse público ou particular.

Parágrafo único — Para os prazos a que se refere o inciso II, o Secretário de Estado de Obras Públicas aprovará tabela fixando os limites de tempo máximo, a conceder em cada caso, segundo o volume e a natureza do material a remover e o método a empregar na remoção.

Vistorias

Art. 2.º — As Divisões de Obras Públicas das Administrações Regionais promoverão vistorias das pedreiras, antes de concessão das licenças de exploração e, posteriormente, a intervalos não superiores a 180 dias, para a verificação do cumprimento do disposto neste decreto.

§ 1.º — As vistorias serão realizadas com a presença de engenheiros especializados do Serviço de Geologia e Sondagens (3 OB), para êsse fim designados em tabelas de serviço pelo Secretário de Estado.

§ 2.º — As vistorias serão registradas em impresso próprio que, se fôr o caso instruirá o pedido da licença ou o pedido de intimação interdição ou cassação do alvará a ser encaminhado à Divisão de Fiscalização, quando verificado qualquer fato em desacôrdo com as disposições do presente.

§ 3.º — Uma das vias do impresso a que se refere o parágrafo anterior, visada pelo engenheiro do Serviço de Geologia e Sondagens, ficará em poder do responsável pela pedreira, constituindo motivo de interdição a não apresentação do impresso à fiscalização, ou de punição administrativa a

inexistência da vistoria no período préfixado.

Licenciamento

Art. 3.º — Os pedidos de licença para exploração de pedreiras serão apresentados à Divisão de Obras das Regiões Administrativas, instruídos inclusive com documentos que comprovem as exigências dêste decreto e, após a realização da vistoria a que se refere o artigo anterior, serão encaminhados, pelo Administrador Regional, com o seu parecer, ao Departamento de Obras da Secretaria de Obras Públicas, para a decisão, que admitirá recurso ao Secretário de Estado.

Parágrafo único — Da impugnação do plano apresentado, por conveniência paisagística, poderá ser interposto recurso ao Governador do Estado.

Art. 4.º — Antes da expedição do alvará será exigido:

a) o pagamento do depósito de garantia;

b) o pagamento da licença anual ou pelo período de exploração concedido;

c) o lavramento e assinatura do têrmo de responsabilidade, no qual serão incluídos:

— as condições, localização e finalidade da exploração;

— o plano de exploração e programa da progressão dos trabalhos;

— o prazo de exploração;

— a responsabilidade por danos;

— a vinculação do depósito ao ressarcimento por danos;

— a obrigatoriedade do registro no Tribunal de Contas;

— a precariedade da licença.

Disposições Finais e Transitórias

Art. 5.º — Serão consideradas canceladas, dentro de 90 dias, tôdas as licenças em vigor para exploração de pedreiras, facultando-se aos seus proprietários, dentro do mesmo prazo, o licenciamento para atividade posterior na forma dêste decreto.

Parágrafo único — Aos estabelecimentos que não possam satisfazer ao disposto no presente, mas cuja atividade não acarrete riscos à segurança de pessoas, poderá ser concedido, excepcionalmente prazo até 180 dias para a cessação dos trabalhos.

Art. 6.º — As pedreiras não serão delimitadas como núcleos industriais.

Art. 7.º — O Secretário de Estado de Obras Públicas baixará, dentro de 15 dias, as normas complementares que forem necessárias à execução do presente, inclusive mediante a elaboração de formulários padronizados.

Art. 8.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1963 — 75 da República e 4.º do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda
Enaldo Cravo Peixoto
Rafael de Almeida Magalhães

DE. ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL: NORMAS TÉCNICAS ESPECIAIS

DECRETO N. 52.464 — de 12 de setembro de 1963

Baixa Normas Ténicas Especiais para orientação organização e funcionamento e a fiscalização de instituições de assistência médico-social no País.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição Federal, resolve:

Baixar às seguintes Normas Técnicas Especiais de acôrdo com os artigos 94 e 131 do Decreto n. 49.974-A, de 21 de janeiro de 1961 e obedecendo o disposto no artigo 8.º do mesmo decreto:

Art. 1.º — O Ministério da Saúde, através de seu órgão técnico especializado orientará, coordenará e fiscalizará as atividades de Assistência Médico-Social do País, tendo como principais objetivos:

a) melhoria de suas condições técnicas e administrativas;

b) extensão a áreas ainda não beneficiadas;

c) reajustamento das organizações assistenciais às necessidades locais;

d) providências para que as despesas de construção, instalação, equipamento, conservação e manutenção estejam em conformidade com os serviços que devem prestar junto às comunidades;

e) padronização, tanto quanto possível, nos sistemas de contabilidade, estatística, relatórios e estatutos;

f) avaliação do padrão de serviços prestados pela rêde assistencial;

g) censo hospitalar;

h) planejamento de novas unidades assistenciais e reformas nas existentes;

i) incentivo ao melhor aproveitamento da rêde hospitalar existente.

Art. 2.º — O Órgão Técnico do Ministério da Saúde disciplinará:

a) a concessão de auxílios para custeio de manutenção da assistência médico-social;

b) a concessão de auxílios para formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal médico e para-médico;

c) a concessão de auxílios para reformas, ampliação e novas construções;

d) o estabelecimento de padrões aplicáveis à construção, instalação e equipamento de unidades de assistência médico-social;

e) orientação quanto a organização administrativa.

Art. 3.º — Serão adotados, nas instituições de assistência médico-social, para fins de uniformidade os seguintes conceitos:

1) **Assistência Hospitalar** é tôda assistência médico-social que tem por base o Hospital, qualquer que seja sua especialização ou denominação.

2) **Hospital** é a instituição destinada a internar pacientes para diagnóstico e tratamento médico, incumbindo-lhe, ainda atender, aquêles não necessitados de internação.

3) **Hospital Geral** é aquêle destinado a atender pacientes necessitados de recursos clínicos gerais ou especializados.

4) **Hospital Especializado** é aquêles destinado a atender pacientes de uma ou mais especialidade correlatas.

5) **Hospital Unidade Sanitária** (Unidade Médico-sanitária, Unidade-Mista, Unidade integrada de Saúde) é aquela que compreende em seu programa as atividades de assistência médica, inclusive hospitalização para clínica e cirurgia de urgência, obstétrica e as de saúde pública.

6) **Hospital Local ou de Comunidade** é aquêle que em seu programa de atividade de assistência médica, clínica, cirúrgica, obstétrica e pediátrica integra as de saúde pública, de acôrdo com as possibilidades de pessoal e equipamento.

7) **Hospital Distrital ou Regional** é aquêle que, mantendo articulação com os Hospitais-Unidades-Sanitárias e Hospitais locais tem atividades de saúde pública e presta assistência médica de maior amplitude.

8) **Hospital de Base** é aquêle que se destina a executar atividades médico sanitária e constitui o centro de coordenação e integração de serviço médico hospitalar de uma zona, devendo estar capacitado a prestar também assistência especializada mais diferenciada, bem como a formar e aperfeiçoar pessoal hospitalar.

9) **Ambulatório** é um serviço destinado a diagnóstico ou tratamento de pacientes sem internação.

10) **Quarto Hospitalar** é um compartimento do hospital destinado a alojar um ou dois pacientes.

11) **Enfermaria** é um compartimento do hospital destinado ao alojamento de três ou mais pacientes.

12) **Leito** é a cama destinada ao paciente hospitalizado adulto ou criança.

13) **Bêrço** é a cama para recém-nascido sadio do parto ocorrido no hospital.

14) **Internação** é a entrada no hospital do paciente que nêle permaneça ao menos 24 horas.

15) **Matrícula** é o registro do paciente no Hospital para consulta ou internamento.

16) **Lotação** é o número de leitos efetivamente existentes no Hospital, respeitadas as instruções baixadas pelo órgão técnico especializado.

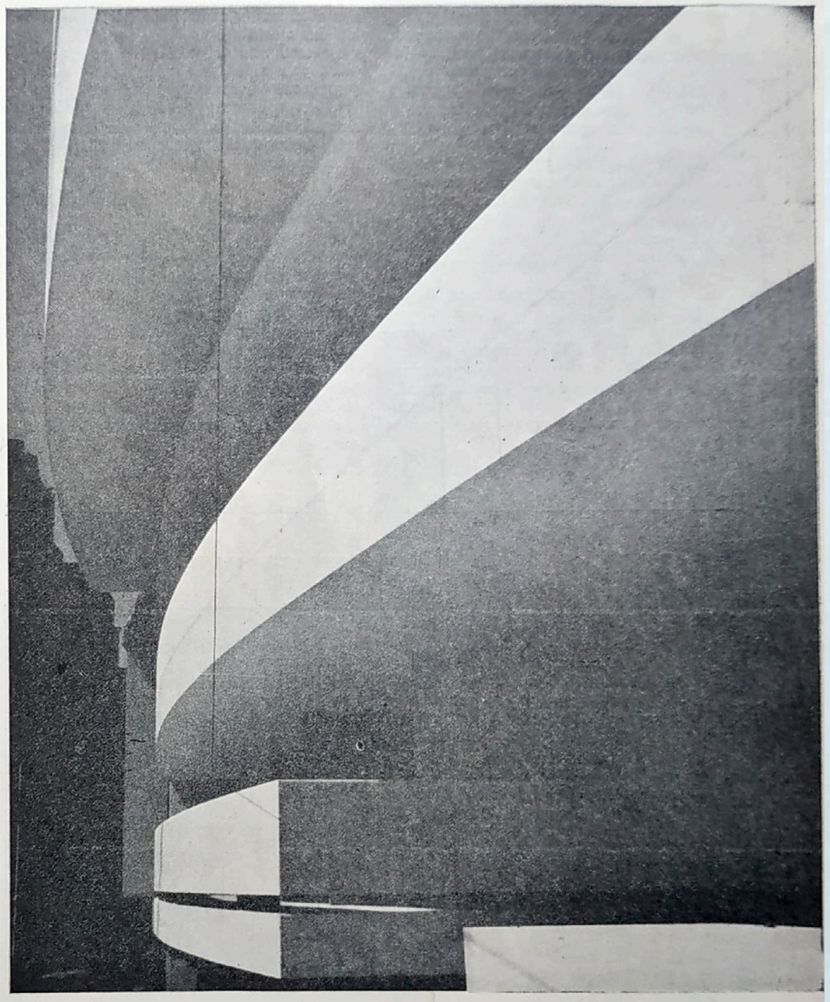
Art. 4.º — Os auxílios só serão concedidos às instituições médico-sociais filantrópicas que se enquadarem no programa a que se refere o artigo 2.º dêste decreto.

Parágrafo único — A instituição filantrópica deve preencher os seguintes requisitos:

a) destinar a totalidade de suas rendas às atividades de assistência médico-social gratuita;

b) não conceder remuneração, gratificação, vantagens ou benefícios de nenhuma espécie e a qualquer título, a dirigentes, superiores, diretores, sócios, irmãos ou outras pessoas, salvo aquelas com as quais mantenha vínculos legais de empregadora;

c) manter um têrço dos leitos hospitalares, no mínimo, para atendimento gratuito do público em geral.



PRÉDIO DE APARTAMENTOS
PROJETO PAULO CASÉ
JOSÉ MILANEZ

SISAL

SOCIEDADE IMOBILIÁRIA SANTO AFONSO S.A.
Av. Almirante Barroso, 81 - 5.º andar — Tel.: 42-8020

DIRETORES:

Eng. Luiz de Castro Dodsworth Martins
Sr. Jadir Gomes de Souza

CORPO TÉCNICO:

Eng. Irineu Texeira Ribeiro
Eng. Roberto Leite da Cruz
Eng. Ademar de Mesquita Rocha
Arquiteto Paulo Hamilton Casé

A MELHOR LINHA DE METAIS PARA LOUÇAS

NOVO
SIFÃO
COMPACTO
INDU

PARA LAVATÓRIOS E PIAS

Único que pode ser instalado em conjuntos de louça, sem ser necessária a remoção do pedestal para limpeza.



PATENTE DEPOSITADA

- FUNDIDO PELO PROCESSO SHELL MOLDING
- PERFEIÇÃO - ESMERO - QUALIDADE

INDU
INDU COMPANHIA INDÚSTRIA METALÚRGICA
RUA NERVAL GOUVEIA, 273 - TEL. 29-9900
CENTRO: AV. RIO BRANCO, 151 - S/ 1002 - TEL. 42-5518
RIO DE JANEIRO GB

Art. 5.º — O órgão técnico especializado do Ministério da Saúde baixará instruções no prazo de cento e oitenta (180) dias definindo e conceituando as unidades estatísticas de utilização nos hospitais e nas entidades para-hospitalares, tais como os relativos a doentes, leitos, instalações, admissão, alta, transferência e outros, que se tornarem necessários no desenvolvimento do trabalho da rotina assistencial.

Ar. 6.º — Os auxílios e subvenções concedidas pela União, para fins de manutenção instalação, conservação, equipamento e obras para assistência médico-hospitalar, à conta de verbas globais sòmente serão distribuídas após parecer do órgão técnico especializado do Ministério da Saúde, tendo em vista o que dispõem as Normas Técnicas baixadas por êste decreto.

Parágrafo único — Ficam excluídas desta exigência as instituições e estabelecimento dependentes de outros órgãos especializados do Ministério da Saúde aos quais, no entanto, se aplicam os princípios gerais constantes dêste decreto.

Art. 7.º — Para concessão das subvenções e auxílios será necessária a apresentação em cada processo do respectivo plano de aplicação e sua devida aprovação pelo órgão técnico próprio do Ministério da Saúde.

Art. 8.º — O órgão próprio do Ministério da Saúde promoverá, quando conveniente o estabelecimento de convênios com governos estaduais municipais, entidades autárquicas paraestatais e privadas visando a assegurar a construção instalação, equipamento, e funcionamento e a manutenção de instituições hospitalares e para-hospitalares.

Art. 9.º — Na distribuição de auxílios e subvenção a conta de dotações globais, deverão ser atendidas as seguintes exigências:

a) existência legal da entidade e registro da mesma no órgão técnico do Ministério da Saúde, cumpridas as formalidades regulamentares;

b) apresentação do projeto da obra ou plano de aplicação que obedeça às especificações técnicas do órgão próprio do Ministério da Saúde e que indique as fontes de recursos previstas para manutenção das entidades depois de instaladas;

c) comprovação da correta utilização de recursos anteriormente recebidos;

d) inexistência de dotações orçamentárias específicas que beneficiem diretamente a entidades.

Art. 10 — Atendidas as exigências formuladas no artigo anterior, a concessão de auxílio e subvenções deverá obedecer aos seguintes critérios:

a) uma distribuição geral entre os Estados tendo po finalidade promover a efetiva redistribuição da renda sem abandono do número de brasileiros:

1 — 40% do total de recursos será distribuído na base do número de habitantes;

2 — 40% será distribuído de modo inversamente proporcional à renda **per capita** da população de cada Estado de conformidade com os levantamentos da Fundação Getúlio Vargas;

3 — 20% será devido de modo inversamente proporcional a situação sanitária da população de cada Estado. Na avaliação da situação sanitária serão tomadas em consideração a mortalidade geral, a mortalidade proporcional e a mortalidade infantil.

b) a distribuição pelas instituições de cada Estado bem assim como as cotas para os diversos itens das despesas:

1 — de manutenção e conservação;
2 — melhoria de equipamento;
3 — aperfeiçoamento de pessoal técnico;
4 — reformas e ampliação;
5 — obras novas;

será feita de conformidade com instruções de serviço a serem baixadas pelo órgão técnico especializado e atendido as condições particulares de cada Estado.

Art. 11 — Para aplicação dos critérios prefixados no artigo anterior, órgão técnico especializado do Ministério da Saúde promoverá no prazo de cento e oitenta (180) dias, um levantamento global, dos recursos assistenciais existentes no país, de acôrdo com a sua localização geográfica, condições de funcionamento e grau de aproveitamento, com vistas a elaboração de um projeto de zoneamento que permitirá a aplicação dos diversos requisitos técnicos previstos nos critérios anteriormente definidos.

Art. 12 — Quando os auxílios específicos designados a instituições assistenciais forem considerados vultosos, o Diretor do órgão técnico do Ministério da Saúde, sob pena de responsabilidade deverá designar comissão especial integrada preferentemente por técnicos do Ministério que atuam na área e outros de reconhecida idoneidade, ainda que estranhos aos seus quadros, a fim de inspecionar a instituição e dar parecer sôbre o real aproveitamento dos recursos a serem entregues.

§ 1.º — Para os fins previstos neste artigo o Ministro da Saúde fixará em portaria, no início de cada exercício, o teto das importâncias não sujeitas, normalmente, à inspeção de comissão especial.

§ 2.º — Será considerado serviço relevante a cooperação prestada as referidas Comissões por pessoas estranhas ao quadro de funcionários do Ministério.

Art. 13 — O órgão técnico especializado do Ministério da Saúde baixará instruções aprovadas pelo Ministério da Saúde, contendo normas e especificações sôbre padrões mínimos médico-hospitalares, aplicáveis às várias regiões do País.

Art. 14 — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1963, 142.º da Independência e 75.º da República.

JOÃO GOULART
Wilson Fadul

(D.O. de 16-IX-63)

DF. HIDROGEOLOGIA

DECRETO N. 52.463 — de 12 de setembro de 1963

Cria, diretamente subordinado ao Ministro de Estado das Minas e Energia, o Setor de Hidrogeologia.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, n. 1, da Constituição e

considerando que a utilização das reservas nacionais de água subterrânea constitui serviço de valor inestimável, ligado ao desenvolvimento econômico e social e ao bem-estar das populações, sobretudo nas regiões semiáricas;

considerando que êsse serviço não tem merecido no Brasil o tratamento correspondente à sua importância;

considerando que a racional utilização das reservas de água subterrânea depende de prévios estudos hidrogeológicos;

considerando que ao Ministério das Minas e Energia deve caber a realização dêsses estudos e a coordenação de programas destinados à instalação de poços tubulares para abastecimento das populações rurais e urbanas, decreta:

Art. 1.º — Fica criado em caráter experimental e até ser instituído por lei, o Setor de Hidrogeologia junto ao Gabinete do Ministro das Minas e Energia, com as atribuições neste ato definidas.

Art. 2.º — O Setor de Hidrogeologia será chefiado por um técnico de notória experiência e funcionará em estreita cooperação com a Divisão de Fomento do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Art. 3.º — Caberá ao Setor de Hidrogeologia:

I — realizar pesquisa, sondagens e captação sistemáticas de águas subterrâneas nas regiões semiáridas do País, especialmente no nordeste;

II — promover a utilização das reservas de água subterrânea, mediante à execução de programa intensivo de perfuração e instalação de poços tubulares, para fins de abastecimento público e de irrigação;

III — providenciar estudos de fotoanálise, diretamente ou mediante contrato, das águas já escolhidas como padrão de amostragem.

Art. 4.º — Os serviços de que trata êsse ato serão custeados com verbas próprias incluídas no orçamento do Departamento Nacional da Produção Mineral e com recursos extraorçamentários destacados para a mesma finalidade.

Art. 5.º — O Ministro de Estado das Minas e Energia baixará decreto e entrará em entendimento com os Ministérios e órgãos regionais que possuam recursos ou serviços destinados ao aproveitamento de água subterrânea para fins de abastecimento das populações rurais ou urbanas, promovendo a organização de um só programa de govêrno com racional divisão de áreas de atuação e melhor utilização dos fundos públicos.

Art. 6.º — Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de setembro de 1963, 142.º da Independência e 75.º da República.

JOÃO GOULART
Antônio de Oliveira Brito

(D.O. de 16-IX-63)

Cerâmica Parisiense

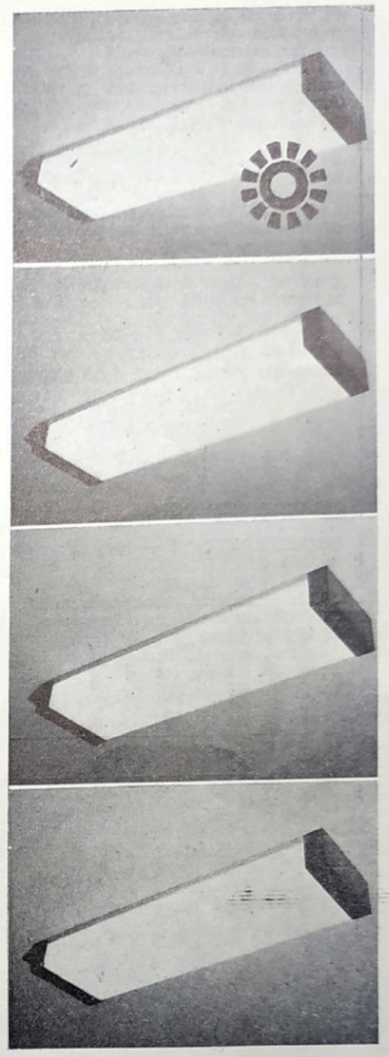
AZULEJOS DECORADOS

PIAS PINTADAS À MÃO

ENFEITES DE CERÂMICA

Av. N. S. Copacabana, 581 — S/loja, 238 — Centro Comercial Copacabana

RIO DE JANEIRO



LUMINÁRIAS "DECORLITE" EM PLÁSTICO ACRÍLICO

DECOR NEON S.A.

departamento de vendas:
av. nilo peçanha 12, grupo 423
Tels.: 22-9079, 42-0549, 52-4838



ECONOMIA

As formigas são dotadas de excepcionais qualidades de economia e não perdem tempo no verão, suprindo os seus celeiros contra os rigores do inverno. Aprenda com as formiguinhas a economizar o seu dinheiro empregando em suas construções um material que lhe dê o máximo de rendimento.

O cimento Portland Mauá supéra as especificações exigidas para cimento Portland no mundo inteiro.

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

CIA. NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND MAUÁ BRASIL

novos isolantes térmicos (e acusticos) permitem o emprêgo de qualquer tipo de cobertura

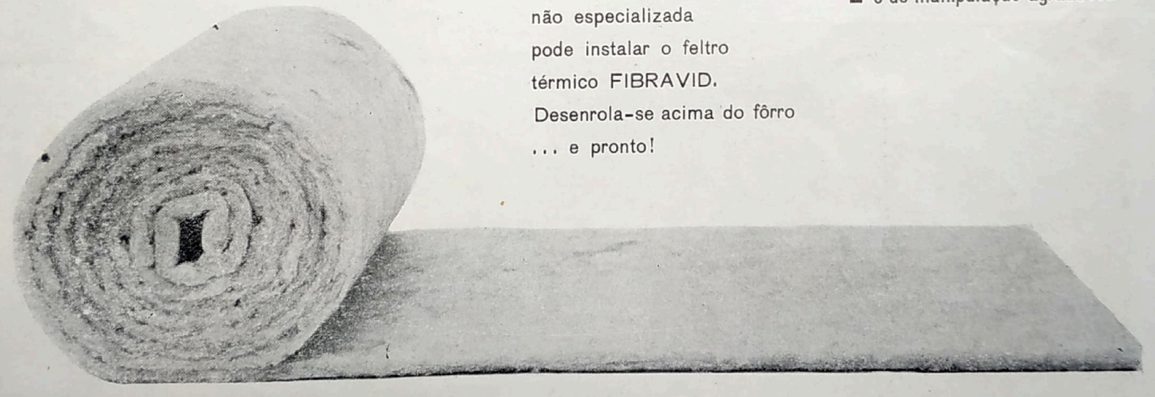
Os materiais de cobertura
têm o inconveniente
de deixar passar
o frio e o calor,
tornando o ambiente interno
insuportável.
Devido ao calor do verão,
as casas, mesmo bem ventiladas,
atingem temperaturas
realmente exageradas.
O mesmo fenômeno
acontece, em reverso,
durante o inverno.

FIBRAVID lança agora
um conceito totalmente
novo em isolação térmica.
Nada de difícil,
complicado e custoso.
Pode integrar projetos
novos ou imóveis já prontos.
Qualquer pessôa
não especializada
pode instalar o feltro
térmico FIBRAVID.
Desenrola-se acima do fôrro
... e pronto!

O feltro térmico FIBRAVID
é feito de fibras de vidro
superfinas,
impregnadas de resinas
sintéticas, por um
processo totalmente novo,
único na América do Sul.

ALGUMAS DE
SUAS QUALIDADES:

- corta-se com qualquer faca ou canivete;
- é incombustível, inorgânico e não absorve umidade;
- é rigorosamente estável com o passar do tempo;
- não é atacado por insetos ou roedores;
- composição homogênea, à base de fibras superfinas;
- é leve, resistente e de fácil aplicação;
- é de manipulação agradável.



Não hesite em consultar nosso departamento técnico. Êle está pronto a estudar seus problemas de isolação térmica e acústica, de acôrdo com suas características de fabricação.

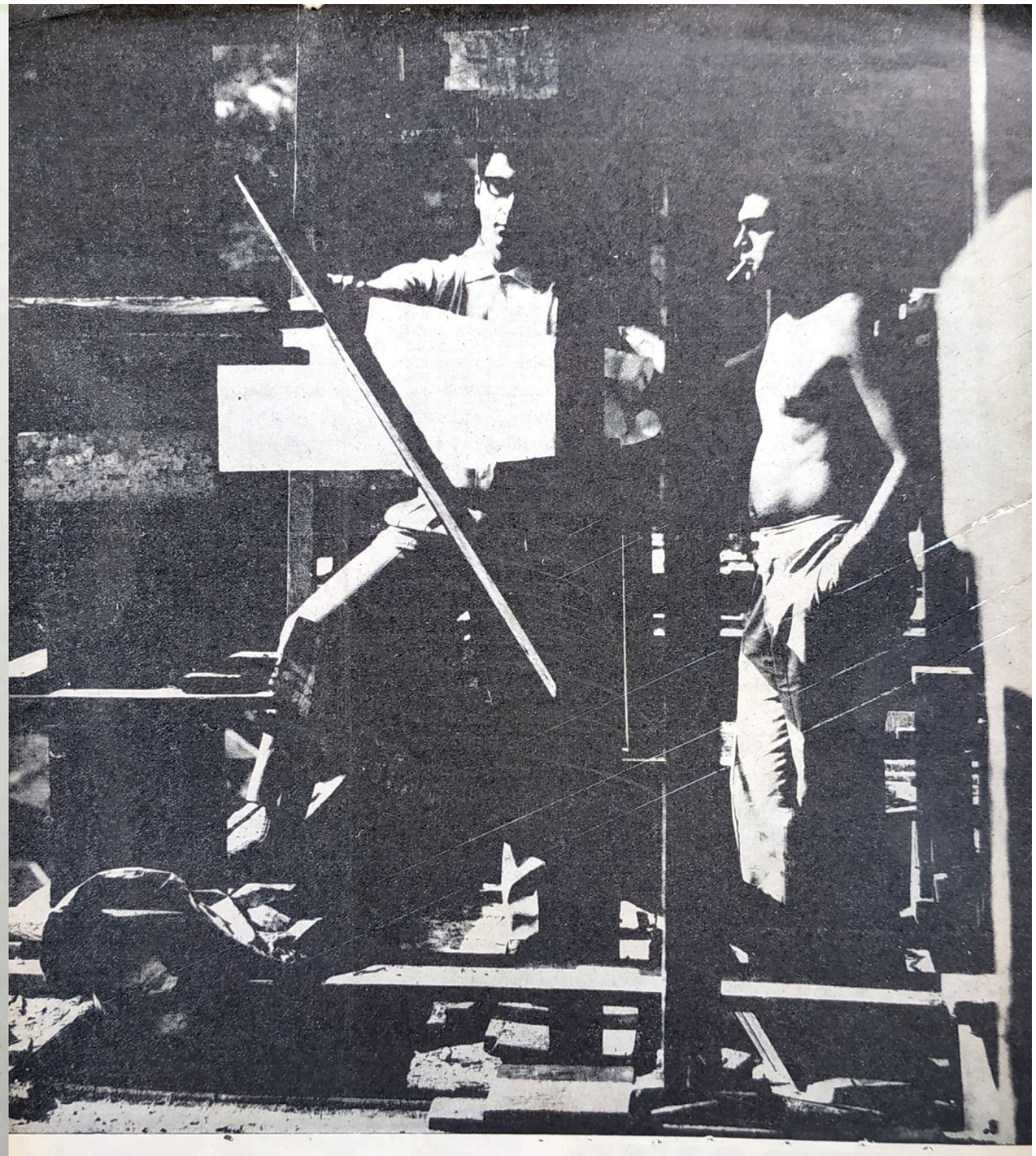
FIBRAVID S.A. FIBRAS DE VIDRO

Escritorios de Vendas: São Paulo - Praça D. José Gaspar, 30 - 12.º
Fone 37-3511 — Rio - Rua Debret, 23 - 14.º - s/ 1407 - Fone 22-1568

FIBRAVID

isola mesmo!

Grant - sp.



QUEM ESPECIFICA?

O arquiteto não concebe coisas irreais. A sua concepção é material desde o primeiro traço. O traço, a linha são notações que correspondem a determinados materiais. É o arquiteto pois quem decide qual o material a ser empregado. Há diversos tipos de materiais e nem todos são conhecidos pelos arquitetos Será que êles conhecem o seu material? A melhor maneira que o senhor tem para tornar o seu material conhecido pelos arquitetos é apresentá-lo através das páginas de **ARQUITETURA**. A revista que todo arquiteto brasileiro lê e coleciona.

CHAPAS

DE ALUMÍNIO CORRUGADAS PARA COBERTURAS

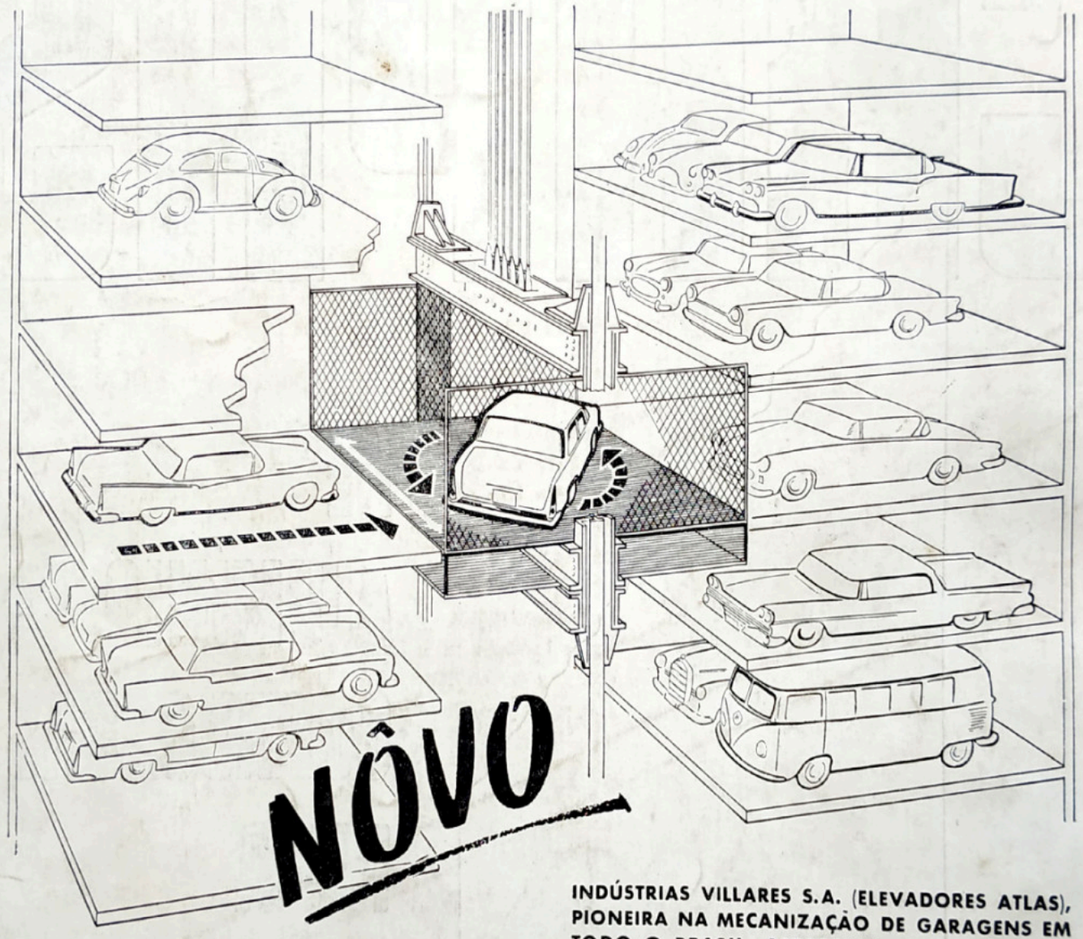


Companhia Brasileira de Alumínio
RUA RIZKALLAH JORGE, 50 - 11.º ANDAR - SÃO PAULO

CBA

GARAGEM AUTOMÁTICA "SISTEMA VILLARES"

UM TIPO PARA CADA CASO ESPECÍFICO



NÔVO

TÔDA A MECANIZAÇÃO DA GARAGEM AUTOMÁTICA "SISTEMA VILLARES" É FABRICADA, VENDIDA, MONTADA, GARANTIDA E CONSERVADA POR UMA ORGANIZAÇÃO ESPECIALIZADA E DE TRADICIONAL RENOME.

MAIS DE 3.000 USUÁRIOS SATISFEITOS

INDÚSTRIAS VILLARES S.A. (ELEVADORES ATLAS), PIONEIRA NA MECANIZAÇÃO DE GARAGENS EM TODO O BRASIL, APRESENTA 3 VERSÕES E 9 SOLUÇÕES DIFERENTES:

VERSÃO "A"
- Maior número de automóveis no mesmo terreno
- Melhor tempo de vazão
- Todos os automóveis podem sair de frente

VERSÃO "B"
- Recomendada para garagens de altura média
- Ótimo tempo de vazão
- Todos os automóveis podem sair de frente

VERSÃO "C"
- Utilizada para garagens de menor altura
- Ótimo tempo de vazão
- Todos os automóveis podem sair de frente sem necessidade de viradores no pavimento

Garagem Araújo	Garagem Condestável	Garagem Plaza	Garagem Jamile	Garagem Padrão	Garagem das Bandeiras	Garagem Riachuelo	Garagem Gouveia
SÃO PAULO	SÃO PAULO	SANTOS	Caram LONDRINA	SÃO PAULO	SÃO PAULO	SÃO PAULO	BELO HORIZONTE
312 AUTOMÓVEIS	207 AUTOMÓVEIS	153 AUTOMÓVEIS	405 AUTOMÓVEIS	441 AUTOMÓVEIS	390 AUTOMÓVEIS	624 AUTOMÓVEIS	405 AUTOMÓVEIS

ELEVADORES ATLAS



CONSULTE NOSSO DEPARTAMENTO DE VENDAS

INDÚSTRIAS VILLARES S. A.